



UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL  
CAMPUS CHAPECÓ  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA  
CURSO DE MESTRADO EM HISTÓRIA

ELEANDRO DE MORAIS VIEIRA

**OCUPAÇÃO E MEDIAÇÃO NO MOVIMENTO DOS AGRICULTORES SEM TERRA  
DO SUDOESTE DO PARANÁ (MASTES) NA DÉCADA DE 1980: O CASO DA  
FAZENDA ANNONI**

CHAPECÓ

2021

ELEANDRO DE MORAIS VIEIRA

**OCUPAÇÃO E MEDIAÇÃO NO MOVIMENTO DOS AGRICULTORES SEM TERRA  
DO SUDOESTE DO PARANÁ (MASTES) NA DÉCADA DE 1980: O CASO DA  
FAZENDA ANNONI**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS, como requisito para obtenção do título de Mestre em História, sob a orientação do Prof. Dr. Humberto José da Rocha.

CHAPECÓ

2021

## UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL – UFFS

Av. Fernando Machado, 108 E  
Centro, Chapecó, SC - Brasil  
Caixa Postal 181  
CEP: 89802-112

Vieira, Eleandro de Moraes

Ocupação e mediação no Movimento dos Agricultores Sem Terra do Sudoeste do Paraná (MASTES) na década de 1980: O caso da Fazenda Annoni / Eleandro de Moraes Vieira. -- 2015.

146 f.:il.

Orientador: Doutor Humberto José da Rocha

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da Fronteira Sul, Programa de Pós-Graduação em História, Chapecó, SC, 2015.

1. movimento sociais. 2. sem-terra. 3. mediação. 4. Sudoeste do Paraná. I. Rocha, Humberto José da, orient. II. Universidade Federal da Fronteira Sul. III. Título.


ELEANDRO DE MORAIS VIEIRA

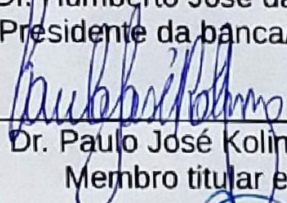
**OCUPAÇÃO E MEDIAÇÃO NO MOVIMENTO DOS AGRICULTORES SEM TERRA  
DO SUDOESTE DO PARANÁ (MASTES) NA DÉCADA DE 1980: O CASO DA  
FAZENDA ANNONI**


Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da  
Universidade Federal da Fronteira Sul — UFFS, para a obtenção do título de Mestre  
em História, defendida em banca examinadora em 05/08/2021.

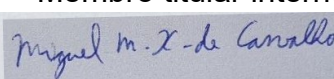
Aprovado em: 05/08/2021.

**BANCA EXAMINADORA**

  
Prof. Dr. Humberto José da Rocha – UFFS  
Presidente da banca/orientador

  
Prof. Dr. Paulo José Koling – UNIOESTE  
Membro titular externo

  
Prof. Dr. Antonio Marcos Myskiw – UFFS  
Membro titular interno

  
Prof. Dr. Miguel Mundstok Xavier de Carvalho — UFFS  
Membro suplente

Chapecó/SC, agosto de 2021.

A todos que andam com o povo sem perder a  
ternura jamais.

## AGRADECIMENTOS

No primeiro dia em que cheguei no curso de História da Universidade Paranaense (UNIPAR) de Francisco Beltrão, depois de o ano letivo ter iniciado e eu ter sido motivado a seguir o que queria por uma das pessoas mais autênticas que já conheci na vida, minha amiga Leni Montemezzo, que não converso há mais de três anos, fui recebido com um aperto de mão pelo professor Odair Geller e acanhado sentei na cadeira para ter a melhor aula da vida. Cinco anos depois, ainda lembro e sinto aquela sensação de empolgação e entusiasmo. Ao professor Odair Geller, meu agradecimento por me mostrar a paixão (no sentido etimológico da palavra) da História. À Leni Montemezzo, por me mostrar que a vida só vale a pena quando lutamos e fazemos o que orienta o coração, apesar de todas as dificuldades que o contexto social e econômico nos impõe.

Ao professor José Lúcio, que preferimos chamar de professor Zé, por ensinar outros caminhos a seguir. Por confiar em mim. Por me mostrar que falar sobre assuntos que marcam nosso contexto social pode ser cativante e pode nos fazer, além de compreender, sentir.

Aos doutores Ricardo Callegari e Elir Batisti, que não mediram esforços para me enviar fontes que contribuíram muito com meu trabalho, além de contribuir com suas belíssimas pesquisas sobre a história do Sudoeste do Paraná.

Ao sem-terra Valdecir Kuowacki, que me apresentou camponeses ocupantes da Fazenda Annoni que ainda residem no local e dedicou seu tempo a andar comigo pelas estradas do, hoje, Assentamento Eduardo Raduan, para a realização de entrevistas. A todos os ocupantes que se disponibilizaram a narrar suas memórias.

Ao professor Antônio Miskyw que, no curso de pós-graduação em Direitos Humanos da Universidade Federal da Fronteira Sul, *campus* de Realeza, apresentou-me o Curso de Mestrado em História da UFFS de Chapecó e me incentivou a entrar no programa, emprestando-me, inclusive, obras que me fizeram eu ter uma outra visão sobre mobilizações sociais e que, pelo contexto da pandemia, ainda não devolvi.

Ao professor e orientador Humberto José da Rocha, por me apresentar metodologias e teorias que embasaram esta pesquisa, além de direcionar o caminho sem deixar de me proporcionar a liberdade necessária para a realização de um

trabalho científico no âmbito da História e das Ciências Sociais, por acreditar neste projeto e por me entusiasmar em um congresso em que tive a oportunidade de ouvir uma fala sua, ainda na graduação, a qual tratou sobre movimentos sociais e expandiu minha visão sobre o assunto.

Ao professor Paulo Koling, por todos os apontamentos na qualificação, pela indicação de obras e por me fazer descer no chão do cotidiano e da realidade e escrever como se o cabo da enxada fosse a caneta. Coisa difícil para um sonhador metido a escrever poesias, mas que agradeço profundamente, porque a vida se faz nas estruturas ou nas redes materiais que nos condicionam e nos dão brechas para agir.

À Samantha, que me proporcionou o que talvez uma estrutura familiar pudesse ter proporcionado se assim tivesse. Mas a vida não é como pensamos ser e sim como é. Meu agradecimento pelo apoio afetivo em todas as etapas, pelos incentivos e por ter vislumbrado como importante a pesquisa.

A todos os colegas e professores que, desde o tempo da graduação, navegam comigo nisso que chamamos de História e que apesar de todos os ataques, toda a falta de incentivo, todo o descaso dos governos que surgiram depois do golpe de 2016, sabem da importância que temos em lembrar o que querem que esqueçamos, como escreveria, mais ou menos assim, Peter Burke: e a todos que, debaixo do que chamam estruturas de poder, lutam, choram, sorriem, gozam, amam, traem, calejam as mãos, cantam o amor, sofrem, pois deles realmente é o mundo e deles vem a história que faz ou tenta fazer deste mundo, um lugar melhor.

Neste espaço de agradecimento, não posso deixar, neste parágrafo, de repudiar as várias estruturas do Estado e dos sujeitos que fazem parte dela que dificultam, de um modo ou de outro, a inserção de pessoas de seus quadros em cursos de pós-graduação, sem a visão necessária de comunidade e sociedade e se prendem em seus mundos interesseiros que se baseiam em conquistas pessoais, perseguem sujeitos com seus mesquinhos poderes e travam o avanço social. Deixaram-me com cabelos brancos antes dos 30. Seremos livres com a Educação e eles não terão lugar nas memórias do povo.

Para finalizar, não posso deixar de registrar aqui as palavras do nicaraguense Ernesto Cardenal que nos deixou em 2020, mas eternizou com palavras e,

principalmente, ações, o que nos enche de esperança: “Maldito o sistema que tenta matar no humano a dimensão da transcendência e coloca no seu lugar o “deus dinheiro”, o “deus sexo”, “o deus progresso”; destruir-se-á por dentro irreversivelmente, porque o coração humano foi bem feito e ninguém pode matar em nós esta sede de infinito que nos queima; Feliz será, porém, a pessoa que bebe água na fonte da praça junto ao povo; não terá motivos para se envergonhar de nada, nem terá que baixar seus olhos ante qualquer desonestidade; Feliz a pessoa na qual a força de interiorizar se fez livre por dentro, e não se importa com a denúncia dos fortes; serão seus dias como o trigo limpo da terra, cheios de sol e de esperança partilhada e a seguirão os povos da terra; Feliz a pessoa que não assiste a reuniões importantes, nem acredita nos discursos do governo; Feliz a pessoa que assim pensa, porque terá sempre tranquila sua consciência, mesmo que sofra a incompreensão e até o desprezo (Salmo da pessoa que vê a realidade e não se cala).



*“Nós fizemos uma partida  
Eram doze rumo à terra prometida  
Tentando fugir da fome  
Melhorar a nossa vida  
Pedir Reforma Agrária  
Era esta a nossa lida.”*

(Isaltino Vieira)

## RESUMO

O Movimento dos Agricultores Sem Terra do Sudoeste do Paraná (Mastes) foi organizado na década de 1980, no contexto da primeira ocupação de terras realizada na região, na Fazenda Annoni, em Marmeleiro, em 1983, em uma área improdutivo, depois da retirada de toda a madeira e em um contexto de oportunização política com o enfraquecimento do regime ditatorial, juntamente com a reabertura democrática. A exclusão e a expropriação da terra com a desapropriação de famílias agricultoras camponesas pela modernização da agricultura e pela construção de usinas hidrelétricas, que permitiu a formação de uma identidade política coletiva baseada em consensos e objetivos comuns, contribuíram para o surgimento do Mastes. O presente trabalho tem como objetivo geral analisar a mediação realizada para a criação do Mastes por instituições que já estavam consolidadas no Sudoeste, como os sindicatos de trabalhadores rurais, a Associação de Estudos e Orientação Rural (Assesoar) e segmentos da Igreja Católica, naquele momento imbuída de causas sociais e trabalho, por meio de pastorais. Depois, a mediação realizada pelo próprio Mastes com os camponeses sem-terra da região, sobretudo na ocupação e no acampamento da Fazenda Annoni. Essa ideia de mediação será desenvolvida na perspectiva da sociologia rural com aporte teórico da História Cultural e da filosofia da práxis. O estudo se faz importante para demonstrar como acontece o processo de articulação e de ação de um movimento social no campo de forma interativa e dinâmica com um processo de mediação em um momento em que as lutas sociais se afloram no país. Além disso, ressalta a importância da inserção dessa população rural no jogo político, muitas vezes, de forma forçada, mas que encontra alguns resultados, como a conquista da terra e a formação em nível nacional de um dos maiores movimentos sociais do mundo, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que também teve contribuição do Mastes.

**Palavras-chave:** História dos Movimentos Sociais. Sudoeste do Paraná. Mediação. Luta Pela Terra.

## ABSTRACT

The Movement of Landless Farmers of Southwest Paraná (Mastes) was organized in the 1980s, in the context of the first land occupation carried out in the region, at Fazenda Annoni, in Marmeleiro, in 1983, in an unproductive area, after the removal of all the wood and in a context of political opportunity with the weakening of the dictatorial regime, together with the democratic reopening. The exclusion and expropriation of land with the expropriation of peasant farming families for the modernization of agriculture and the construction of hydroelectric plants, which allowed the formation of a collective political identity based on common consensus and objectives, contributed to the emergence of Mastes. The present work aims to analyze the mediation carried out for the creation of the Mastes by institutions that were already consolidated in the Southwest, such as rural workers unions, the Association for Rural Studies and Guidance (Assesoar) and segments of the Catholic Church at that time imbued with social causes and work, through pastorals. Then, the mediation carried out by Mastes himself with the landless peasants of the region, especially in the occupation and encampment of Fazenda Annoni. This idea of mediation will be developed from the perspective of rural sociology with theoretical support from Cultural History and philosophy of praxis. The study is important to demonstrate how the process of articulation and action of a social movement in the field takes place in an interactive and dynamic way with a mediation process at a time when social struggles are emerging in the country. In addition, it emphasizes the importance of inserting this rural population into the political game, often in a forced way, but which finds some results, such as the conquest of land and the formation at the national level of one of the largest social movements in the world, the Movement Landless Rural Workers (MST), which also had a contribution from Mastes.

**Keywords:** History of Social Movements. Southwest of Paraná. Mediation. Fight for the Land.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Regiões Geográficas do estado do Paraná – Lei Estadual N° 15.858/08.....	39
Figura 2 – Mapa da divisão política do estado do Paraná e do município de Marmeleiro.....	85
Figura 3 – Mulheres e crianças na ocupação da Fazenda Annoni.....	88
Figura 4 – Cartão do Mastes.....	109
Figura 5 – Mulheres construindo horta comunitária na ocupação da Fazenda Annoni.....	117
Figura 6 – Mapa do município de Marmeleiro e localização do Assentamento Eduardo Raduan.....	149

## LISTA DE SIGLAS

- ABRA** – Associação Brasileira de Reforma Agrária
- ACARPA** – Associação de Crédito e Assistência Rural do Paraná
- AMSOP** – Associação dos Municípios do Sudoeste do Paraná
- AP** – Ação Popular
- ASSESOAR** – Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural
- BRAVIACO** – Companhia Brasileira de Viação e Comércio
- CANGO** – Colônia Agrícola Nacional General Osório
- CITLA** – Clevelândia Industrial e Territorial LTDA
- CNA** – Confederação Nacional da Agricultura
- CNBB** – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
- CONTAG** – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
- CPT** – Comissão Pastoral da Terra
- CRAB** – Comissão Regional de Atingidos por Barragens
- CUT** – Central Única dos Trabalhadores
- DOPS** – Departamento de Ordem Política e Social
- EMATER** – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
- FETAEP** – Federação dos Trabalhadores Rurais do Estado do Paraná
- FETRAF** – Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar
- FUNFURAL** – Fundo de Assistência do Trabalhador Rural
- GETSOP** – Grupo Executivo para as Terras do Sudoeste do Paraná
- IBGE** – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- IPARDES** – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
- IPES** – Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais
- INCRA** – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
- ITC** – Instituto de Terra e Cartografia
- JAC** – Juventude Agrária Católica
- LSN** – Lei de Segurança Nacional
- MAB** – Movimento dos Atingidos por Barragens
- MASTEL** – Movimento dos Agricultores Sem Terra do Litoral do Paraná
- MASTEN** – Movimento dos Agricultores Sem Terra do Norte do Paraná
- MASTES** – Movimento dos Agricultores Sem Terra do Sudoeste do Paraná

**MASTRECO** – Movimento dos Agricultores Sem Terra do Centro-Oeste do Paraná  
**MASTRO** – Movimento dos Agricultores Sem Terra do Oeste do Paraná  
**MEAF** – Ministério Extraordinário de Assuntos Fundiários  
**MDB** – Movimento Democrático Brasileiro  
**MIRAD** – Ministério da Reforma Agrária e Desenvolvimento  
**MJT** – Movimento Justiça e Terra  
**MSC** – Missionários do Sagrado Coração  
**MST** – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra  
**ONGs** – Organizações Não-Governamentais  
**PCB** – Partido Comunista do Brasil  
**PDC** – Partido Democrata Cristão  
**PDT** – Partido Democrático Trabalhista  
**PFL** – Partido da Frente Liberal  
**PL** – Partido Liberal  
**PNRA** – Plano Nacional de Reforma Agrária  
**PMDB** – Partido do Movimento Democrático Brasileiro  
**PR** – Partido da República  
**PSD** – Partido Social Democrático  
**PSP** – Partido Social Progressistas  
**PT** – Partido dos Trabalhadores  
**PTB** – Partido Trabalhista Brasileiro  
**PTN** – Partido Trabalhista Nacional  
**SEIPU** – Superintendência das Empresas Incorporadas ao Patrimônio da União  
**SRB** – Sociedade Rural Brasileira  
**STF** – Superior Tribunal Federal  
**TFP** – Associação Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade  
**ULTAB** – União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil  
**UDN** – União Democrática Nacional  
**UDR** – União Democrática Ruralista

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>15</b>
<b>2 LUTA PELA TERRA NO PARANÁ: CONFLITOS E QUESTÕES TEÓRICAS.....</b>	<b>24</b>
2.1 CONFLITOS POR TERRITÓRIO E PELA TERRA NO PARANÁ: DA COLONIZAÇÃO À DÉCADA DE 1980.....	24
2.2 HISTÓRIA CULTURAL E MEDIAÇÃO NOS MOVIMENTOS SOCIAIS DO CAMPO.....	40
2.3 OPORTUNIZAÇÃO POLÍTICA PARA MEDIAÇÃO NOS MOVIMENTOS SOCIAIS DO CAMPO.....	53
<b>3 MOVIMENTO DOS AGRICULTORES SEM TERRA DO SUDOESTE DO PARANÁ (MASTES).....</b>	<b>70</b>
3.1 SURGIMENTO DO MASTES.....	71
3.2 OCUPAÇÃO DA FAZENDA ANNONI.....	84
3.3 ATUAÇÃO DO MASTES NA OCUPAÇÃO DA FAZENDA ANNONI.....	99
<b>4 DIREITOS, PRODUÇÃO E NOVOS MEDIADORES.....</b>	<b>112</b>
4.1 CONSOLIDAÇÃO DA OCUPAÇÃO E PRODUÇÃO NA FAZENDA ANNONI....	112
4.2 CONFRONTO POLÍTICO: O CONTEXTO DA DEMOCRACIA.....	128
4.3 NOVOS MEDIADORES: UMA FORÇA POLÍTICA.....	139
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>151</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>157</b>

## 1 INTRODUÇÃO

As tensões surgidas dos conflitos pela terra se acirraram com a oportunização política<sup>1</sup> no final da década de 1970 e na década de 1980, no Brasil, e, também, na região Sudoeste do Paraná, espaço que compreende nosso estudo, com cenários e situações de lutas, conflitos, mortes e conquistas populares. A criação do Movimento dos Agricultores Sem Terra do Sudoeste do Paraná (Mastes), em 1983, pode ser visualizado em uma situação histórica regional inserida em meio às construções de barragens de usinas hidrelétricas e da modernização da agricultura que desapropriou, expropriou, expulsou e excluiu camponeses<sup>2</sup> (proprietários de pequenas áreas de terra, posseiros, ribeirinhos e pescadores, meeiros e arrendatários, dentre outros) de suas terras. Tudo isso, em vista de um crescimento deliberado que levou em conta a agricultura atrelada fortemente à indústria e ao capital financeiro, voltada para o consumo de sementes, máquinas, fertilizantes, agrotóxicos e a centralização na produção comercial de monocultura voltada à exportação. Em meio a essas transformações, surgiram os camponeses sem-terra<sup>3</sup> e a iniciativa de uma forma de organização e de construção de redes sociais com objetivos comuns ou consensuais na criação de uma identidade política e social que, além da criação do Mastes, contou com outros movimentos na região, como o Movimento Justiça e Terra (MJT), em 1980, e o Movimento dos Agricultores Sem Terra do Oeste do Paraná (Mastro), em 1981.

A presente pesquisa analisa o processo de mediação realizado pelo Mastes, sobretudo a partir da ocupação da Fazenda Annoni, localizada no município de

---

<sup>1</sup> A noção de oportunização política será trabalhada posteriormente, na perspectiva de Tarrow (2009), no entanto, é bom que já tenhamos como base de que ela não significa o aparecimento mágico de um momento oportuno para as lutas, organizações ou ações sociais, ou a permissão do regime ditatorial para que isso acontecesse.

<sup>2</sup> Diante das diversidades de condições regionais que temos no país e da própria diversidade das condições de sujeitos do meio rural na própria região Sudoeste, usamos o termo camponês, segundo a orientação de Otávio Guilherme Alves Cardoso Velho (2009), como um valor explicativo, observando a realidade concreta que envolve sujeitos que têm seu modo de vida e sua reprodução social ligados a terra e que nela trabalham para assim se manter, sejam posseiros, pequenos produtores, agricultores familiar, proletariado rural, expropriados e expulsos da terra.

<sup>3</sup> Por sem-terra, tratamos os camponeses expropriados e expulsos de suas terras ou expropriados das condições de trabalhar na terra e, em momento oportuno e com esclarecimento, os designamos como participantes de um movimento de sem-terra organizado.



Marmeleiro, localizado na região do Sudoeste do Paraná, divisa com o município de Campo Erê, do estado de Santa Catarina, ocorrida no ano de 1983. Destaca-se como um marco inicial nos processos de ocupação de grandes áreas de terras improdutivas na região e na luta mais incisiva pela terra, forçando a entrada no cenário político, econômico e social dos camponeses sem-terra, no Sudoeste, e que se mistura com a própria criação do Movimento. Para verificarmos como ocorreu a interação entre a organização e a experiência dos sem-terra na concretude e na materialidade do cotidiano nos acampamentos, e o processo de formação da luta na própria luta, haja vista que o Movimento não segue uma receita pronta, mas age com um interacionismo cultural que envolve os ocupantes e os princípios do movimento, que, justamente pelo processo de interação, são construídos com e pelos camponeses sem-terra.

Trabalhos a respeito do Mastes são poucos e não tratam especificamente sobre o Movimento. Alguns estudos apontam o Mastes dentro de análises que objetivam outras questões como observamos em Elir Battisti (2003); Danieli (2014) e Prando (2011). Sobre a Annoni, precisamente, observamos o trabalho de Aurélio Vianna (1988), sobretudo na sua dissertação de mestrado em Antropologia Social, pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), apresentada em 1988, ou seja, realizada durante o processo de ocupação, acampamento e organização dos camponeses na área. No capítulo da dissertação que tivemos acesso, notamos que o objetivo é analisar as relações sociais que engendraram a “invasão”, tentando mostrar que a luta política traz a marca da cultura e a organização social camponesa, encoberta pelo caráter de ação política, descrevendo quais eram os camponeses que ocuparam a Annoni, de onde vieram e como se organizavam de modo familiar, caracterizando o espaço, principalmente, com a noção de dádiva de Marcel Mauss, do dar-receber-retribuir (VIANNA, 1988). Outro trabalho que analisa a ocupação da Fazenda Annoni é a dissertação em História de Ricardo Callegari (2015), apresentada em 2015, pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE) que, apesar de ter um recorte temporal que vai de 1983 a 2014, tem como objetivo central analisar o sentido atribuído pelos jovens na relação das mudanças de trabalho e suas permanências no Assentamento Eduardo Raduan (antiga Fazenda Annoni) e no Assentamento Missões, em Francisco Beltrão, utilizando fontes orais com a realização de 12 entrevistas no assentamento da ocupação da Annoni .

A noção de mediação que trabalhamos não pode ser confundida com intermediação, filtro e intervenção, mas como uma ação social permanente, observada nos movimentos sociais do campo como unidade de análise percebida nos trabalhos de Delma Pessanha Neves (2008a, 2008b) e Regina Reyes Novaes (1994), que se utilizam da Sociologia Rural para tratar sobre o assunto. Entendemos mediação como o processo interativo formativo recíproco, acontecido em uma situação histórica e espacial que estabelece relações entre categorias sociais e culturais distintas, como atestam Gilberto Velho e Karina Kuschnir (2001). Isto é, a mediação se dá entre universos de significação que se contrapõem, articulados a valores morais e econômicos, revelando um processo social dialético com o estabelecimento de uma circularidade cultural, partilhando bens culturais que são apropriados e usados na criação de representações coletivas (CHARTIER, 1990, 2002).

A análise que envolve o Mastes e a ocupação da Fazenda Annoni, em Marmeleiro, tem um profundo significado pessoal pelo local ter sido estigmatizado como uma espécie de lugar-místico, dentro e apartado do município, pelas falas que circulavam no cotidiano da cidade: da história de mortes, violência, homens com facões e foices, medo, terror e barbárie. O movimento sem-terra – desde os tempos inocentes da minha infância e da rebeldia sem causa da adolescência –, sempre me despertou curiosidade, empolgação e admiração quando os atos com bandeiras e camisetas vermelhas ocupavam bancos, rodovias e praças, com a figura de Che Guevara levantada e exaltada ao ritmo, força e movimento do vento. Com minha inserção no curso de Licenciatura em História e com a possibilidade de realizar pesquisas científicas no âmbito da disciplina, aventurei-me, de forma sistemática, metodológica e teórica nos estudos sobre os movimentos sociais dos sem-terra na região Sudoeste do Paraná, tendo produzido alguns artigos sobre o tema, que foram publicados nos livros anuais do curso de Licenciatura em História da Universidade Paranaense (UNIPAR), *campus* de Francisco Beltrão, entre os anos de 2016 e 2018. A pesquisa contribuiu com a construção de uma visão da realidade que foge do romantismo e do discurso oral disseminado, tanto na noção dos sem-terra como vagabundos, como na noção de revolucionários de um mundo perdido. Na história não há mocinho nem bandido, não há bom nem ruim, não há deus nem diabo. O que

existe são pessoas reais inseridas em seus contextos históricos e em seus espaços, vivendo ou tentando sobreviver em seus cotidianos, muitas vezes sem as condições básicas de existência ou sem o que se convencionou chamar de dignidade humana.

Por isso é que o desvelamento das relações que envolvem a ocupação, o acampamento e a mediação realizada pelo movimento social formado pelos sem-terra do Sudoeste, entendendo sua inserção na história brasileira, do Paraná e da região, motivou este estudo, para enxergamos as pessoas reais, de carne e osso, suor e sangue, sofrimento e alegria, e para que os estigmas caíam por terra e a interpretação social da ciência da História demonstre uma realidade que nem sempre é a mesma que é estampada nas capas dos jornais.

Para tanto, além da noção de mediação, usamos, para auxiliar a sua própria compreensão, noções da História Cultural, que tem como objetivo “identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada e dada a ler” (CHARTIER, 1990, p. 16), por meio dos trabalhos de Roger Chartier (1990, 2002), com o processo de circularidade e o uso de conceitos de apropriação e representação coletiva, para buscar entender como a troca de bens culturais realizada pelo movimento e pelos sem-terra acontecia de forma circular e como a apropriação e a criação das representações coletivas, por meio do partilhamento e compartilhamento dos bens, criou um ser social coletivo com identidade política que participou ativamente das questões da luta pela terra no Sudoeste do Paraná. Ainda, para fortalecer a análise nos remetemos à Filosofia da Práxis, de Adolfo Sánchez Vázquez (1996, p. 5), que concebe “a filosofia não só como interpretação do mundo, mas também como guia de transformação”, sobretudo no que se refere à práxis reflexiva e à práxis criadora, concebendo o processo de mediação enquanto processo formativo e de organização numa espécie de autoconsciência prática, sendo dinâmico e interativo.

Como o fazer histórico não se restringe somente à teorização, utilizaremos como fontes para análise, com base nas noções, conceitos e teorias descritas, diversos documentos que descrevem as ações dos sem-terra no Sudoeste do Paraná, desde 1980, como ofícios, convites, relatórios elaborados por movimentos locais, sindicatos, comissões e pelo próprio Mastes, nos quais os autores descreveram

estratégias, acontecimentos, pensamentos, objetivos, princípios e experiências de ocupações, principalmente na Fazenda Annoni, livros de atas da Comunidade de São Pedro (uma das 10 comunidades do então Assentamento Eduardo Raduan), de 1984 a 1988, e notícias de jornais. Uma fonte que utilizamos de forma enfática foram 16 edições do Boletim Alerta, produzido pelos Mastes, de 1983 a 1986, que trazem textos e referências às lutas, às ocupações, aos encontros com autoridades, aos princípios, aos modos de organização, às manifestações, aos manifestos, cartas abertas e experiências vividas pelos camponeses sem-terra e pelos movimentos, entidades e associações envolvidas nas questões fundiárias da região. Aproveitando a possibilidade da construção de fontes, por meio de entrevistas, recuperando memórias de sujeitos que participaram da ocupação da Fazenda Annoni, em 1983, e do Mastes, produzimos, no âmbito da história oral, documentos provenientes das narrativas dos próprios sem-terra que continuam na área de ocupação da Annoni, hoje Assentamento José Eduardo Raduan.

A escolha pelo uso da noção de mediação como unidade de análise, amparada pela História Cultural de Roger Chartier (1990), no estudo sobre o Mastes e a luta pela terra no Sudoeste do Paraná, não envolve somente a questão material ou econômica, apesar de parecer ser ou ser realmente determinante em alguns momentos, mas também deixa a possibilidade de trabalhar com aspectos subjetivos, identitários e coletivos, como afetos, sentimentos, sonhos, ideais. Pode parecer estranho, por um momento, tratar ou ser aberto a isso no âmbito da ciência, mas deixar passar batido seria o mesmo que não ver de forma integral o ser humano, aquele que chora, transa, trai, luta, sangra, sorri, odeia.

O trabalho está dividido em três capítulos, que, por sua vez, dividem-se em três partes, estruturados de modo a mostrar a história das disputas por terra e território no Paraná, com a oportunização política surgida no Brasil no final da década de 1970, a emergência, a atuação e a mediação do Mastes, e os desdobramentos que a questão da luta pela terra teve com o surgimento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e demais mediadores que surgiram naquele mesmo contexto político e social e que continuaram com o seu processo de atuação nos movimentos sociais do campo, de algum modo, mediando as ações e os conflitos.

O primeiro momento do Capítulo 2 foi dedicado a um compêndio da história dos conflitos fundiários e por território no Paraná até as questões e os conflitos pela terra na década de 1980, tempo do qual nos dedicamos de forma mais ferrenha na análise, passando pelas disputas entre as coroas portuguesa e espanhola, que envolveram o território que hoje é o Paraná. Também, o conflito entre o Brasil e a Argentina, entre Santa Catarina e Paraná, situando a Guerra do Contestado com a chegada do Estado, enquanto instituição sistemática, as lutas internas no Paraná pela garantia da terra por posseiros entre a década de 1940 e 1960, com a Revolta de Porecatu no Norte e a Revolta dos Posseiros no Sudoeste, até as lutas dos sem-terra no final da década de 1970 e início da década de 1980, com as construções de barragens e a modernização da agricultura que, no Paraná, inicia no Norte do estado e chega às regiões Oeste e Sudoeste, expropriando, expulsando e excluindo um número significativo de camponeses. No segundo momento, construímos o suporte teórico e metodológico que nos acompanhou durante a trajetória da pesquisa, utilizando as noções de mediação que envolvem, principalmente, três aspectos: a situação, a pedagogia e a reciprocidade, trabalhadas por Delma Pessanha Neves (2008a, 2008b) e Regina Reyes Novaes (1994), que se ocupam de uma perspectiva da Sociologia Rural, utilizando da contribuição, no âmbito da História, de Roger Chartier (1990, 2002), da noção de circularidade dos bens culturais, com os conceitos de apropriação e representação coletiva. Ainda nesse capítulo, na terceira parte, demonstramos a noção de oportunidade política, trabalhada por Sidney Tarrow (2009), com o florescimento dos movimentos sociais do campo na realidade brasileira da década de 1980, período de redemocratização, de participação da Igreja Católica nos movimentos, sobretudo com a Teologia da Libertação e a Comissão Pastoral da Terra (CPT), e a modernização agrícola, destacando fatos e acontecimentos que permitiram a organização dos agricultores ou camponeses e que fez surgir o Mastes. Nesse período, destacamos as ocupações de terras que se tornam ações concretas e mais radicalizadas da luta, com a formulação de propostas de reforma agrária, que partiam dos movimentos sociais e dos sem-terra.

No Capítulo 3, focamos a análise no Mastes, seu processo de mediação, sua atuação como movimento social junto aos sem-terra nas ocupações e acampamentos e o processo de ocupação, acampamento e organização na Fazenda Annoni, em

Marmeleiro. A primeira seção do capítulo é destinada à narrativa e à contextualização do surgimento do Mastes na década de 1980, com ações de outras instituições que estavam envolvidas em lutas dos pequenos proprietários rurais ou sem-terra, como sindicatos, a CPT e a Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural (Assesoar), e as suas formas de atuar, além de princípios e objetivos estabelecidos, tendo como centralidade a terra para quem nela trabalha e para quem dela precisa. No segundo subcapítulo, realizamos uma narrativa da ocupação da Fazenda Annoni, do despejo, com a morte de um sem-terra, do acampamento na Comunidade de Bom Jesus, próximo da área, e o retorno ou a segunda ocupação, que garantiu a fixação na terra com o início da produção de alimentos e a construção de um cotidiano, visando a garantia da sobrevivência das famílias com processos de concretização da permanência na área. A ocupação na Annoni se confunde com o surgimento sistemático do próprio Mastes, que depois, também, atuou na ocupação e no acampamento, assim como na luta para garantir a permanência dos sem-terra na área. Essa atividade é analisada no subcapítulo subsequente, com foco na atuação do Mastes na ocupação e no acampamento da Annoni com seu processo de mediação realizada com os sem-terra do local, na luta pela fixação na terra e nas disputas travadas com autoridades, governo e Estado e no trabalho de produção na própria terra. Visto a importância que a ocupação da Fazenda Annoni teve para a criação efetiva de um movimento social regional do campo no Sudoeste do Paraná, específico para o campesinato designado na categoria sem-terra.

No Capítulo 4, trabalhamos com o momento da pós-ocupação da Fazenda Annoni, na formação do acampamento, com a criação de comissões diversas para tratar dos assuntos comunitários e cotidianos importantes para a subsistência e para a estruturação da vida e da produção agrícola, além de projetos que fizeram parte dessa estruturação e que levaram a ocupação ser conhecida regionalmente e a se tornar assentamento em 1998, com o nome de José Eduardo Raduan, contando com 10 comunidades. Nessa relação com a concretização da permanência dos camponeses sem-terra na Fazenda Annoni, com mediação do Mastes, analisamos, na segunda parte do capítulo, os direitos políticos e sociais reivindicados pelo movimento e pelos sem-terra e sob qual legitimação ocorreu a ocupação da fazenda, seja na observância de direitos com o uso de instrumentos considerados sagrados ou

divinos, como a Bíblia e a Teologia da Libertação, seja pelo uso da legislação, com o Estatuto de Terra e, depois disso, quais foram as mudanças na legislação em nosso país para que as lutas ou objetivos dos sem-terra fossem ou pudessem ser efetivados, em uma relação com a abertura democrática e com a noção de direitos humanos. Para finalizar, na terceira seção, analisamos a transição do Mastes para o MST, surgido a nível nacional, em 1984, e como ele se propôs a se tornar o grande mediador dos conflitos fundiários e pela reforma agrária no país e um dos maiores movimentos sociais do mundo na luta pela reforma agrária, observando outros atores sociais e mediadores que também participaram do processo, como o Partido dos Trabalhadores (PT). E, por fim, a transformação da ocupação em assentamento..

Dito e tendo isso, compreendemos que a importância deste estudo transpassa as fronteiras do reconhecimento do Mastes enquanto movimento social regional que dialoga com toda a região Sul do Brasil e se liga a todos os movimentos do campo do país, na década de 1980, e o reconhecimento da ocupação da Fazenda Annoni, em Marmeleiro, como uma experiência encorajada por demais experiências regionais e que também impulsionou outras ações na luta por uma reforma agrária camponesa ou pela conquista da terra, o que por si só já valeria a leitura. Mas, representa, também, a inserção de atores sociais coletivos em um processo de contínua construção no cenário político da região e do Brasil, muitas vezes forçando sua entrada nesse campo, deixando sua visibilidade transparecer aos olhos de toda a sociedade que, bem ou mal, enxerga uma parte da população expropriada e, de alguma forma, reflete sobre como se constituiu a distribuição de terras no Brasil nos mais variados espaços do país. Assim, trazendo à tona um problema que a ditadura civil-militar tentou esconder sem, no entanto, impedir que as tensões surgissem em momento de grandes dificuldades sociais e econômicas derivadas do regime. Mostramos, também, que os agricultores camponeses sem-terra não almejavam a terra apenas, mas estavam dispostos a lutar por ela, enfrentando até mesmo a forte presença da propriedade privada na moral cotidiana, com legitimidades construídas coletivamente e com a contribuição de entidades, instituições, partidos e movimentos que mediam essa luta interativa e dinâmica com aportes e suportes da própria classe dominante ou do Estado, como é o caso do Estatuto da Terra, apropriados pelos sem-terra para afirmarem que sim, a luta é digna, justa e legal. Assim sendo, pela

importância social, política e acadêmica, com a visão e o uso da mediação enquanto práxis para e nos movimentos sociais do campo, é que convidamos os leitores para viajar conosco neste universo construído a partir de evidências presentes no tempo e espaço [no aqui e agora], deixadas para que nós, historiadores, fizéssemos dos vestígios, historiografia; das prateleiras escondidas, o palco para os esquecidos homens e mulheres de um tempo e lugar que não poderia ser igual sem eles.



## **2 LUTA PELA TERRA NO PARANÁ: CONFLITOS AGRÁRIOS E QUESTÕES TEÓRICAS**

Neste capítulo apresentamos um esboço, mantendo uma trajetória temporal, apesar dos riscos, dos conflitos e das disputas pela terra e pelo território que envolveram o Paraná ou, ao menos, onde hoje é o estado, desde seu desmembramento da Província de São Paulo, ocorrido no ano de 1853, passando pelos conflitos com a Argentina, com Santa Catarina, a Guerra do Contestado, as lutas dos posseiros em Porecatu e no Sudoeste, até os conflitos do final da década de 1970 e início de 1980. Situaresmos no processo histórico das questões fundiárias e os sujeitos envolvidos nessas questões já que é de seres humanos de carne e osso que a história é feita, não deixando de enfatizar a oportunização política construída no Brasil no final da década de 1970 e década de 1980, momento em que surge o Mastes e demais movimentos sociais do campo, que depois se articularam no MST que atua em nível nacional na luta pela terra e pela reforma agrária. Em meio a isso, construímos nossa posição teórica que molda o caminho que percorremos na análise da mediação dos movimentos sociais do campo em um misto de teoria e metodologia, já que construímos a noção de mediação com contribuições da História Cultural e, ao mesmo tempo, usamos como processo prático ocorrido na atuação do Mastes, na região Sudoeste do Paraná.

### **2.1 CONFLITOS POR TERRITÓRIO E PELA TERRA NO PARANÁ: DA COLONIZAÇÃO À DÉCADA DE 1980**

Em 1853, quando a 5ª Comarca de São Paulo foi transformada em Província do Paraná, os Campos de Palmas já estavam sendo ocupados de forma sistemática dentro da lógica civilizatória europeia, desde 1839, quando habitantes dos Campos de Guarapuava, ocupados nessa mesma lógica, desde 1809, partiram para eles, antecipando-se aos paulistas da então sede da província que ansiavam essa ação. O governo provincial de São Paulo, juntamente com o governo imperial brasileiro, criou a Companhia dos Municipais Permanentes, uma espécie de corpo policial, destinada

a ocupar os Campos de Palmas para garantir o *uti possidetis*. O que poderia, em questões conflituosas, garantir o território ao governo brasileiro, já que a fronteira com a Argentina ainda não estava estabelecida de forma concreta em seus limites territoriais, porém, antes da atuação da Companhia, habitantes dos Campos de Guarapuava chegaram aos de Palmas vislumbrando um novo território para se anexar e explorar a pecuária extensiva (WACHOWICZ, 1985, 2016).

Apesar dessa ação de antecipação dos habitantes proprietários dos campos de Guarapuava aos Campos de Palmas, a região já era conhecida pelos governos, pois alguns portugueses por lá já tinham transitado. Alguns deles foram os paulistas bandeirantes no século XVII que passavam pela região para aprisionar e escravizar indígenas em Tapes, no atual Rio Grande do Sul e, outros, passaram em expedições, como a de 1832, comandada pelo Capitão José de Sá Couto Maior e dizimada por nativos da região (WACHOWICZ, 1985, 2016).

As questões fronteiriças do atual Sudoeste do Paraná, onde se localizavam os Campos de Palmas, assim como as fronteiras de toda a região Sul do atual território brasileiro, causaram grandes litígios entre as coroas de Portugal e da Espanha desde a chegada dos europeus por essas terras, sendo firmados vários acordos para além do famoso e genérico Tratado de Tordesilhas (1494), estabelecido de forma diplomática com a ajuda do Papa Alexandre VI, antes mesmo da expedição de Cabral, que aportou por estas terras conhecidas hoje como Brasil. Podemos citar o Tratado de Madrid, em 1750; o Acordo El Pardo, em 1761 e o Acordo de Santo Ildefonso, em 1777. Litígios também ocorreram por parte dos governos que se tornaram independentes de suas metrópoles, como as disputas pela região da Banda Oriental, onde hoje é o Uruguai, como a Guerra do Paraguai, e conflitos com a Argentina pela fronteira do Sudoeste do Paraná, região que se ligava aos Campos de Palmas (MYSKIW, 2016).

No que se refere à questão de Palmas ou de Misiones, que abrangia a região Sudoeste do Paraná e a região Oeste de Santa Catarina, identificamos que, em 1859, sessões secretas foram realizadas na Câmara e no Senado argentino para apreciar o tratado de limites formulado pelas duas diplomacias, a argentina e a brasileira, com os limites estabelecidos no Rio Peperi-Guaçu e no Santo Antônio, porém, com uma

modificação realizada pelos parlamentares argentinos no artigo 2º do tratado, os limites para a fronteira seriam os rios Chapecó e Chopim. Entretanto, devido aos conflitos no Cone Sul e à eclosão da Guerra do Paraguai, as discussões sobre os acordos foram suspensas. Nesse tempo, o governo imperial brasileiro, para defender o território e também para povoá-lo, criou as Colônias Militares de Chapecó e de Chopim, em 1859. Pouco tempo depois da Guerra do Paraguai, o governo da Argentina criou, em 1881, a Província de Misiones no território que tiraram do Paraguai, enquanto espólio/ganho de guerra, e que incluiu também os Campos de Palmas. No ano seguinte, em 1882, o governo imperial brasileiro instalou as suas colônias militares avançadas (MYSKIW, 2016).

Vale lembrar que desde 1880 as regiões Oeste e Sudoeste do Paraná realizavam duas atividades extrativas importantes: a coleta de erva-mate e o corte de madeira nas margens do Rio Paraná e Iguaçu. A erva-mate se tornou uma importante atividade para todo o estado do Paraná, na segunda metade do século XIX, com exportação, principalmente, para a Argentina. Já o ramo da madeira teve como corolário uma intensa atividade predatória nas florestas e a constituição das obras, núcleo de cortes de madeira contrabandeadas para a Argentina e com forte exploração de trabalhadores (FERES, 1990).

Para discutir as demarcações da fronteira, em 1885, Argentina e Brasil criaram uma comissão mista, porém com o golpe de Estado, que acabou com o Império e instaurou a República no Brasil, a comissão não prosseguiu. Em 25 de janeiro de 1890, foi estabelecido o Tratado de Montevideu, que firmaria os limites nos rios Chapecó e Chopim, entretanto, com grandes críticas da imprensa brasileira, o tratado foi rejeitado pelo congresso nacional, com proposição apresentada por Dionísio Cerqueira e mais alguns companheiros. Decidiu-se, então, pelo arbitramento da questão, sendo escolhido para representar e defender o Brasil, o Barão de Rio Branco, depois do falecimento do Barão de Aguiar de Andrada, primeiro nome levantado e, para representar e defender a Argentina, decidiu-se pelo intelectual Estenislau Severo Zeballos. O presidente dos Estados Unidos, Grover Cleveland, foi o árbitro escolhido para dirimir a questão e em 6 de fevereiro de 1895 formalizou seu entendimento com parecer favorável ao Brasil. Pronunciou o laudo arbitral, levando em conta a utilização de argumento do antigo direito romano do *uti possidetis*, argumentado pelo do Barão

de Rio Branco. Depois da decisão, entre 1901 e 1903, as demarcações foram realizadas por uma comissão chefiada por Dionísio Cerqueira (MYSKIW, 2016).

Outra disputa que ocorreu nessa região, e que teve início na mesma época, foi a disputa entre Paraná e Santa Catarina por uma área de mais de 48 mil quilômetros quadrados. Desenrola-se, então, a Guerra do Contestado, que pode e deve ser vista sob duas perspectivas não separáveis por completo, mas que precisam ficar claras para entendermos a realidade. Uma envolveu a questão da disputa do território por Paraná e Santa Catarina e outra compreendeu a população sertaneja ou cabocla com o Estado brasileiro e companhias privadas que, por essa época, chegavam ao Brasil para construir a estrada de ferro São Paulo – Rio Grande do Sul, passando pelos rios Uruguai e Iguaçu, e que resultou no maior conflito do Brasil, envolvendo questões fundiárias. Três monges influenciaram a vida da população cabocla que ocupava essas terras, reproduzindo sua existência de forma separada do modo econômico e da política nacional central, cultivando lavouras de milho, abóbora, moranga e mandioca e criando porcos à solta. Os monges foram João Maria de Agostini, italiano que chegou ao Brasil na segunda metade do século XIX; João Maria de Jesus, de origem francesa, identificado como Atanás Marcaf, atuando no final do século XIX e início do XX; e José Maria, benzedor e curandeiro que herda as atribuições dos anteriores e agrega em torno de si os caboclos nos conflitos. Esses caboclos foram a frente da frente da colonização no Sudoeste do Paraná e Oeste de Santa Catarina e, com o processo da chegada efetiva do Estado e das empreiteiras de ferrovias, privadas e estrangeiras, passaram a ser tratados como intrusos (VALENTINI, 2016).

Odair Eduardo Geller (2016) analisou que a expansão do capitalismo industrial e financeiro no território nacional arrastou consigo novos universos, marcados pela impessoalidade e pela indiferença com relação aos seres humanos, tendo em vista a deliberação de o Estado criar um conjunto cultural relativamente padronizado, com força e poder de atração de indivíduos a símbolos e instituições, causando forte tensão com o afrontamento a modos de viver diversificados dos caboclos da região do Contestado, impondo suas estruturas, infraestrutura, estrada de ferro, organismos estatais, assentamentos de imigrantes europeus, serrarias e, criando, forçosamente, novas bases de sociabilidade com novos modos de pensar, agir e sentir que, juntamente com a concessão de vastas áreas de terras, como indenização às

companhias, abala as redes sociais e econômicas da população cabocla (GELLER, 2016).

A disputa da área por Paraná e Santa Catarina foi encaminhada ao Supremo Tribunal Federal (STF) que, em três decisões, em 1904, 1909 e 1910, reconheceu o território como catarinense, sem a concordância do estado do Paraná. É a partir daí que ocorreram os principais fatos da Guerra do Contestado, quando caboclos aglutinados em torno do curandeiro José Maria foram denunciados como pretendentes à proclamação da monarquia, fazendo com que, pressionados por isso, atravessassem para o outro lado da margem do Rio do Peixe, território pleiteado pelo Paraná que, pensando que a passagem dos caboclos era uma ação forçosa para o cumprimento da decisão do STF, por parte de Santa Catarina, atacou os caboclos com o Regimento de Segurança, em 22 de outubro de 1912. Esse foi o primeiro conflito violento da guerra, conhecido como a Batalha do Irani. Vale destacar que os caboclos se reuniram com José Maria pelos despejos que sofreram de suas posses pela empresa responsável por meio da construção da ferrovia, a *Brazil Railway Company*, a qual recebeu a concessão de terras do Estado que, em um primeiro momento, serviram para a extração da madeira e, depois, para a colonização, gerando lucro à empresa na venda das madeiras, na venda das terras e no transporte com a ferrovia (VALENTINI, 2016).

A Guerra do Contestado gerou aproximadamente 8 mil mortes, em sua maioria, caboclos. Foi utilizado um terço do efetivo do exército brasileiro, além das polícias militares de Santa Catarina e do Paraná e contingentes armados pelos fazendeiros locais, e foi o primeiro conflito no Brasil que teve o uso de aviões como meio de reconhecimento dos lugares e planejamento da guerra contra os caboclos. A assinatura do acordo pelo governador de Santa Catarina, Felipe Schmidt, e pelo do Paraná, Afonso de Camargo, diante do presidente Wenceslau Braz, em 20 de outubro de 1916, a partir da divisão do território em disputa, foi considerado como o marco final do conflito (VALENTINI, 2016).

Nas décadas de 1940 e 1950 despontaram, no Paraná, lutas internas pelo espaço e pela terra. No extremo Norte do estado, nesse período, ocorreu a Revolta Camponesa de Porecatu. Essa região começou a ser foco de projetos de colonização

dirigida a partir da década de 1930, dentro da política do governo Vargas conhecida como “Marcha para Oeste”, recebendo, principalmente, paulistas, pequenos proprietários, trabalhadores e colonos, que se embrenharam nas atividades da plantação de café, produtos alimentares básicos e criação de suínos. A partir da década de 1940, os posseiros no Extremo-Norte paranaense foram expulsos de suas posses e os “novos proprietários” (grileiros que se estabeleceram como donos por esses meios de desintrusão) investiram fortemente no café, na cana-de-açúcar e na criação de gado, processo associado ao trabalho assalariado (PRIORI, 2012).

As ações armadas em Porecatu iniciaram no final de 1948 e seguiram até julho de 1951, no governo de Moysés Lupion, quando a polícia militar do estado do Paraná e as Delegacias Especializadas de Ordem Política e Social (DOPS) de São Paulo e do Paraná desmobilizaram o grupo. A luta armada resultou da resistência pela desapropriação dos posseiros das terras que ocupavam, às vezes, de forma violenta, por meio do uso de pistoleiros, jagunços e da polícia do estado. Os posseiros, em sua luta, receberam o apoio do Partido Comunista Brasileiro (PCB), inclusive na luta armada, sobretudo depois dos manifestos do partido de janeiro de 1948 e agosto de 1950, quando se destacou a possibilidade de uma violência revolucionária, propondo uma Frente Democrática de Libertação Nacional para combater o imperialismo e distribuir terras de forma imediata dos latifundiários para os camponeses que nelas trabalhavam. Marcelo Oikawa (2011) descreve que, a partir do manifesto de 1950, Porecatu começa a ser a primeira experiência revolucionária do partido para realizar a luta pelo poder pela via das armas e partindo do campo para a cidade. Nesse processo, surgiram, no Norte do Paraná, as primeiras Ligas Camponesas do Brasil, a primeira datada de 1944, organizada com o objetivo de conquistar a legalização das terras na região. Ao todo foram criadas 12 Ligas Camponesas na região, durante os conflitos<sup>4</sup> (PRIORI, 2012; OIKAWA, 2011).

De acordo com Marcelo Oikawa (2011), depois das quedas de Getúlio, em nível federal, e de Manoel Ribas, no Paraná, as terras de Porecatu foram divididas em lotes

---

<sup>4</sup> Conforme Marcelo Oikawa (2011), em 1944 mais de 500 famílias se reuniram em Porecatu e Guaraci e 270 famílias em Ribeirão do Tenente para a fundação de uma Associação de Lavradores. E, em Guaraci, 268 famílias, também, procederam com a fundação de uma Associação.

de 40 alqueires, dando esperança aos posseiros de que iriam receber definitivamente seus títulos, porém o empreendimento foi cessado e voltou a ser executado quando Moysés Lupion assumiu o governo do estado, mas agora com a divisão de lotes de 200 a 400 alqueires, com a fixação de editais anunciando a venda das terras, incentivando uma vez mais a vinda de fazendeiros paulistas à região e impedindo a aquisição pelos posseiros (OIKAWA, 2011).

Angelo Priori (2012) também comenta sobre a complicação que os posseiros tiveram com a posse de Moysés Lupion, em março de 1947, para o governo do estado do Paraná. O historiador afirma que ele foi acusado de facilitar a grilagem, além de sofrer acusações de ser ator direto da criação dos conflitos em favor de interesses pessoais e políticos (PRIORI, 2012)

Nesse mesmo ano de 1947, Angelo Priori (2012), ainda, destaca a ocorrência de uma grande manifestação que propagandeou a situação e a luta dos posseiros com a participação de cerca de 1.500 manifestantes que fecharam a estrada que ligava Presidente Prudente, em São Paulo, a Londrina, no Paraná. Além da visibilidade conquistada, os manifestantes criaram uma força unitária entre os camponeses e ganharam a solidariedade de outros setores da sociedade, como a dos comerciantes locais (PRIORI, 2012). Essa manifestação fez o PCB participar, de forma mais incisiva, ao lado dos camponeses, principalmente com o comitê de Jaguapitã e o de Londrina, que com o repasse de roupas, medicamentos e dinheiro, começou a ganhar a simpatia dos camponeses. Marcelo Oikawa (2011) relata a manifestação, pontuando que ela foi uma consequência da invasão de uma posse sob o comando do jagunço Antônio Barbosa e, que depois disso, os líderes da Associação de Lavradores de Guaraci decidiram pela manifestação que reuniu famílias de várias cidades próximas, todos armados (OIKAWA, 2011).

Outra estratégia para arregimentar os camponeses foi a criação de espaços de lazer, como jogos de futebol e truco, para debater questões políticas. Em 1948, a luta armada começou quando os camponeses aceitaram essa estratégia de ação, enquanto forma de atendimento aos seus objetivos que não eram mais só a legalização das posses, mas, também, reivindicações pela terra, por melhores salários e por condições de trabalho. Apesar da luta armada, que iniciou em alguns pontos da

região, outro grupo, maior, fazia uma resistência legal nas fazendas, com solidariedade e ajuda de setores urbanos (PRIORI, 2012).

A violência começou a ser constante contra os posseiros, com assassinatos, invasões nas posses, incêndio de casas, morte de animais e até estupros, causando revolta e fazendo com que pequenos grupos começassem a se organizar em armas. Na luta armada, os maiores embates se deram com os jagunços que conheciam detalhadamente a região e tinham as mesmas estratégias que os camponeses, diferentemente da polícia, que mesmo ajudando os grileiros, era despreparada e não conhecia as táticas de guerrilha. Um dos grandes acontecimentos da luta armada foi a vingança e o justicamento do jagunço José Ferreira de Souza, conhecido como José Celestino, causando forte entusiasmo em toda a região e apoio pela sua morte. Conforme Angelo Priori (2012), essa ação não foi realizada sob comando do PCB, e sim, por um grupo de 18 camponeses embrenhados na mata que articularam a ação e que, posteriormente, foi comemorada pela população em geral e exaltada pelo partidão, começando a ganhar popularidade (PRIORI, 2012).

Angelo Priori (2012) destaca, também, que a escolha pela luta armada não foi determinada pelo PCB, ela já estava em questão quando o partido entrou no processo em uma relação de reciprocidade: enquanto os camponeses recebiam dinheiro, roupas, comida e um quadro profissional; o PCB via a situação como um palco para colocar em prática sua política partidária. Após Porecatu, o PCB enveredou por uma política legalista, conciliatória e institucional (PRIORI, 2012; SILVA, 2009).

Nesse contexto, também surgiu, em 1950, as Uniões Gerais de Trabalhadores (UGTs), desmembradas, posteriormente, para a constituição do primeiro Sindicato de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas no Estado do Paraná, um dos primeiros sindicatos camponeses do Brasil. O primeiro a ser criado foi o Sindicato dos Colonos e Assalariados Agrícolas de Londrina, em 29 de novembro de 1956. Mais tarde aconteceu a criação da Federação dos Trabalhadores na Lavoura do Estado do Paraná, que contribuiu para a criação da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) (SILVA, 2009).

Na década de 1950, momento de criação de sindicatos no Paraná, em nível nacional, surgiram as Ligas Camponesas, mais especificamente em 1954, uma marca



importante para a luta no campo no Brasil. As Ligas surgiram por ocasião de conflitos em torno do sistema de arrendamento no município de Santo Antônio, em Pernambuco, no Engenho da Galiléia, quando os valores cobrados pelo arrendamento das terras ultrapassaram o valor que os foreiros podiam pagar, surgindo, então, a Sociedade Agrícola de Plantadores e Pecuáristas de Pernambuco. As Ligas logo se espalharam por todo o país, apesar da repressão de forças militares do governo e de milícias privadas de fazendeiros, com apoio de políticos progressistas como Francisco Julião, deputado estadual pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e advogado que ficou famoso pela sua atuação nas Ligas. As Ligas, em uma disputa política sobre a decisão de qual tipo de reforma agrária era preciso lutar, ganharam a disputa travada com o PCB no I Congresso de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil, realizado em Belo Horizonte, em 1961, pela União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB), organização dirigida pelo partido. Na discussão, com a presença de 1.600 delegados, foi decidido pela reforma agrária radical, proposta das Ligas, em oposição à proposta mais branda e institucional do PCB (MOTTA; ESTEVES, 2006).

No mesmo contexto, posterior ao programa da Marcha para o Oeste, já no segundo governo de Getúlio Vargas em diante, outro conflito que se desenvolveu foi a Revolta dos Posseiros, no Sudoeste do Paraná, culminado em 1957. Para entendermos o caso, devemos retornar ao final do século XIX, quando ainda no governo imperial se fez concessões de terras às empresas que construiriam ferrovias no país, política continuada na república. Em uma dessas concessões, a área cedida foi a Gleba Missões, com 425.731 hectares, em troca da construção de uma parte da ferrovia São Paulo-Rio Grande, concessão essa reconhecida pelo governo do Paraná, em 1917. Porém, no final do século XIX, o governo de Santa Catarina concede a José Rupp áreas para exploração de madeira e erva-mate na região do Contestado e no Centro-Oeste do estado do Paraná. Naquela época, Santa Catarina defendia que seu território iria até o Rio Iguaçu, enquanto que o Paraná dizia que o seu iria até o Rio Uruguai. Ou seja, as terras cedidas por Santa Catarina a José Rupp seriam as mesmas cedidas pela União e pelo Paraná à empresa construtora da estrada de ferro (POLI, 2016).

No ano de 1920, a empresa entrou com uma ação para reaver as terras, anulando a posse de José Rupp. Este, porém, entrou com uma ação de embargo e

ganhou a causa, em 1925, tendo seu direito pela área reconhecido no julgamento da ação. A situação se tornou mais complexa quando em 1930 o governo do Paraná rescindiu todos os contratos com as empresas de construção das estradas de ferro, retomando todas as áreas e transferindo as obras para o estado, porém envolvendo glebas de terras de domínio da União. Em 1940, para complicar ainda mais a situação, o governo de Getúlio Vargas decretou a incorporação da Companhia Estrada de Ferro (BRAVIACO) e da *Brazil Railway Company* ao patrimônio da União, em uma política de incorporação das empresas do ramo ferroviário, constatando que, em todos os investimentos e nas inversões realizadas pelas empresas, foram utilizados recursos públicos. Agora, o imbróglio passou a ser litigiado entre o estado do Paraná e a União, esta considerando a Gleba Missões sua por haver incorporado ao patrimônio as empresas das ferrovias e os territórios concedidos anteriormente, e o estado do Paraná considerando sua por haver cancelado os contratos e anulado as concessões. Rupp, não querendo perder seu direito, entrou com uma ação indenizatória pela compensação do tempo que ficou impedido de explorar a área e pelos produtos explorados pela companhia ferroviária, tendo a Justiça dado a ele a garantia de várias áreas em compensação, entre elas, a Gleba Missões e parte da Chopin. Foi em meio às divergências sobre quem seria o dono da Gleba Missões e parte da Chopin que surgiu o processo do conflito armado de 1957 (POLI, 2016).

Na perspectiva da Marcha para Oeste foi criada a Colônia Agrícola General Osório (CANGO), por meio do Decreto nº 12.417, de 12 de maio de 1943, destinada a colonizar oficialmente a região. A CANGO, apesar de não titular as propriedades, distribuía terras de 10 a 20 hectares, prestava ajuda técnica, assistência social, disponibilizava infraestrutura, distribuía ferramentas, sementes, oferecia assistência dentária e médica, construía hospitais e escolas. Para se contrapor a CANGO e criar um novo modelo de colonização privada, aproveitando-se dos recursos naturais, principalmente a madeira, surgiu a Clevelândia Industrial e Comercial LTDA (Citla), depois de Rupp negociar com ela seus direitos de posse da Gleba Missões e de parte da Chopin. A Superintendência das Empresas Incorporadas ao Patrimônio da União (SEIPU) reconheceu a propriedade da Citla, que se instalou na região em 1951, iniciando a venda de terras (POLI, 2016).

A Citla começou a pressionar os colonos posseiros para que comprassem as terras já ocupadas, usando jagunços e violência, com apoio da polícia do Paraná, já que tinha amparo do governador Moysés Lupion, acusado de ser sócio da companhia. Nesse contexto, a população criou uma comissão para acompanhar a questão das terras, no final de 1951. De 1951 a 1955, quando o governador do Paraná passou a ser Bento Munhoz da Rocha Neto, do Partido Republicano (PR), as ações da Citla tiveram que ser mais amenas, já que ele era contrário a Lupion, tendo, inclusive, proibido pelo Decreto nº 419, de 2 de junho de 1952, o recolhimento dos Impostos de Transmissão e Propriedade (SISA) de qualquer transação imobiliária da Gleba Missões e de Chopin, impedindo a venda de terras pela Citla (POLI, 2016; PRIORI et al., 2012).

Após a segunda eleição de Lupion, em 1955, e o início do seu segundo mandato, no final de janeiro de 1956, a Citla voltou a atuar de forma mais violenta, juntamente com mais duas companhias do grupo que se instalaram na região, em 1956, a Companhia Comercial e Agrícola Paraná LTDA e a Companhia Imobiliária Apucarana LTDA. Conforme destaca Jaci Poli (2016), essas companhias agiam com intimidação e violência, inclusive com assassinatos. Um dos fatos mais marcantes foi a emboscada da camionete no dia 14 de setembro de 1957, no Km 17, entre Santo Antônio<sup>5</sup> e Lajeado Grande, quando, poucos dias antes, o gerente da companhia Apucarana, Gaspar Kreamer, havia marcado uma reunião com os colonos para tentar apaziguar a situação, decorrente do caso do conflito armado e da destruição do escritório em “Lajeado Grande”, porém, receando alguma retaliação por parte dos posseiros a reunião foi cancelada (Gaspar Kreamer temendo por sua vida decidiu não ir), sem aviso a ninguém, sendo enviada uma camionete ao local com a ordem de dar carona a quem estivesse no caminho, rumando ao local da reunião marcada. O grupo de colonos que esperava a camionete para atacá-la assim o fez, matando sete pessoas, entretanto, apenas duas eram funcionárias da Apucarana.

---

<sup>5</sup> Atualmente, o local da dita “tocha do Km 17” fica no município de Pranchita. No ano de 2007, foi construído um monumento no referido local, sendo uma das atividades comemorativas do cinquentenário da “revolta dos posseiros de 1957” (cf. KOLING, 2018).

Nessa tensão gerada na região, comerciantes e profissionais liberais da cidade se aliaram aos posseiros na disputa pela terra, até mesmo pelo fato de estarem tendo prejuízo com a falta ou pouca comercialização da produção dos colonos. Alguns líderes urbanos ganharam projeção, como é o caso do médico Walter Pecóits, do radialista Ivo Tomazoni, do advogado Edu Potiguara Publitz, do comerciante Luiz Prolo, e de Jacomo Trento, mais conhecido como Porto Alegre, funcionário da Casa Sonora, de Pato Branco (JACI, 2016; PRIORI et al., 2012).

Outros dois acontecimentos também marcaram e elevaram a tensão a ponto de estourar a revolta. Um, anterior à tocaia do KM 17, foi a morte do vereador de Pato Branco, residente no distrito de Verê, Pedrinho Barbeiro, assassinado no dia 21 de maio de 1957. Ele se preparava para levar um abaixo-assinado ao presidente Juscelino Kubitschek, com denúncias a respeito da situação. O outro ocorreu no começo de outubro de 1957, que foi o espancamento de três crianças por jagunços para que contassem onde seus pais estavam. Elas foram levadas a Pato Branco e o que se ouviu da polícia e do juiz, foi a impossibilidade de fazer algo. Foi a partir daí, que, por meio da rádio, os colonos foram chamados a ocupar a cidade de Pato Branco, no dia 9 de outubro, e com comerciantes e profissionais liberais formaram uma junta governativa. No dia posterior, 10 de outubro, foi a vez de Francisco Beltrão agir, mais de 5 mil colonos tomaram a cidade, destruindo o escritório da Citla e da Comercial, rasgando contratos e notas promissórias que haviam sido assinadas. O exército atuou retirando os jagunços e funcionários da companhia da cidade. No dia 12, foi a vez dos posseiros de Santo Antônio tomar a cidade e destruir o escritório da Apucarana (POLI, 2016; PRIORI et al., 2009).

Após a expulsão das companhias privadas pela revolta, surge a incerteza e a insegurança de como ficaria a questão, visto que Lupion se mantinha no governo do Paraná. Diante disso é que representantes dos posseiros procuram os candidatos à presidência, na eleição de 1960, disputada por Jânio Quadros (PTN, PDC e UDN), Henrique Teixeira Lott (PSD e PTB) e Ademar de Barros (PSP). Quem assumiu compromisso com a causa dos posseiros foi Jânio Quadros, fortemente apoiado na região, inclusive pelo PTB, partido do candidato Henrique Teixeira Lott. Jânio Quadros, depois de eleito, cumpriu sua promessa e desapropriou a área, alegando utilidade pública por meio do Decreto nº 50.379, de 27 de março de 1961. Após sua renúncia,

João Goulart continuou com as ações, firmando acordo com o então governador do Paraná, Ney Braga, em 22 de julho de 1962, para início de um processo de colonização com os posseiros, pagando pela área, mesmo que um preço baixo, para não haver algum tipo de questionamento jurídico caso fosse realizado na forma de cedência. No dia 25 de junho de 1962, por meio do Decreto nº 51.514, foi criado um órgão misto com recursos das duas esferas da União e do Estado para atuar na questão da titulação das posses, o Grupo Executivo para as Terras do Sudoeste do Paraná (Getsop), vinculado à Casa Militar. Conforme aponta Jaci Poli (2016), a titulação das terras se deu por meio de consenso entre os posseiros, isto é, os próprios colonos eram quem diziam onde iria ser o limite de suas terras em acordo com as terras do vizinho. O Getsop também reservou áreas para vias públicas e estruturas comunitárias, principalmente escolas e igrejas (POLI, 2016).

Conforme João Bosco Feres (1990), os posseiros conduziram suas lutas até o ponto em que ela foi necessária para a pacificação da região e a cessação da violência causada pelas imobiliárias e pelos jagunços. Depois disso, as tratativas políticas ficaram a cargo de representantes que falavam em nome de seus interesses, em um âmbito que os posseiros não tinham acesso, nos partidos políticos e órgãos governamentais, retirando os colonos de cena e barrando a oportunidade ou não os incentivando na condução de sua luta (FERES, 1990).

João Bosco Feres (1990) analisa que apareceram, no contexto do Sudoeste, uma categoria que o Getsop não imaginou, os adventícios, agricultores sem-terra que vieram de outras regiões para o Sudoeste em busca de terras e, também, surgiram o que ele denomina de encostados, filhos dos primeiros colonos que vieram para a região e não tinham terra suficiente para a subsistência. Isso retira, de certa forma, a visão romantizada de que o Getsop solucionou, de forma perfeita, a questão (FERES, 1990).

Ricardo Callegari (2020) também trata da questão dos filhos dos camponeses com pequenas propriedades e dos agregados que, pela modernização da agricultura, ficaram limitados em sua capacidade de trabalho, de modo que precisam “buscar outros lugares para reproduzirem suas vidas” (CALLEGARI, 2015, p. 101).

E, por falar em modernização da agricultura, no final da década de 1970 começou uma nova tensão social na região Oeste do estado, próximo ao Sudoeste, relacionada ao princípio de modernização, que no Paraná havia iniciado na década de 1970, com a crise do café, propiciando a deliberação que já vinha acontecendo em outros estados do país, de fazer surgir um novo padrão de financiamento da e na agricultura, com predominância das lavouras mecanizadas de soja, trigo e milho e das pastagens. Essa tensão social chega ao Sudoeste e retira a noção muito propagada de que a Revolta dos Posseiros e a atuação do Getsop resolveram todos os problemas de terras e fundiários na região.

A região Norte do estado, na década de 1960, chegou a ser a maior produtora de café do Brasil, produzindo 62,2% do café nacional na safra de 1962/1963. A mecanização da agricultura se consolidou após as geadas de 1975, que destruíram as lavouras de café, contribuindo ainda mais para o surgimento de um modelo agrícola que modificou a fisionomia do espaço agrário, debilitando ao extremo a agricultura de mão de obra familiar e expandindo a agricultura de base empresarial, dependente de novas tecnologias e produtos modernos (maquinarias, insumos e sementes), que a entrelaçaram à indústria e ao capital (SERRA, 2009).

Ricardo Callegari (2020), em sua tese de doutoramento, apresenta o aumento do número de tratores na região Sudoeste nesse contexto da modernização, com dados extraídos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), fato que demarca bem a mudança no modo de produção dos agricultores. Coloca ele, que em 1970, a quantidade de tratores na região era de 185 unidades, chegando, na década seguinte, a 4.091 tratores, um aumento significativo de mais de 2.000%. O aumento continua grande até 1985 que, em relação a 1980, teve um aumento de 185%. Esse crescimento do número de tratores demonstra o impacto que a política de modernização acarretou para (além de todo o Paraná) o Sudoeste (CALLEGARI, 2020).

No Oeste, a tensão que ocorreu nesse intuito da modernização, não só ligada à modernização da agricultura e de sua integração à indústria, com a consolidação da agroindústria, deve-se, também, e não dissidente desse princípio, à construção de usinas hidrelétricas, que alagam terras e desapropriam pequenos proprietários e

posseiros das regiões Oeste e Sudoeste. Nesse período, foram construídas cinco usinas na região: Salto Segredo, Salto Santiago, Salto Osório e Salto Caxias, no Rio Iguaçu; e Itaipu, no Rio Paraná. A construção das Hidrelétricas, com a expropriação dos pequenos produtores e posseiros, fez surgir uma identidade coletiva que uniu sujeitos na mesma situação e promoveu ações organizadas coletivamente, voltando-se a antagonistas contra a perda do modo de vida, de existência e a manutenção de reprodução social dos agricultores, como o Estado, além, claro, da perda material da terra que proporcionou tudo isso. Somente a construção da Itaipu atingiu uma área de 100.607,73 hectares, desenraizando proprietários e posseiros que ali subsistiam, oportunizando o surgimento do MJT<sup>6</sup>, em 1980, com apoio da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e de alguns sindicatos de trabalhadores rurais da região, que lutou por preços justos para as terras alagadas, pela indenização separada para as benfeitorias, pelo pagamento de pelo menos 50% do valor da terra aos posseiros e para que os reassentamentos fossem no próprio estado do Paraná. No Sudoeste, a barragem da Usina de Salto Santiago, no Rio Iguaçu, inundou grandes áreas que atingiram os municípios de Laranjeiras do Sul, Chopinzinho, Mangueirinha e Coronel Vivida, expulsando, pelo menos, 170 famílias de produtores rurais, fazendo crescer as fileiras de camponeses sem-terra na região, uma vez que os posseiros receberam a indenização de benfeitorias existentes, impossibilitando a compra de novas áreas (SCHREINER, 2002; SERRA, 2009; FERES, 1990).

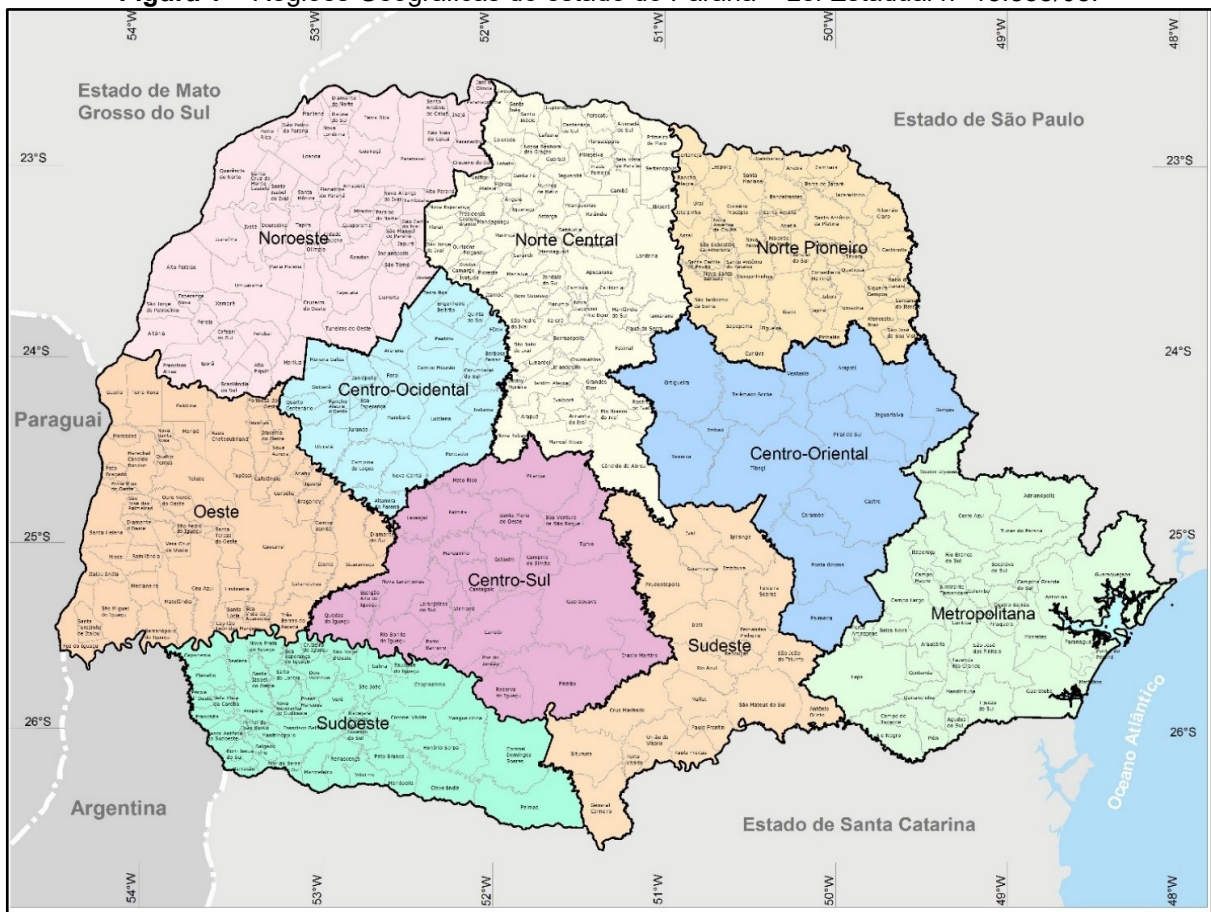
Em consequência da experiência do MJT surgiu, no Oeste paranaense, na região da Itaipu, o Mastro, em uma assembleia realizada no dia 2 de setembro de 1981, no município de São Miguel do Iguaçu, com a participação de 600 pessoas, representando 15 grupos de sem-terra organizados. No evento, decidiu-se que poderiam participar do movimento meeiros, boias-frias, filhos de agricultores, arrendatários e assalariados urbanos que tivessem origem social e familiar ou

---

<sup>6</sup> Com mobilizações de agricultores do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, após o anúncio da construção de 22 barragens na região do Alto Uruguai, a consequente desapropriação de cerca de 45 mil hectares e a expropriação das famílias, foi formada a Comissão Regional dos Atingidos por Barragens (CRAB), em 1989, que depois participou da construção do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) (BRUMER, 2009), demonstrando que os movimentos sociais, surgidos enquanto resistência camponesa contra a construção de usinas hidrelétricas, foram fortalecidos na década de 1980 e passaram a ter uma organização em âmbito nacional.

vinculação com a agricultura. As reivindicações e os encaminhamentos ficaram embasados na terra para quem nela trabalha e para quem dela precisa. Dentre eles, a fixação de um módulo máximo com limites para o tamanho das propriedades, a fim de acabar com o latifúndio; o crédito fundiário para os agricultores proprietários de pequenas áreas de terra rural e a expansão do movimento sem-terra para outras regiões do Paraná, influenciando, depois, na criação do Mastes (que veremos no próximo capítulo), do Movimento dos Agricultores Sem Terra do Norte do Paraná (Masten), do Movimento dos Agricultores Sem Terra do Litoral do Paraná (Mastel) e do Movimento dos Agricultores Sem Terra do Centro-Oeste do Paraná (Mastreco) (SCHREINER, 2002; SERRA, 2009).

**Figura 1 – Regiões Geográficas do estado do Paraná – Lei Estadual nº 15.858/08.**



Fonte: Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES, 2019).



Os conflitos fundiários, por território ou pela terra no Paraná, incluem o período anterior à criação da província, ocorrida no ano de 1853, quando foi desmembrado da Província de São Paulo, e seguem presentes, em muitos casos, até os dias atuais. Os conflitos que objetivam a terra para o trabalho e a reforma agrária iniciaram, mais sistematicamente, na década de 1940, no Norte do estado. Também surgiram em outras regiões, alcançando o Sudoeste do Paraná, no final de década de 1970 e início da década de 1980, com o surgimento do Mastes e com a ocupação da Fazenda Annoni, objetos desta pesquisa, que se inserem num contexto nacional de oportunização política para o surgimento de movimentos sociais no Brasil, e, em especial, do campo. Ainda, proporcionam um agir político e social na luta pela conquista da terra e pela reforma agrária com atos, muitas vezes, forçados de ocupação e formação de acampamento em latifúndios, além da mobilização e pressão política sobre os governos da União e dos Estados, sobre os poderes institucionais e sobre as agências e os agentes de organismos públicos fundiários, assim como do enfrentamento com poderes privados, o que analisamos a seguir, no texto, para compreender melhor a atuação do Mastes e a ocupação da Fazenda Annoni, em Marmeleiro. Porém, antes disso, apresentamos a teoria e a metodologia, desenvolvendo a noção de mediação com contribuições, sobretudo, da Sociologia Rural, da História Cultural e da Filosofia da Práxis.

## 2.2 HISTÓRIA CULTURAL E MEDIAÇÃO NOS MOVIMENTOS SOCIAIS DO CAMPO

Usamos, como unidade de análise para tratar sobre a atuação do Mastes, a ocupação e o acampamento da Fazenda Annoni, em Marmeleiro, a noção de mediação dos movimentos sociais do campo trabalhada por Delma Pessanha Neves (2008a, 2008b) e Regina Reyes Novaes (1994) que se ocupam de uma perspectiva da Sociologia Rural. Além da contribuição, no âmbito da História, de outros autores como Roger Chartier (1990, 2002), particularmente no que concerne à História Cultural, usando noções que envolvem a cultura, as representações coletivas e a apropriação, deixando claro que as possibilidades de se trabalhar na disciplina da História com contribuições da Sociologia são permitidas no âmbito de nosso tempo,

tendo em vista suas aproximações nas décadas de 1950 e 1960, quando os historiadores se interessaram fortemente por uma história social mais rigorosa<sup>7</sup>. Destaca-se a importância de uma análise baseada em teoria, pois se ficarmos somente em sua natureza empírica e descritiva, não entenderemos seu dinamismo, seu trânsito e sua fluência em espaços pouco considerados estruturalmente, já que os movimentos sociais são construídos para questionar estruturas, lutar e propor mudanças sociais e políticas (GOHN, 2014).

Regina Reyes Novaes (1994) compreende que para se estudar a mediação é necessário, antes de tudo, livrar-se da polissemia do termo para que não caiamos em banalizações de seu uso sem o estabelecimento de um status teórico. Conforme a autora, o termo mediação começou a ser utilizado por estudiosos do campo no Brasil, além de antropólogos, na década de 1970, quando se delineava no país um desenvolvimento capitalista que tinha como fundamento a concentração da terra e de poder em um processo de exclusão dos trabalhadores rurais, condicionando-os a uma não-cidadania ou a uma cidadania de segunda classe. Desse modo, antes de delimitarmos um campo teórico-metodológico para o estudo das mediações dos movimentos sociais do campo e traçarmos um caminho rumo a nossa análise específica, limpamos o terreno em um processo importante para a clarificação e a facilitação da nossa construção posterior, descrevendo o que não é ou não pode ser confundido com mediação, nesse caso, visto que o termo pode causar diversas interpretações por ser abrangente e ser usado comumente em situações da vida social e em questões jurídicas. Para tal fim, como ponto de partida, utilizamos o texto de Luiz Signates (1998), que trabalha com o conceito de mediação da comunicação construindo um feixe com noções e trabalhos de três autores – Williams, Martín-Barbero e Orozco Gómez –, que entendemos como propício para nosso estudo.

De forma mais corrente, mediação pode ser vinculada à ideia de intermediação, como um elo ou algo surgido que se liga a um primeiro elemento e só surge por intermédio de um segundo, ou ainda, com uma feição mais processual ligada à ideia

---

<sup>7</sup> A relação da História e da Sociologia iniciada no século XIX, quando as duas ciências já se institucionalizaram e se transformaram em disciplinas, além de seus conflitos e das aproximações mais efetivas nas décadas de 1950 e 1960, tanto no que tange a conceitos, a teóricos e à metodologia, podem ser apreciados na obra de Peter Burke, "Sociologia e História" (1980).

de movimento entre um termo de que se parte e um termo de que se chega, sendo essa ação-movimento condição da produção do segundo. Desse modo, remetemo-nos à dialética hegeliana que considera como “todo e qualquer termo, exceto o primeiro e o último, que se preste a operador indispensável a uma proposição teórica que assuma a pretensão de oferecer uma descrição completa do mundo” (SIGNATES, 1998, p. 38). Nesse sentido, a mediação é vista como uma informação ou uma comunicação que vai de um ponto a outro de forma direta e única para formar um terceiro sem o qual não existiria se não fosse essa linha de ação-movimento, o que não postulamos como tal, pois execramos uma verticalidade de posição ou uma imposição de uma linha que só vai e determina efeitos que a tenha como causa essa comunicação-informação e que outra coisa não possa ser diferente ou afetar.

A mediação, também, aparece como um processo ativo de ato de intercessão, reconciliação ou interpretação entre estranhos ou interação de formas separadas, postulando aí uma visão dualista de mundo em que a realidade e falar da realidade seriam coisas diferentes, visão/problema que trataremos de forma mais detida durante o texto para não deixarmos resquícios em nossa construção. Não consideramos, então, a mediação como intermediação, já que depende de um ponto de vista positivista de ver a realidade, pois separa as suas categorias em partes diferenciadas e independentes e que, por esse motivo, necessitam de instituições que cumpram o papel intermediário ligando essas partes (SIGNATES, 1994). E, não é nesse sentido que desejamos caminhar, pois não existem dois mundos, o dos oprimidos e o dos opressores, apesar de situações econômicas, sociais, culturais e políticas serem diferentes para os diversos grupos da sociedade como um todo.

Mediação também não é filtro, já que esse reducionismo teórico remete o termo a um enfoque de condução ou de informação, selecionando formas e conteúdos que passariam de maneira sobreposta a grupos, classes e sujeitos, de modo a não permitir uma circularidade de ideias, momentos e anseios. E, também, não a consideramos como intervenção por supor diversas formas de controle social de alguma entidade por outra, ou de sujeitos por outros, dado que produz interferência no processo de significação de instituições e sujeitos em um processo vertical de atuação (SIGNATES, 1994). Dessa maneira, não condizente com o termo mediação, que trabalhamos dentro do contexto dos movimentos sociais do campo no Brasil, mais especificamente

no que condiz ao Mastes, por não considerar os sujeitos e os grupos como entes passivos, que recebem ou esperam receber um suporte que os move a determinados planos e ações. Ou seja, os camponeses sem-terra, participantes do Mastes, não eram simples receptores passivos de conteúdos advindos de cima para baixo ou de um lugar específico privilegiado para os acampamentos e assentamentos.

Visto o que não pode ser considerado mediação para nosso estudo específico, recorreremos agora à justificação da escolha da noção de mediação nos movimentos sociais do campo. Ressaltamos que as sociedades complexas têm uma característica indissolúvel em qualquer análise, seja científica, literária, poética e até de senso comum, que é a diferença dentro do conjunto de um grupo que tende a ser uma unidade se falarmos em nível nacional, ou até mesmo regional, já que cada indivíduo é um universo, apesar de existirem as semelhanças e as reciprocidades de ideias, planos e ações que, como a diferença, surgem na interação das existências.

O estudo da mediação permite perceber como se constituem as interações entre categorias sociais e níveis culturais distintos e é isso que abordaremos com as noções de História Cultural, mostrando que há uma dinamicidade nesse processo e não uma lógica mecânica na interação com os mesmos bens culturais por diferentes grupos ou a manutenção de certos bens apenas a grupos hegemônicos. Essa interação que escrevemos não é sinônimo de relação pacífica e harmoniosa. Ela remete às contradições e aos conflitos pela questão da diferença que anotamos existente entre grupos e indivíduos. Desse modo, uma das tarefas do pesquisador, que se embrenha nessa noção, é encontrar situações propícias para a realização do processo de mediação ou atividade mediadora, que consiste em um movimento contínuo de negociação, tendo como horizonte referencial, sistemas simbólicos, crenças e valores em torno de interesses dos mais variados tipos, sejam materiais ou imateriais, que resultam continuamente em soluções nunca findas e nunca óbvias (VELHO; KUSCHNIR, 2001).

Os processos de interação são essenciais para a vida humana, possíveis de existência de forma social ou em sociedade, dentro da qual, também, estabelecemos interações conflituosas, e são nessas interações que acontecem os processos de mediação que não podem ser entendidos como uma terceira via que liga um ponto a

outro, dividindo o mundo em dois, objeto-sujeito, mas que deve ser vislumbrado como um processo dinâmico e interativo (VELHO; KUSCHNIR, 2001).

Usamos, para debater a dualidade cartesiana surgida na modernidade, a teoria ator-rede, de Bruno Latour (1994), que trabalha a questão da mediação técnica em sua sociologia das associações, descrevendo que o humano e, também, o objeto técnico mudam a partir da relação estabelecida pela conjunção homem/objeto, recusando o determinismo da técnica sobre o humano e do humano sobre a técnica, materialismo e antropocentrismo. Bruno Latour (1994) visualizou o social como resultado de interações, colocando a realidade como movimento, devir, fluxo, e não como um sistema estruturalista em que os atores se encaixam. Mas, pelo contrário, apregoando que as estruturas é que são engendradas pelos autores no processo interativo contínuo, com a rede sendo nosso meio de transporte “mais flexível que a noção de sistema, mais histórica que a de estrutura, mais empírica que a de complexidade [...]” (LATOURE, 1994, p. 9).

O autor postula, ainda, a questão dos mediadores que, diferentemente dos intermediários que transportam significado ou força sem transformá-lo, são específicos em todas as vezes que atuam e precisam ser analisados dessa maneira, pois “transformam, traduzem, distorcem e modificam o significado ou os elementos que supostamente veiculam” (LATOURE, 2012, p. 65). Por isso é que não podemos definir antes deles o que eles são, isto é, a teoria-ator rede abre espaço para que os sujeitos deem significado e definam a si próprios. A atuação dos mediadores também acontece, especificamente, em cada caso, com os atores envolvidos. E mais, quando percebemos os atores-sujeitos sociais como mediadores e não como intermediários é que notamos a história pulsando nesse processo interativo e não mecânico de uma intermediação natureza-sociedade, objeto-sujeito: somos híbridos. A história não pode ser trancafiada em um sistema racional, instrumentalizado em todos os espaços do planeta que convive com tempos diferentes no espaço global (LATOURE, 1994).

Também, assim, enxergamos o processo de mediação nos movimentos sociais do campo em uma interação não dualista, mas como processo de troca e de mudanças mútuas entre universos diferentes, com reciprocidades, consensos e objetivos comuns, construídos nesse processo de mediação, não existindo uma

relação mecânica entre o movimento e os ocupantes e acampados, no caso do Mastes. Assim sendo, não consideramos os ocupantes e acampados como causas das ações e idealizações do movimento, rechaçando uma rotulação absoluta da atuação dos mediadores sem uma pesquisa empírica de cada situação e de cada contexto, observando as controvérsias não como obstáculos à análise, mas como um meio pelo qual a relação de mediação acontece, considerando todos os atores sociais, mediadores e mediados.

O exercício da mediação se dá entre universos de significação que se contrapõem com os atores, investindo politicamente, articulados e coordenados em torno de valores, metas e referências morais e econômicas, revelando um processo social e dialético que impede a noção de pensarmos em um processo mecanicista ou sistêmico. Dessa forma, a mediação coloca em jogo o confronto de pontos de vistas desiguais, para aí se construir ou constituir outro campo nesse processo de produção de significados e referenciais de comportamento, com princípios que os agrega nas diferenças e que possam despertar comportamentos de transformação desejados mutuamente por mediados e mediadores, pela criação de temas reciprocamente reconhecidos e interesses que se convergem (NEVES, 2008).

Os agentes situados na posição de mediadores são importantes para a constituição de espaços contextuais de ação política orientada pela busca de justiça social, pela luta para diminuição do grau ou alteração no padrão referencial de consolidação de desigualdades socioeconômicas. Os mediadores são, em grande parte, militantes políticos fundamentais no exercício da constituição, de consagração e de divulgação de novos ideais, metas e modos de organização, em geral agregados em torno de alianças estabelecidas por redes, instituições ou movimentos associativos (NEVES, 2008, p. 10).

No processo de mediação há uma criação e uma recriação de representações coletivas, deixando definido o caráter histórico de todas as formas culturais, mostrando que as condições da mediação são contextuais, já que pressupõe ações humanas na construção de significados e práticas em um espaço e em uma situação. A proposta analítica que põe em cena o plano das mediações sociais vai contra uma análise que represente a construção da sociedade de forma harmonicamente natural, em contínuo progresso rumo a um final sabido *a priori*,

[...] é tentar ultrapassar a dicotomia entre indivíduo e sociedade, bem como o ponto de vista que se fundamenta em determinismos, mecanicismos, positivismos essencialistas, é colocar em evidência o caráter histórico de toda forma cultural (NEVES, 2008, p. 22).

Entretanto, além dos planos de mediações serem condições de existência do ser humano enquanto ser social, também o permite se expressar, pois é na ação coletiva e na criação de significados e representações sociais que, em meio às diferenças e às desigualdades, ele cria sua identidade. Essas representações, que também se tornam políticas, buscam o reconhecimento da diferença, por meio de lutas pelo patrimônio cultural de um grupo. Por seu turno, esse patrimônio, de um modo de existência que se escolhe, não pode ficar só no plano da abstração, mas deve se expressar no plano material da vida, já que, apesar de ocupantes de terras ou acampados criarem junto com movimentos, instituições e/ou entidades, modos de vida que os caracterize enquanto grupo específico, lutam e agem em busca de conquistas materiais palpáveis, como a fixação na terra e a produção a seu modo, objetivos de movimentos sociais que se mobilizam pela reforma agrária ou pela garantia de terra para todos. No entanto, como comentou Michel Vovelle (2004), quando analisa sistematicamente a respeito da história das mentalidades e a ideologia, as atitudes e as representações coletivas são produzidas a partir da vida real dos sujeitos e as representações que eles mesmos fazem dela. Essa análise que, mais uma vez, desafia reduções mecanicistas.

O autor, também, caracterizou a história das mentalidades como a relação dialética “entre, de um lado, as condições objetivas da vida dos homens e, de outro, a maneira como eles narram e mesmo como a vivem” (VOVELLE, 2004, p. 24). Não definimos nossa pesquisa como história das mentalidades, porém, utilizamos essa análise para esclarecer que, a partir das condições objetivas materiais da existência os sujeitos sem-terra do Sudoeste do Paraná criaram para si, enquanto sujeitos com identidades coletivas, maneiras de agir, atuar, sentir e viver, com base em suas vidas cotidianas, nos bens culturais e nas experiências que recebem, construindo, com esse suporte, representações, como veremos com Roger Chartier (1990), que eram deles

e que visavam a garantia de suas vidas na terra de produzir<sup>8</sup> para, em última instância, reproduzir a vida.

Na elaboração de projetos para serem colocados em prática, no contexto de um movimento social do campo, tanto os mediadores quanto os mediados necessitam de práticas que interliguem esses universos diferentes, com a elaboração de certas equivalências para a formulação de seus projetos políticos em busca de objetivos que se tornem recíprocos no processo de criação de consensos e códigos comuns. Conforme atesta Delma Pessanha Neves (2008), esses objetivos são necessários para que o espaço da mediação se constitua, mobilizando os mediados na transformação dos sonhos em conquistas plausíveis, sem uma imposição vertical, mas com valores e saberes que vindos dos mediadores são inseridos no universo dos mediados que, por seu turno e com seus saberes, também interferem na ação e nos saberes dos mediadores, permitindo a superação das contradições.

Existe um reconhecimento da diferenciação das posições sociais, porém a compreensão do contexto político e cultural permite a articulação dos mediadores e mediados e a produção de alianças e o reconhecimento das diferenças, com intenções de construir interesses comuns estabelecidos em uma formulação sistemática de demandas e de legitimação das proposições (NEVES, 2008)

É visando a construção de um projeto político que a mediação nos movimentos do campo, no Brasil, aparece, com surgimento de vários mediadores que, em aliança com as ações mais imediatas, formulam estratégias políticas nessa relação, tendo essas ações mais sistematicamente perceptíveis entre 1930 e 1980, como veremos posteriormente. Nessa construção do projeto político não devemos esquecer, como apresenta Delma Pessanha Neves (2008), da contribuição dos mediados com seus interesses, saberes e conhecimentos mais imediatos, atuando, também, no processo formativo presente na mediação. Desse modo, com os consensos e as crenças elaborados coletivamente é que se dão as lutas e as ações concretas dos movimentos, isto é, os sem-terra, ocupantes ou acampados, em seu cotidiano com os

---

<sup>8</sup> Terra de produzir ou terra de trabalho são termos utilizados por Martins (1981) para contrastar ou se opor à terra de exploração ou à terra de especulação, destinada ao capitalismo, que dela retira a renda, explora e expropria o camponês ou o trabalhador rural.



pés na terra e as mãos na enxada, possuem saberes que são transmitidos aos mediadores que, por sua vez, se apropriam disso em meio às contradições que percebem de seus próprios atos ou de suas intenções. Essa ideia do trabalho educativo provém da noção de que toda mudança social necessita dessa ação, destinada a mudar comportamentos e visões de mundo, incorporando outros valores, discursos e práticas de outros domínios da vida social, colocando os sujeitos mediados como importantes nesse processo, quando mostram as contradições vividas pelos mediadores. Ocorre, assim, um processo formativo educacional recíproco, mostrando que atos de mediação são transformações dos mediados e dos mediadores, pois esse processo não prevê resultados *a priori*, e desdobramentos inesperados podem ocorrer (NEVES, 2008).

Assim, o processo formativo recíproco, a partir de uma significação situacional, permite-nos e nos leva a fazer uma aproximação com a perspectiva filosófica tomada de Vásquez (1966), no que diz respeito à práxis que, por sua vez, se constitui de uma categoria que concebe a filosofia “não só como interpretação do mundo, mas também como guia de sua transformação<sup>9</sup>” (VÁZQUEZ, 1996, p. 5). Para avançar e aprofundar a análise, descrevemos a práxis como ações dos sujeitos que transformam o mundo se desprendendo de atitudes imediatas e de interesses materiais instantâneos e agarrando-se a uma atitude mais reflexiva desse agir. Para que ocorra a elevação da práxis [ação] espontânea à práxis reflexiva é necessário um processo de educação, de formação e de organização, sendo possível, graças ao processo de mediação que contribui com os camponeses sem-terra na elevação do grau de consciência subjetiva de seu lugar no mundo e de seu posicionamento social e histórico. Dessa forma, podem agir conscientemente para que sejam capazes de voltar a sua consciência para a prática de seus atos e para a sua própria consciência de práxis, isto é, a possibilidade de a consciência voltar a si mesma para rever suas ações em uma espécie de autoconsciência prática (VÁZQUEZ, 1996).

---

<sup>9</sup> Essa proposição aparece na Tese 11 de Marx sobre Feuerbach: Os filósofos têm apenas interpretado o mundo de maneiras diferentes; a questão, porém, é transformá-lo. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/ma000081.pdf>.

Esse processo demonstra a interatividade entre mediados e mediadores, já que eleva a consciência da práxis dos mediados, assim como permite que, por meio da autoconsciência da práxis, os mediadores observem suas contradições de ações e possam reformular seu modo de agir nesse contato formativo recíproco que insistimos em ressaltar. Ademais, além de elevar a consciência da práxis, por meio da práxis reflexiva, a mediação também promove a práxis criativa, já que a irrepetibilidade está presente nesse processo dinâmico, e não a duplicação de outra realidade que não aquela em que está ocorrendo. Ou como duplicação de um ideal teorizado, mas enquanto movimento interativo entre subjetivo e objetivo, entre teoria e prática, entre camponeses sem-terra nos acampamentos, ocupações e entidades, associações e movimentos, destacando, dessa forma, que não há um modo de agir constituído e imutável, apesar de existir uma dinamicidade percebida na mediação (VÁZQUEZ, 1996).

Nesse sentido, além de falar de uma práxis reflexiva, também podemos usar a noção de práxis criadora como práxis propriamente utilizada na produção do ser humano que, mediante novas necessidades e situações, age de modo a criar para encontrar as soluções exigidas. A práxis criadora, juntamente com a reflexiva, permite a adaptação às necessidades, às situações e as suas articulações frente à necessidade de continuar com seus objetivos deliberadamente postos em jogo pelos mediados e mediadores, tendo a unidade, mais uma vez, do objetivo e do subjetivo, do exterior e do interior, com a atitude consciente dos sujeitos voltada à concretude material de suas ações. Assim, suscitando um novo ato psíquico coletivo frente ao problema material, quanto uma nova atitude material frente à necessidade da formulação de um novo ato psíquico coletivo (VÁSQUEZ, 1966).

Para trabalharmos com essa noção de mediação que está se delineando, usamos as noções da História Cultural, que tem “por principal objecto identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler” (CHARTIER, 1990, p. 16). Essa realidade social é forjada com a construção de representações do mundo social, sempre determinadas, apesar de, às vezes, parecer universal, pelos interesses do grupo que as constroem, e por seu turno. As diferentes representações do mundo social podem sofrer embates entre si, que são tão importantes como as lutas econômicas, por exemplo, para que

um grupo tente impor a sua concepção de mundo, os seus valores e o seu domínio. Para que não haja enganos, o que se propõe com o estudo da História Cultural é a negação de que exista indivíduo universal e a-histórico engendrado abstratamente e que se perpetua de forma idêntica nos espaços e tempos, e que não há “inteligências desencarnadas e nem sujeito universal, as categorias aparentemente mais invariáveis devem ser construídas na descontinuidade das trajetórias históricas” (CHARTIER, 1990, p. 26).

Um dos objetivos é identificar como, nas práticas, representações e produções, cruzam-se e se imbricam diferentes formas culturais, desacreditando de uma ideia de dualidade social e cultural na divisão entre popular/letrado, criação/produção e sua consequente hierarquização, reconhecendo circulações fluídas, práticas partilhadas, que atravessam horizontes culturais, mostrando uma pluralidade de práticas, impedindo a divisão dual do mundo social e cultural e entendendo-o como processo contínuo de circularidade dos bens culturais (CHARTIER, 1990). Compreendemos que isso ocorre, da mesma forma, na mediação dos movimentos sociais do campo, sem uma hierarquia que repasse aos sem-terra, ocupantes ou acampados, formas de ser, agir e pensar que são impetrados de forma mecânica e pura, em suas existências e locais de vida, acontecendo, diversamente, troca e partilha entre ambos os atores, mediados e mediadores, para que reciprocamente deliberem sobre o ser, o fazer e o refletir, em um processo formativo deliberado e mútuo.

Roger Chartier (1990) descreveu que o consumo cultural e intelectual é uma produção que constitui representações que nunca são idênticas ao que o produtor, artista ou autor investiu na obra, existindo um processo dinâmico de construção, reconstrução, reorganização e apropriação que impede a travessia mecânica do produto ao consumidor ou do ato-intenção de produzir ao do ato de consumir, processo esse que ocorre, também, nas mediações, já que as comunicações e os discursos de um mediador não atravessam um canal unidirecional até os mediadores. O que existe são comunicações e discursos formulados em comunhão, para que haja uma constituição de representações, objetivos e ações.

Para uma melhor delimitação do que está sendo proposto, descrevemos duas noções trabalhadas por Roger Chartier (1990, 2002): a noção de apropriação e a

noção de representação coletiva. A noção de apropriação pensa as diferenças na divisão e as classificações realizadas artificialmente pelos sujeitos que atuam com uma invenção criadora no processo de recepção dos mesmos bens culturais e das ideias, ou seja, fazem usos contrastantes, diferenciados, próprios, dos mesmos bens e das ideias. Há uma apropriação diferente dos materiais que circulam nas sociedades, dependendo do grupo que se apropria, utilizando de determinada maneira ou para determinada intenção. Essas práticas apropriadas são criadoras de representações que não expressam a vontade do produtor dos discursos ou das normas, ocorrendo reordenamentos, desvios e reempregos singulares. Essa apropriação não tem o significado atribuído por Michel Foucault (1996), que a encara como um dos processos de controle e um dos dispositivos que impede ou limita a distribuição dos discursos, deixando-os subordinados a indivíduos ou a instituições que arrogam seu controle exclusivo. Na noção de apropriação que trabalhamos, considera-se a diferenciação do uso partilhado com os discursos sendo reinventados pelos grupos, tendo em vista as condições e os processos que sustentam operações de construção de sentidos, reconhecendo que não existem inteligências desencarnadas e nem pensamentos universais (CHARTIER, 1990; CHARTIER, 2002).

Essas apropriações, realizadas por indivíduos em grupos diferentes e com o uso dos mesmos bens culturais de forma diferente, é que proporcionam a criação das representações coletivas pelo grupo que, de forma dinâmica, recebe um produto cultural não de forma passiva, mas ativamente, apropriando-se daquilo da melhor maneira para seus interesses ou para resistir a processos sociais de determinadas sociedades. Podemos articular três modalidades da relação dessa noção de representação coletiva com o mundo social, conforme apresentou Roger Chartier (2002). Primeiro, acontece um trabalho de classificação e recorte que produz essas configurações intelectuais múltiplas, as quais constroem a realidade contraditoriamente pelos diferentes grupos, para, em segundo lugar, construir práticas que visam reconhecer uma identidade social e exibir um modo de estar no mundo e, diante disso, por último, construir formas institucionalizadas e objetivadas por meio das quais os representantes marcam, de forma visível, sua existência e perpetuam-na (CHARTIER, 2002).

Essa apropriação de formas diferentes de bens culturais e a criação da representação coletiva de um grupo, por meio do qual ele enxerga a realidade criada, torna visível seu modo de estar no mundo e cria instituições para objetivar esse modo, e, também, gera lutas de representações, objetos de uma história cultural que não vê no social apenas uma luta estritamente econômica, mas dedica atenção a processos de construção simbólica que determinam posições e relações para os grupos, classes e sujeitos, e como eles constroem um ser-percebido constitutivo de sua identidade e de sua reafirmação de existência, num tempo histórico e espaço social.

Essas noções ajudam a compreender como se dá o processo de mediação dos movimentos sociais do campo, por meio do qual, entidades e instituições imbuídas de representações de luta pela terra, juntamente com camponeses sem-terra com suas vivências diretas nos conflitos, nas ocupações e nos acampamentos, apropriam-se de formas mais elaboradas de legitimações e de motivações para o empreendimento da luta, contribuindo para essa formulação de ideias e de ações, por meio dos quais o movimento pode se modificar, já que esse processo acontece com uma circularidade fluida e com contribuições partilhadas. A circularidade permite a superação de contradições nesse processo dinâmico de mediação que, em determinada situação, possibilita empreender ações para mostrar o seu modo de estar no mundo, assuas instituições que tornam visível isso com comunicações e atos, e suas criações de sentidos e significados para o ser social.

Esse processo de mediação acontece com o Mastes na questão da elaboração do próprio movimento, que gira em torno dessa reciprocidade formativa, em que as lutas efetivas e concretas dos sem-terra foram apropriadas pelo movimento, enquanto que as formações do movimento eram apropriadas pelos sem-terra. Isso criou uma representação de um modo de luta que gravita em torno da fixação na terra e da reforma agrária, mas, também, gerando outros objetivos a partir das experiências dos agricultores camponeses, como, por exemplo, a luta pela terra no Paraná depois da migração de muitos sem-terra do Sudoeste para a região Norte e Centro-Oeste do país, em uma política deliberada do governo de transferência desses camponeses no que, na concepção do Mastes, tinha como objetivo esvaziar a luta, acabar com a tensão social gerada na região, manter o latifúndio e a concentração de terra no Paraná. Além disso, formar mão de obra barata nas regiões com o envio dos sem-

terra, com falsas promessas de apoio e de ajuda, após vários relatos recebidos dos camponeses que migraram, retornaram e contaram como aconteceu o processo de ida, permanência e retorno, dizendo tudo o que por lá passaram (MASTES, nº 5, 1984; MASTES, nº 6, 1984; SÍNTESE DO ENCONTRO DOS AGRICULTORES SEM TERRA DO SUDOESTE DO PARANÁ, 1983).

A atuação de Mastes ocorreu em um período muito específico da história do Brasil e das lutas por direitos sociais e políticos, que foi no final da década de 1970 e início de década de 1980, em que o país vivia o que caracterizamos, com o suporte de Sidney Tarrow (2009), de oportunização política. Ocasão construída para embates com inimigos e com próprio Estado, por meio da construção de redes sociais fortalecidas por símbolos culturais comuns, criados em meio às restrições materiais por diversos fatores sociais, políticos e econômicos que explicamos, mais detidamente, no próximo subitem.

### 2.3 OPORTUNIZAÇÃO POLÍTICA PARA MEDIAÇÃO NOS MOVIMENTOS SOCIAIS DO CAMPO

O surgimento do Mastes, na década de 1980, apesar de ser regional, pode estar relacionado com o contexto político vivido no país naquele momento em que, a partir da construção de uma oportunização política, surgem ações coletivas sistematizadas, direcionadas a antagonistas de forma sustentada, com objetivos comuns e com a constituição de identidades coletivas, criando, assim, movimentos sociais. Conforme Sidney Tarrow, um movimento social surge,

[...] quando suas ações se baseiam em densas redes sociais e estruturas conectivas e recorrem a quadros culturais consensuais e orientados para a ação, (e quando) elas podem sustentar essas ações no conflito com opositores poderosos (TARROW, 2009, p. 27).

Sidney Tarrow (2009) também nos fala que o confronto político desencadeado por movimentos sociais acontece quando oportunidades políticas, juntamente com restrições de acessos a direitos, proporcionam incentivos a atores sociais que, de

forma coletiva e interacionista, colocam-se contra opositores em uma luta sustentada com alianças de sujeitos influentes, criando uma rede social estimulada por símbolos culturais que orientam a ação. Percebemos isso na atuação do Mastes, quando luta pela terra, vislumbrando opositores, latifundiários, organizações e Estado, com restrições geradas no contexto social e político, como a perda de terras pela construção de usinas hidrelétricas na região, a exemplo do caso da Itaipu, e pela política de modernização da agricultura, que privilegia as médias e grandes propriedades com o crédito rural (MASTES, nº 8, 1984).

Essa oportunidade política é explorada pelos atores sociais coletivos transformados em movimentos sociais que exigem, por meio do confronto, direitos não atendidos e que passam a fazer parte de suas demandas e das mobilizações contra oponentes poderosos, como o próprio Estado. Essas ações e a manutenção das identidades coletivas dependem de uma rede social fortalecida pela confiança e pela cooperação gerada entre os participantes dos movimentos, por meio de entendimentos que criam uma identidade compartilhada que, por sua vez, justificam, significam e animam as ações coletivas (TARROW, 2009). Essa identidade coletiva e compartilhada nos remete à questão das mediações nos movimentos sociais do campo que, com a criação de representações coletivas de forma recíproca e formativa, impulsionam os participantes a se agarrar na luta e seguir os objetivos comuns consensuais construídos.

A oportunidade política e o surgimento de movimentos sociais no Brasil, na década de 1980, contexto do aparecimento do Mastes e da ocupação da Fazenda Annoni, em Marmeleiro, também pode ser analisada no que tange ao surgimento dos chamados e conhecidos “novos movimentos sociais”, que se diferenciam dos movimentos sociais tradicionais que, no Brasil, podem ser separados (não de forma rígida) no antes e no pós 1964. Os novos movimentos sociais diferem dos tradicionais pelo surgimento de características como o reconhecimento de povo para além da classe proletária, o reconhecimento de diversas formas de exploração, a insatisfação social e política, a democracia de base, a descentralização do poder e o trabalho de identidade dentro do movimento social. Por outro lado, não podemos deixar de frisar que, diferentemente da Europa e dos Estados Unidos, na América Latina e no Brasil ainda havia uma luta pesada por necessidades básicas de sobrevivência, de

existência e por cidadania. Nesse sentido é que surgem movimentos fortemente focados nos direitos econômicos, organizando-se com autonomia frente ao Estado e frente aos partidos políticos, sem, no entanto, restringir a articulação com eles, buscando contribuições em nível institucional (GOHN, 1997; WARREN, 1987), como é o caso do Mastes, como veremos no Capítulo 3.

Nesta parte do texto e na pesquisa em geral, focamos na oportunização política dos movimentos sociais do campo no Brasil, do final da década de 1970 e início da década de 1980, para compreendermos em que contexto a luta e a organização do Mastes e da ocupação da Fazenda Annoni, como projeto político de ação coletiva e enquanto movimento social do campo, encontra-se. O Mastes, posteriormente, participa e, deixando de existir, começa a fazer parte do MST que abraça, em nível nacional, a luta pela terra e pela reforma agrária no país. Porém, devemos ter bem definido que as movimentações de camponeses, expressando uma vontade política própria e específica foi, também, para se livrar da cultura coronelista e clientelista fortemente incrustada no início da república. Inicia-se, na década de 1950, em várias regiões do país, com a organização das famosas Ligas Camponesas e com o aparecimento de sindicatos, a disputa pela hegemonia dessas organizações e por espaços pelo PCB e pela Igreja Católica, principalmente, e depois, pelas Ligas Camponesas que se tornam independentes desses dois setores. Outra instituição que procura, a partir de então, ser representante dos camponeses ou tutelar suas ações e movimentações, é o Estado, que com toda a sua força busca representar politicamente a classe, visto isso no próprio Estatuto da Terra de 1964, que tinha como objetivo, tutelar e administrar institucionalmente as reivindicações camponesas e só realizar a reforma agrária quando um conflito grande colocaria em risco a segurança nacional ou daria sinais de uma movimentação maior (MARTINS, 1981).

Stédile (2012) comenta que o Estatuto da Terra foi a primeira lei de reforma agrária do Brasil e que, mesmo sendo aprovado na ditadura, de forma rápida, sem participação do congresso, sob intervenção e sem força política naquele momento, é considerado progressista por ser consequência de lutas de movimentos que antecederam o golpe. Além de, pela primeira vez na história do país, fazer o cadastro de todas as propriedades do território nacional, criar o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA), transformado, posteriormente, no Instituto Nacional de Colonização e



Reforma Agrária (INCRA), dar poder ao Estado, interferir na propriedade em nome da sociedade, tornar obrigatório o pagamento do Imposto Territorial Rural (ITR) e possibilitar a formação de cooperativas. Conforme Stédile (2012), o Estatuto da Terra foi criado sob influência dos Estados Unidos que, receosos pela influência da Revolução Cubana na América Latina, incentivam a realização de reformas agrárias clássicas<sup>10</sup> no continente, porém, o período histórico e político não era favorável a sua realização com a aliança da burguesia nacional, o latifúndio e o capital internacional.

Logo após a aprovação do Estatuto da Terra, Castelo Branco morre, a ditadura endurece com apoio dos Estados Unidos e o Ato Institucional nº 5 é imposto, fazendo o instrumento jurídico ser esquecido, voltando a ser usado somente em 1970 no governo Médici, para seu projeto de expansão populacional e ocupação da Amazônia para a venda de terras públicas às empresas privadas e para criar projetos de colonização. Depois, em 1976, com Geisel e Figueiredo, o Estatuto é utilizado para resolução de conflitos pontuais, entretanto, nesse momento, os movimentos de trabalhadores rurais sem-terra já culminam em todo o território nacional (STEDILE, 2012).

O Estatuto da Terra foi, em vários momentos, colocado em questão pelo Mastes como um instrumento que impedia a reforma agrária, protegia os latifundiários e só era posto em prática a favor dos sem-terra, quando tensões sociais eram visíveis. Quando o Tribunal Federal de Recursos reconheceu a Fazenda Annoni como Empresa Rural, impedindo a sua desapropriação conforme a preceituação do Estatuto da Terra, no ano de 1983, o Mastes afirmou que não havia intenção séria de reforma agrária, já que a Fazenda era totalmente improdutiva, conforme o próprio INCRA confirmou e, mesmo assim, foi enquadrada como empresa, segundo o instrumento jurídico (MASTES, nº 4, 1983). Em outro momento, dessa vez, após o 1º Congresso dos Trabalhadores Sem Terra do Brasil, realizado em Curitiba, em janeiro de 1985, um dos marcos da criação do MST, o Mastes afirmava que o Estatuto da Terra “não

---

<sup>10</sup> A Reforma Agrária Clássica é um dos tipos de reforma agrária trabalhados por Stedile (2020) e tem como característica a sua aplicação por governos burgueses industriais, com o objetivo de garantir a todos os cidadãos o acesso a terra. Do ponto de vista político, representa uma aliança entre a burguesia industrial e comercial e os camponeses contra a oligarquia rural que concentra a terra, posta em prática, por exemplo, nos Estados Unidos, com a Lei de Terras do governo Abraham Lincoln, promulgada como consequência da Guerra Civil, em 1862.

prestava” e exigia que ele fosse extinto e substituído por novas leis que tivessem a participação dos trabalhadores em sua elaboração, a partir de suas práticas e lutas (MASTES, nº 11, 1985).

A reforma agrária, do ponto de vista da classe dominante, que resultou no Estatuto da Terra – enquanto legislação agrária –, vinha sendo estudada pelo Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES), com a participação de empresários e técnicos que diagnosticavam a questão fundiária brasileira para propor um projeto que atendesse a pressão sofrida por parte do governo norte-americano no contexto da Aliança para o Progresso, proposto pelos Estados Unidos para a América Latina. O projeto visava evitar revoluções, como a ocorrida em Cuba, sempre usando o princípio da modernização, definidor do projeto de reforma agrária destinada a desmobilizar o campesinato, que resistia e lutava para evitar a transformação da terra de trabalhar e produzir em terra de especulação e exploração. O Estatuto da Terra, consequência das análises do IPES, removeu, por meio de uma emenda constitucional, o artigo 147 da Constituição, permitindo a desapropriação de terras com base no interesse social, classificando as propriedades em minifúndio, latifúndio por dimensão, latifúndio por exploração e empresa rural. O Estatuto visava a extinção do latifúndio improdutivo e do minifúndio, que pelo seu tamanho não permitia a subsistência de uma família média, visando o crescimento econômico brasileiro e valorizando a empresa rural definida como o empreendimento que explorasse economicamente e racionalmente o imóvel rural dentro das condições de sua região e mantivesse uma área mínima agricultável (FERES, 1990; MARTINS, 1981).

A modernização capitalista do campo foi realizada e apoiada fortemente pelas forças militares no governo, junto com a aniquilação das instituições de defesa da população pobre do campo, típico do autoritarismo ditatorial que governou o país por mais de duas décadas. Objetivando a integração do Brasil ao capitalismo internacional, criticou-se a política econômica nacionalista que vinha sendo implantada no país e se defendeu a interdependência das nações e a inserção na divisão internacional do trabalho, incentivando a vinda de multinacionais por meio de incentivos fiscais e contenção de salários, além do endividamento público, atraindo para o país o investimento de capitais. Como postula João Bosco Feres (1990), esse modelo atribui à agricultura o papel de fornecimento de divisas para sustentar o

programa de aceleração que proporcionou à economia um rápido crescimento, seguido de grande endividamento público e empobrecimento da maioria da população (FERES, 1990). A modernização, como ação concreta no campo, iniciou – nesse período da década de 1960, a princípio em São Paulo e no Rio Grande do Sul, chegando no Paraná na década de 1970, depois da derrocada do café – um processo de eliminação de pequenas unidades produtivas que, geralmente, usavam mão de obra familiar. Essas pequenas propriedades foram incorporadas às médias e grandes unidades de produção. No período de 1960 a 1980, pelo menos 100 mil delas foram abocanhadas pelas maiores. A modernização da agricultura, com uma nova visão e um novo modo de produção, integrada à indústria e ao capital financeiro, juntamente com a abertura democrática no final da década de 1970, com o posicionamento da igreja católica em relação ao homem do campo, com as discussões em torno da reforma agrária na metade de década de 1970 e com a construção de usinas hidrelétricas no Paraná (SERRA, 2009), sobretudo no Oeste e Sudoeste, criou a oportunização para a construção, no caso regional, do Mastes, e em outras regiões e em nível nacional, de outros movimentos sociais do campo, como foi o caso do MST.

A criação de movimentos regionais de sem-terra na oportunização política apresentada fez com que eles interagissem entre si no Paraná e, também, com movimentos regionais de outros estados, como no Rio Grande do Sul. No intuito de interligar a luta pela mesma causa, as mobilizações foram compartilhadas e aproximadas, como foi o caso da reunião realizada em Medianeira, região central do Paraná, em junho de 1982, e no encontro do ano seguinte, em 1983, em Chapecó, Santa Catarina, servindo de base para o encontro mais importante realizado em Cascavel, Oeste do Paraná, em 1984, quando foi articulada a formação de um movimento organizado em nível nacional: o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Sua formação englobou os movimentos regionais de modo a não dividir a luta e a organizar ações, como as ocupações que, conforme o Dataluta, no período de 1988 a 2007, no Paraná, somaram 651 casos, organizadas pelo MST, correspondendo a 65% dessas ações na região sul e 9% ocorridas em todo o país, nesse espaço de tempo (SERRA, 2009).

Nesse período de oportunização política, apesar de não ser nosso foco, precisamos deixar esclarecido que surgiram movimentos sociais do campo, como o

Mastes, mas, também, houve a organização de movimentos que se contrapuseram à luta dos sem-terra, como foi o caso da União Democrática Ruralista (UDR), criada no ano de 1985, com alcance e influência nacional e com interesses ligados aos proprietários de grandes áreas de terra, organizada paralelamente à organização sindical patronal rural e sem um caráter oficial, o que possibilitava que atuasse por meio de instrumentos legais e com a utilização de instrumentos não permitidos por lei, como o uso de milícias particulares e o financiamento de campanhas a candidaturas que a apoiassem e fossem contra os sem-terra. A UDR foi criada com uma nova proposta para a organização dos produtores rurais do país, visando renovar seus canais sociais e políticos para neutralizar a ação de mobilizações sociais, mostrando-se contrária, inclusive, ao I Plano Nacional de Reforma Agrária apresentado e promulgado por José Sarney, como veremos no Capítulo 4 (BRUMER, 2009; FERES, 1990).

O que queremos deixar claro é que o surgimento do Mastes não nasceu do nada ou de forma repentina com a vontade de algumas pessoas, mas relaciona-se a um movimento maior em nível nacional e mesmo regional, que permitiu que ele se constituísse. É nessa observação do global que podemos atribuir características ao local e, inversamente, como diria Bruno Latour (1994). Dito isso, também já aproveitamos para frisar que o trabalho observa o processo de mediação em diferentes momentos, ou seja, aquela mediação que aconteceu para a formação do Mastes, que tem a participação da Assesoar, da CPT, de Sindicatos e de outras instituições e aquela que o próprio Mastes efetua com os sem-terra da região, de forma aliada às instituições que mediarão sua criação, visto a circularidade e a dinamicidade do processo mediador que não pode ser compreendido como mecânico, centralizado ou canalizado a um ponto comum imutável.

Como aponta Humberto José da Rocha (2019), nos anos de 1980 foi um período em que ocorreu uma atuação sistemática dos mediadores para o estabelecimento de consciências que criaram movimentos sociais clássicos com o encontro de perspectivas diferenciadas, mas que convergiram para um intuito comum, como é o caso dos movimentos sociais do campo e da luta pela terra de trabalho e pela reforma agrária, surgidas de determinadas situações e contextos. Entre essas situações, podemos citar a Revolução Verde, com a modernização da agricultura, a

construção de grandes usinas hidrelétricas que expropriaram famílias de camponeses, além do fim do AI-5, em 1978, a atuação deliberada de setores da sociedade civil em prol da massa identitária sem-terra, como foi o caso de parte da Igreja Católica, com a Pastoral da Terra e a Teologia da Libertação, e o surgimento de outros atores como partidos políticos trabalhistas, novos partidos políticos de esquerda, sindicatos combativos, universidades e Organizações Não-Governamentais (ONGs) (ROCHA, 2019).

O mundo distinto dessas entidades, instituições e partidos, em uma circularidade e uma reciprocidade, envolvidas em uma mesma situação, promoveram a ação mediadora e criaram, por meio dela, outros atores sociais, como o Mastes. Dessa mediação, há uma mudança de lugar para o processo, sem excluir o lugar primeiro, fazendo agora com que o grupo que era mediado, torne-se um mediador, ou seja, o Mastes atua como mediador nas ações, nos acampamentos e nas ocupações, a partir de sua capacitação construída no processo mesmo da mediação. Dessa mediação, nasceu uma prática, uma ação, uma práxis desenvolvida pelo movimento social do campo para atuar em questões deliberadas pelos participantes do movimento e dos expropriados do campo que dele participavam (ROCHA, 2019).

No Sudoeste do Paraná, vislumbramos instituições, organizações e entidades que atuaram como mediadores para a criação de um movimento sem-terra propriamente dito e específico, como a organização de sindicatos e organizações de apoio ao sindicalismo chamado de autêntico que, após a conquista das direções dos sindicatos na região, mobilizaram-se em torno das lutas pela terra e por uma política agrícola. A CPT, com a abertura ecumênica da Igreja Católica, possibilitada pelo Concílio Vaticano II (1962-1965), permitiu que a pastoral fosse dirigida juntamente com a Igreja Evangélica de Confissão Luterana do Brasil (IECLB) e a Assesoar – com a atuação pedagógica e o envolvimento dos agricultores camponeses familiares –, contribuiu e depois possibilitou, de forma deliberada, a autonomia do Mastes, continuando a atuar no assessoramento aos agricultores, no planejamento da produção e na aplicação de recursos oriundos de programas oficiais. Além dessas instituições e entidades da própria região Sudoeste, também devemos reforçar a influência que teve o MJT e o Mastro do Oeste do estado para a formação de um movimento sem-terra no Sudoeste, como citamos na seção 2.1 (BATTISTI, 2003).

No Sudoeste, a atuação do Getsop na colonização e na divisão dos lotes de 25 hectares (média), no final da década de 1960 e início de 1970, apesar de parecer, não trouxe a solução definitiva para o problema fundiário da região, pois logo depois do encerramento das atividades do Grupo, em 1973, conflitos e tensões sociais ligados à questão da terra começam a surgir, em um contexto de investimento no conceito de modernização, que chega à região Sudoeste expulsando e expropriando camponeses. João Bosco Feres (1990) expõe que a região se configurou em uma estrutura fundiária diferenciada, com a divisão em pequenas propriedades, modificando-se a partir de transformações no espaço, com o aumento da produtividade incentivada pelo desenvolvimento capitalista no campo, juntamente com o esgotamento da fronteira e com essa pressão sobre a terra para a sua integração ao modo de produção capitalista (FERES, 1990). A modernização da agricultura criou um novo tipo de dependência para o agricultor, inserindo-o em um mercado mais amplo, muitas vezes internacional, e colocando-o no prisma da divisão internacional do trabalho, fazendo com que, mesmo proprietário da terra onde trabalha, ficasse dependente e não se tornasse capitalista. Tendo em vista que a renda extraída dela não fica acumulada para ser reinvestida por ele, é destinada ao proprietário do capital, como no caso do financiamento para modernizar a propriedade e a renda sendo enviada ao bancos, muitas vezes tendo que deixar forçosamente a terra por não ter condições de pagar, e quando consegue se manter, passa, como argumenta José de Souza Martins (1981), da condição de proprietário real à proprietário nominal, visto que o acesso ao avanço tecnológico só é possível por meio do crédito (FERES, 1990; MARTINS, 1981).

Conforme análise de Ricardo Callegari (2020), a partir da ação da Igreja Católica com a sua nova pastoral imbuída de se aproximar dos fiéis, ultrapassando a fé restrita à oração e usando-a como modo de agir para vencer as contradições sociais é que a instituição, no objetivo de formar lideranças entre leigos, teve vários desdobramentos, como a Catequese Familiar, a fundação de sindicatos, a fundação e ação da própria Assesoar e os Grupos de Reflexão (CALLEGARI, 2015).

Os sindicatos, no Sudoeste do Paraná, começaram a ser criados no ano de 1963, em Francisco Beltrão. Naquele momento, ligados até 1968 ao sindicalismo democrático cristão, atuaram de forma autônoma e articulada por reivindicações,

como o melhoramento das estradas para escoamento da produção, a construção de armazéns para os produtos, a obtenção de assistência médica e odontológica e a regularização de terras, tendo a Assesoar, após sua fundação, como grande agente de apoio. Esse modo de agir democrático e ligado à igreja, também, tinha como objetivo combater o sindicalismo comunista que já fazia parte da realidade brasileira e do Paraná, sobretudo na região Norte do estado (BATTISTI, 2003).

A partir de 1968, ocorreu um endurecimento por parte do regime ditatorial, que obrigou os sindicatos a se tornarem prestadores de serviços com perfil assistencialista, pelo sufocamento dos direitos políticos e civis. No período, os sindicatos levaram para dentro de suas sedes, barbeiros, dentistas, médicos e produtos veterinários. Em 1971, o governo de Médici criou o Fundo de Assistência Rural (Funrural), deixando a cargo dos sindicatos a distribuição da previdência para os trabalhadores rurais, atrelando ainda mais as entidades ao Estado, reduzindo sobremaneira sua combatividade política. A ação dos dirigentes sindicais com o que propunha o regime fez com que a Assesoar, promotora do sindicalismo na região, visualizasse um esquecimento dos princípios iniciais dos sindicatos e formasse o Movimento de Oposição Sindical, a partir de 1975 (BATTISTI, 2003).

A oposição sindical<sup>11</sup> atuou, primeiramente, realizando reuniões e encontros nas comunidades antes da celebração das missas, apresentando as duas formas de sindicalismo: a rotulada como assistencialista ou pelega e a combativa ou autêntica, forma assumida pela oposição. Conforme Elir Battisti (2003), os dirigentes sindicais constituídos usaram de várias formas para impedir a inserção do novo sindicalismo nas entidades da região, escondendo data para inscrição de chapa para as eleições, impedindo a fiscalização das urnas, insinuando atentado à Lei de Segurança Nacional (LSN). Esses sindicalistas combativos, aos poucos e com organização, foram conquistando vitórias em alguns municípios, a primeira foi em Francisco Beltrão, em

---

<sup>11</sup> A oposição sindical não foi um fenômeno específico da região Sudoeste, mas criou tensões em várias partes da região Sul do país, criando conflitos entre a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Paraná (FETAEP), considerada pelega pelos opositoristas, e a Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (FETRAF), filiada à CUT e que representa, atualmente, os sindicatos dos agricultores familiares (CALLEGARI, 2020).

1978 e, uma vez assumindo os sindicatos, começaram a se engajar na luta pela terra (BATTISTI, 2003).

No Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Marmeleiro percebemos esse embate entre o sindicalismo, caracterizado pela oposição sindical como o pelego e o autêntico. Na Folha de Londrina, do dia 2 de setembro de 1984, aparece uma nota em que o “novo presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Marmeleiro, Onildo Fagundes de Oliveira, esteve esta semana nesta sucursal para explicar as denúncias ‘de irregularidades’ no processo de votação para escolha do novo presidente do sindicato” (FOLHA DE LONDRINA, 1984). Conforme a nota, Onildo cita um conflito com o presidente do Sindicato que foi derrotado por ele na eleição, alegando irregularidades referentes a sindicalizados regularizados para votar. Conforme a descrição da narrativa do presidente eleito,

[...] a participação dos posseiros da Fazenda Annoni foi decisiva, pois sua vitória foi por uma diferença de apenas 18 votos. Aproximadamente 40 posseiros da Annoni estavam em condições de votar”. Isso demonstra a participação dos ocupantes da Fazenda Annoni na mudança da direção do sindicato, visualizando o atendimento de suas lutas também pela entidade de classe (FOLHA DE LONDRINA, 1984).

Com a criação dos primeiros sindicatos e com a ação da Catequese Familiar, a partir de 1963, objetivando organizar comunidades de base e formar camponeses como catequistas que, além de uma educação religiosa para jovens e adultos, proporcionou um espaço de reflexão coletiva, viu-se a necessidade da criação de um centro que proporcionasse maior suporte e atendimento na formação de catequistas e lideranças para atuar nas instituições organizadas pelos camponeses. Assim, foi fundada a Assesoar de Francisco Beltrão, que tem uma presença forte entre os agricultores familiares de toda a região Sudoeste (CALLEGARI, 2020)

Para entendermos a criação da Assesoar, a formação de sindicatos e a Catequese Familiar, precisamos citar a vinda de padres belgas para a região Sudoeste do Paraná, na década de 1960, pertencentes aos Missionários do Sagrado Coração (MSC) e imbuídos dos debates do Concílio Vaticano II (1962-1965), que faria iniciar uma nova fase da igreja, formando uma outra forma de pastoral com a contribuição



de leigos e a possibilidade de participação de outras instituições religiosas, como foi o caso da Luterana na criação e na atuação da CPT (BATTISTI, 2003; ABATTI, 2018).

Os padres belgas começaram a mobilizar os agricultores da região com os grupos de catequese formados e orientados por eles e com a atuação de leigos, abrangendo todo o Sudoeste, como o centro catequético da diocese de Palmas, proporcionando à Associação a construção de uma rede de contatos com famílias agricultoras, lideranças, párocos e o conhecimento das condições de existência da população rural do Sudoeste (BATTISTI, 2003; ABATTI, 2018; FERES, 1990).

Na época, para preparar os jovens para a organização desses grupos e a atuação em entidades sindicais e instituições de agricultores, foi organizada, no Sudoeste, a Juventude Agrária Católica (JAC), uma frente pastoral ligada à Ação Popular (AP), organização formada por leigos e de cunho combativo. Com os trabalhos dos padres belgas animados pelas novas diretrizes que a Igreja Católica tinha adotado como apostolado, após o II Concílio Vaticano, com a mobilização e o envolvimento dos agricultores para a criação de grupos de jovens como modo de existência e a formação da JAC, foi fundada, no dia 10 de fevereiro de 1966, a Assesoar no município de Francisco Beltrão, por 33 jovens rurais, que teve como finalidade principal promover o melhoramento da vida dos agricultores e impulsionar o desenvolvimento rural, de acordo com a Doutrina Social Cristã (BATTISTI, 2003; ABATTI, 2018; FERES, 1990).

A Associação trabalhava na orientação das famílias de agricultores com trabalho pastoral e ensinamentos de técnicas agrícolas (assistência rural). De 1966 a 1978, a Assesoar teve como principais dirigentes pessoas que eram religiosos e comerciantes da região, mas não agricultores, já que no estatuto isso era permitido, pois considerava que os agricultores ainda não estavam prontos para assumir a direção por faltar-lhes formação política, ponto também trabalhado pela Associação. João Bosco Feres (1990) defende que depois de 1978 a Associação passou de um trabalho de conscientização religiosa e política para uma ação técnica e de politização partidária, com sujeitos do Movimento Democrático Brasileiro (MDB) que já estavam em carreira política. Na questão da assistência técnica, até esse ano a Assesoar contava com ajuda insuficiente do governo para essa prestação com participação da

Associação de Crédito e Assistência Rural (Acarpa). Porém, a partir de 1978, a Assesoar começa uma experiência própria de assistência técnica com dois agrônomos estrangeiros junto aos agricultores, por três anos, formando quadros locais que assumiram a tarefa a partir de então (FERES, 1990).

Esse sentimento e essa ação de tutela da Igreja, visualizando os camponeses como sujeitos que dependiam de formação antes de assumir cargos diretivos da Assesoar, que indicava, portanto, para esses postos, comerciantes, pequenos empresários e padres, até mesmo pela postura moderada que esses sujeitos assumiam frente à modificação social, até 1978, junto com as ações de Catequese Familiar, Grupos de Reflexão, formações, cursos, assistência técnica, permitiu a inserção dos camponeses no cenário político como agentes transformadores, que dentro da própria Associação, exigem sua participação mais efetiva e em posições de direção (FERES, 1990; CALLEGARI, 2020).

Como citado, outras ações importantes, que incentivaram a construção de uma sociedade cristã como obra coletiva e permitiram a discussão de assuntos políticos e sociais que afetavam a população camponesa, foram os Grupos de Reflexão. Esses grupos reuniam de 10 a 15 casais ou de 15 a 30 jovens quinzenalmente para refletir, com base no evangelho, sobre o modo de agir de uma família cristã na sociedade e nos grupos de classe. Nesses grupos, os camponeses questionavam as relações sociais em que estavam inseridos, trazendo o debate, com base na religião, para os problemas cotidianos, unindo as questões de produção, de espiritualidade e de política. Para dar suporte às discussões, a Assesoar usou um boletim criado por ela, em 1973, e depois transformado em revista, chamado Cambota, contribuindo com assuntos sobre vida em comunidade, solidariedades, pensamentos políticos e religiosos e de produção. A Assesoar chegou a implantar, na região, mais de 5 mil Grupos de Reflexão que unificaram os camponeses, sem, naquele momento, realizar um ataque ou um embate direto com o Estado (BATTISTI, 2003; ABATTI, 2018; CALLEGARI, 2020).

O método adotado pela Assesoar foi de o “ver-julgar-agir”, incentivando que o leigo participasse da sociedade de modo a melhorá-la, na busca de um bem comum. Em 1978, com fortes mobilizações internas, foi a primeira vez que um agricultor

assumiu a Assesoar como dirigente, já em meio a um processo de afastamento da Associação com a Diocese de Palmas, sempre muito presente nas ações da entidade. Os padres continuaram participando das funções de secretaria e se relacionando com os financiadores até o ano de 1984, quando os agricultores assumiram integralmente a Assesoar, com o afastamento definitivo dos padres, em 1986, quando o assistente eclesiástico se retirou com a justificativa de que a Associação tinha perdido suas místicas religiosas e adotado uma postura puramente política. O controle pelos agricultores modificou o compromisso institucional da entidade, que passou a ser de cunho político-reivindicativo, apesar de manter ainda a fé, lutando pela conquista de direitos e com alianças políticas com o MST, a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e o PT, fundado na região por um grupo de dirigentes da Associação. No início dos anos de 1980 a entidade assumiu um caráter classista, sendo o canal de transmissão da CUT e do PT na região (BATTISTI, 2003; ABATTI, 2018, FERES, 1990).

Ricardo Callegari (2020) analisa que depois de 1976 há uma intensificação de disputas no interior dos instrumentos políticos de luta dos camponeses diante da não melhora significativa de suas existências e até do aumento do sofrimento com a modernização, com as usinas hidrelétricas e com a falta de terras, passando a pressionar, a partir desse momento, diretamente o Estado, por melhorias em suas vidas. O autor coloca como evidência dessa mudança o teor da Revista Cambota, que a partir de 1978 incorpora publicações políticas e de organizações de trabalhadores, a conquista dos sindicatos pelegos pelo movimento de oposição e o começo da organização de um movimento social de luta pela terra e por reforma agrária (CALLEGARI, 2020).

A Associação deixa de ter como função essencial a formação pastoral da igreja para se tornar um espaço de formação e atuação junto aos movimentos sociais do campo do Sudoeste, contribuindo com suas lutas de cunho político reivindicativo e por direitos, imprescindível para a atuação do Mastes, usando de sua experiência e de seu conhecimento sobre as condições de vida das famílias nas comunidades e da estrutura que contava, inclusive, um parque gráfico que, além de ser utilizado para produção de material da própria associação, foi usado pelo movimento sem-terra para sua atuação. Processo importante de luta, da ocupação e da organização do acampamento da Fazenda Annoni, com a participação da Assesoar, presente nas

memórias dos ocupantes entrevistados, o que veremos no decorrer da pesquisa (CALLEGARI, 2020; FERES, 1990).

O sindicalismo rural no Sudoeste do Paraná e a atuação da Aseessoar, ambos criados na década de 1960, e relacionados à Igreja Católica em seu novo propósito decidido no Concílio Vaticano II, de atuar com o apoio de pastorais organizadas por leigos, de se aproximar do povo, de ações de cunho ecumênico e de forte visibilidade para os agricultores camponeses, em um contexto de regularização das terras no Sudoeste pelo Getsop, fizeram, na década de 1980, que atuassem como organizações de classe que se articularam em torno da luta pela terra e pela construção de movimentos sociais.

A contextualização disso é importante para mostrarmos que diferentes formas de atuar das mesmas entidades e associações se modificam conforme o período histórico e político e, principalmente, pela vontade dos sujeitos históricos que dão corpo a elas. Assim, destacamos o momento político construído para a criação de movimentos sociais, como o caso do Mastes, no Sudoeste, que lutou pelo direito a terra, pela reforma agrária e pelo trabalho.

De acordo com Ricardo Callegari (2020), a atuação mais direta no enfrentamento dos problemas aparece na década de 1980, com o MJT que, apesar de não reivindicar terra e reforma agrária, lutou por melhores preços nos produtos, principalmente nos suínos, realizando manifestação em frente à Prefeitura de Francisco Beltrão e, dias depois, realizando o bloqueio de pontes e rodovias, que impedia a passagem dos suínos e de seus derivados, sofrendo intervenção de forças militares para a sua desarticulação (CALLEGARI, 2020).

Essa oportunização política começa a surgir depois do aumento da truculência e da repressão da ditadura civil militar, depois de 1968, no que diz respeito aos direitos civis e políticos, principalmente sob o comando do General Médici, em um momento de forte ascensão da economia, combate à inflação e desvalorização do salário mínimo. Em 1974, com o General Geisel e depois com o General Figueiredo, as leis de repressão foram revogadas, como foi o caso do AI-5, o fim da censura, a aprovação da Lei da Anistia, juntamente com a redução do crescimento econômico e a crise do petróleo de 1973, o fim do bipartidarismo com a criação do Partido Democrático

Trabalhista (PDT), do Partido Social Democrático (PDS) e do PT, os movimentos sociais atuam de forma mais direta na luta por seus direitos (CARVALHO, 2002).

Na década de 1970, em plena ditadura civil-militar, notamos, com base no trabalho de Ricardo Callegari (2020), que os camponeses, com instituições como a Assesoar e os sindicatos, estavam envolvidos em um trabalho de unificação sem enfrentamento direto com as instituições, o sistema e o Estado e, com oportunização política criada (também por essa unificação) no final de década de 1970 e início de 1980, começam a ocorrer enfrentamentos diretos que, além de reivindicar direitos (terra, trabalho), constroem movimentos sociais que concretizam ações de ocupação e acampamento, exigindo a inserção dos camponeses na esfera política da região, de modo a não serem tutelados.

Vejamos que, apesar de tratarmos, em nosso estudo, o Sudoeste do Paraná distante dos centros políticos da nação, a região também sofreu interferências do contexto político do governo da União e das principais regiões urbano-industriais do país, especialmente do Sudeste. É importante manter essa percepção, ou seja, a região não é determinada pelo centro do poder do governo federal, mas recebe influência dele, inclusive com a forte participação social que aconteceu em nível nacional, observada no surgimento de resistências e dos movimentos sociais em várias áreas e em todo o país, visto o desrespeito e a repressão dos direitos civis e políticos e a desigualdade que aumentou, embora as taxas de crescimento econômico tenham se elevado por um período. Destacamos, também, que no Brasil as práxis das pastorais sociais populares, como a da CPT e a da JAC, os Movimentos Sociais, como o MJT, o Mastro, o Mastes, o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), o sindicalismo combativo urbano e rural e as entidades e organizações do campo popular, como a Assesoar, foram partes integrantes do próprio contexto da oportunização política, criticando e atuando contra a ditadura e a favor do processo de abertura democrática.

Vistos os conflitos agrários e por território que envolveram o Paraná e o Sudoeste do estado em um exercício de síntese, faz-se importante para o estudo proposto, a elaboração dos pressupostos teóricos e metodológicos que funcionam, também, como práxis para os movimentos sociais do campo e, especificamente, para

o Mastes, em torno da noção de mediação e da oportunização política construída no Brasil, no final de década de 1970, com o início da abertura democrática, depois de um período ditatorial de agressão aos direitos sociais, políticos e mesmo econômicos da população e que afetaram, também, a região. Partimos, agora, para a análise focada no Mastes e na ocupação da Fazenda Annoni, já preparados e observando que a história é movimento e que as lutas ocorridas na região estudada, na década de 1980, não surgem do nada e de uma hora para outra. Interpretamos à luz de concepções teóricas e metodológicas para entendermos a forma de organização, a ação e a atuação do movimento.

### **3 MOVIMENTO DOS AGRICULTORES SEM TERRA DO SUDOESTE DO PARANÁ (MASTES)**

Após termos contextualizado historicamente a luta por território e pela terra no Paraná até a década de 1980, tempo histórico no qual se insere o Mastes, e analisado a oportunização política construída nessa mesma década, que proporcionou a criação de um movimento social do campo na região Sudoeste do Paraná, tendo em vista a reabertura democrática e a atuação da Igreja Católica, principalmente, com a Teologia da Libertação e as restrições com a expropriação da terra pela modernização da agricultura, inserida na lógica da agroindústria, do crédito financeiro e da construção de usinas hidrelétricas no estado do Paraná, agora vamos nos deter mais especificamente ao Mastes, seu surgimento, sua atuação e a mediação realizada com os sem-terra da região. Além disso, explicamos a ocupação e o acampamento da Fazenda Annoni, primeira ocupação da região Sudoeste, que na primeira tentativa dos camponeses em se fixar no local não teve a participação do Mastes, já que não existia, ainda, de forma sistemática, porém, teve sua atuação depois, no acampamento, e em várias questões que envolveram a luta pela manutenção dos sem-terra no local. Tudo isso, a partir de embates contra órgãos do Estado, autoridades locais, estaduais e nacionais, e até mesmo na quebra do estigma de que a ação era realizada por um bando de vagabundos, mostrando sistematicamente o trabalho das agricultoras e dos agricultores e a sua produção na área que, anteriormente, era improdutiva, depois da retirada de toda a madeira. Este capítulo, além de utilizar relatórios, ofícios, convites, manifestos, edições do Boletim Alerta, produzido pelo Mastes, como fonte histórica, também conta com entrevistas sob a ótica da história oral de ocupantes da Fazenda Annoni, que ainda residem no local e que participaram, fizeram parte e tiveram contato com o Mastes.

### 3.1 SURGIMENTO DO MASTES

Entre utopias projetadas, de difícil concretização e interesses materiais imediatos, o Mastes elaborou seus objetivos enquanto movimento social que estabeleceu como frentes de luta, a terra e a reforma agrária. Terra para quem nela trabalha e dela precisa; reforma agrária; desenvolvimento da organização dos trabalhadores na luta pela conquista da terra, fixação do pequeno proprietário na terra e da classe trabalhadora em geral; desenvolvimento de uma consciência/conhecimento crítico da realidade; desenvolvimento da consciência de classe; mudança do modelo econômico e agrícola vigente na época; mudança da sociedade para que o poder esteja nas mãos dos trabalhadores; promoção do avanço dos trabalhadores e consciência da necessidade de participação político partidária; promoção do avanço político dos trabalhadores, no sentido de irem clareando e construindo sua proposta de reforma agrária; destruição do capitalismo – eram esses os objetivos que davam uma direção, nunca linear e nem unidirecional, ao Mastes, que dentro disso postulava princípios que se articulavam ao movimento em seu contexto histórico, econômico, social e cultural (MASTES,1983).

A criação do Mastro, ocorrida no ano de 1981, proporcionou experiências de luta social popular no Sudoeste, que juntamente com a ocupação da Fazenda Annoni, em 17 de julho de 1983, em Marmeleiro, por cerca de 650 famílias, em uma área de mais de 4 mil hectares, improdutiva depois da retirada da madeira, questão que analisaremos posteriormente, viabilizou um grande suporte para a criação do Mastes que, além disso, recebeu apoio especial da Assesoar de Francisco Beltrão, de alguns sindicatos de trabalhadores rurais da região e da CPT. Porém, a movimentação de agricultores sem-terras ou de agricultores na defesa de seus direitos e pela terra iniciou, no Sudoeste, antes da concretização do movimento.

Em 1980, realizou-se uma assembleia a pedido de lavradores que não possuíam títulos definitivos de suas terras, organizada pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Francisco Beltrão e de Marmeleiro, Sindicato Rural de Marmeleiro e CPT. Esse evento representou um espaço destinado à exposição dos problemas dos lavradores com a participação de autoridades para solicitação de



compromisso com a causa, tendo sido realizada no Pavilhão da Paróquia de Marmeleiro, no dia 28 de março (SCHREINER, 2002; MARMELEIRO, 1980).

Pouco antes da ocupação da Fazenda Annoni, realizou-se, também, um encontro de estudos dos agricultores do Sudoeste do Paraná, nos dias 5 e 6 de abril de 1983, na sede da Assesoar, em Francisco Beltrão, em parceria com sindicatos de trabalhadores rurais e a CPT, contando com 39 participantes dos municípios de Capanema, Francisco Beltrão, Nova Prata do Iguaçu, Ampére, Realeza, Santa Izabel do Oeste, Enéas Marques, Renascença, Reserva do Iguaçu, Salto do Lontra, Palmas, Dois Vizinhos, São João, Coronel Vivida e Três Passos (RS). O encontro teve o objetivo de fazer um levantamento da realidade da região, confrontando o Estatuto da Terra e outras medidas do governo federal, como os projetos de colonização, o usucapião especial, a regularização de títulos e o Ministério Extraordinário de Assuntos Fundiários (MEAF). A constatação foi de que a situação era crítica e tendia a se agravar, visto que a legislação do Governo Federal não oferecia perspectivas de mudanças e de que os trabalhadores rurais devieram, unidos com as organizações de classe, reivindicar medidas para a solução dos problemas, enquanto as entidades continuariam a realizar seus estudos (ENCONTRO DOS AGRICULTORES SEM TERRA DO SUDOESTE DO PARANÁ, 1983).

Notamos que havia uma articulação regional em torno do problema da terra com a participação de sujeito de municípios da região Sudoeste e Oeste do Paraná e até de um representante do estado do Rio Grande do Sul, que discutia na estrutura da Assesoar, questões ligadas ao contexto com os debates em torno de medidas institucionais, como o Estatuto da Terra e a análise da piora da situação que somente tinha a possibilidade de melhorar se os trabalhadores rurais atuassem de forma coletiva com as entidades que os representam. Isso demonstra o início de um processo de mediação que parte da Assesoar, nesse momento, com a discussão de ideias em um grupo de estudos que, após isso, foi registrada como proposta para os agricultores, de modo que eles pudessem se apropriar dos estudos e atuar nas instituições. Na pesquisa, focamos na mediação do Mastes, porém, como bem destacamos na construção de nossas concepções teóricas e metodológicas, o processo de mediação é dinâmico e não unidirecional, isto é, é um processo de circularidade.

Já no início da década de 1980 existiam articulações de agricultores sem-terras e de posseiros intuindo a conquista da terra, seja por meio da titulação ainda não concedida, seja pela sensibilização a respeito da legislação que não favorecia os camponeses. Já nesse contexto, também houve as construções das usinas hidrelétricas e a constituição do MJT, que criou a identidade coletiva dos atingidos por barragens e a necessidade de se criar um movimento organizado e coletivo para lutar pelas suas reivindicações e pelos seus direitos. Junto ao coletivo dos expropriados, despossuídos ou expulsos, apareceram entidades que se articulavam com eles, mediando, seja na construção do movimento em si, seja na luta por objetivos específicos depois da constituição, tornando-se o próprio movimento criado, como é o caso do Mastes, um mediador que atuava nesse processo recíproco com os sem-terra e nas ocupações realizadas por eles com ajuda de outros, como a CPT, os sindicatos de trabalhadores rurais e a Assesoar.

Alguns dias antes da ocupação da Fazenda Annoni foi elaborado um documento por dirigentes da Assesoar, destinado à Província Imaculada Conceição da Congregação dos Missionários de Nossa Senhora da Salete, integrada à problemática do homem do campo, como descreve o texto, relatando a modificação da estrutura do meio rural da região com a concentração de terras e as mudanças sociais, com o desaparecimento de pequenas propriedades e o surgimento de boias-frias e sem-terra, pelo modelo de produção agrícola dependente da indústria e que favorecia a monocultura. Após a contextualização da situação, o documento descrevia que, desde 1981, havia uma mobilização para o debate dos problemas e para encontrar medidas para reivindicar ao governo os seus direitos, juntamente com órgãos de classe e com o apoio de grupos que traçaram um plano mínimo de um encaminhamento de um movimento de trabalhadores sem-terra que, conforme o andamento, passaria a ser responsabilidade dos camponeses. O documento objetiva o pedido de recursos financeiros da Congregação, mas demonstra, também, a articulação de um movimento voltado à questão agrária no início da década de 1980 (MASTES, 1983).

Nos objetivos do Mastes, observamos a intencionalidade de o movimento atuar como um mediador dentro da unidade de análise que aqui trabalhamos, isto é, na observância dos três principais elementos, quais sejam: a situação, a reciprocidade e

a formação. No intuito de desenvolver a organização dos trabalhadores e a sua criticidade da realidade, bem como da consciência de classe, trabalhando para que a sociedade mude, para que o poder esteja nas mãos dos trabalhadores, promovendo um avanço político, conscientizando sobre a importância da participação na política partidária, para que eles construíssem uma proposta de reforma agrária, foi que o Mastes demonstrou a sua ação para a formação dos agricultores sem-terra na região. Por outro lado, nos princípios que seguiam esses objetivos, a reciprocidade se mostra de forma clara, ou ao menos, a intencionalidade da reciprocidade como essência do movimento, quando coloca a necessidade de uma nova ordem social a ser definida e firmada pelos trabalhadores no avanço do processo de suas lutas, conquistando mais espaços como o político e o sindical. Isso tudo, com as decisões do movimento sendo tomadas pelo conjunto dos trabalhadores com coordenação escolhida por eles, afirmando o movimento como autônomo e que se autodeterminasse em suas decisões e ações, assessorado e integrado com o movimento sindical. A participação dos trabalhadores se inseria nos princípios do Mastes, ao mesmo tempo em que o movimento se colocava como formador da consciência, da sensibilização e da organização deles, em um processo de mediação que permitisse processos interativos horizontais com troca de bens culturais, como veremos nas experiências das ocupações, sobretudo na Fazenda Annoni, em Marmeleiro.

A articulação para a formação do Mastes acontecia antes da ocupação da Fazenda Annoni, porém a sua concretização foi depois, talvez pela motivação de ver uma ação coletiva dos agricultores sem-terra posta em prática na forma de ocupação ou na visualização da importância de se ter um movimento organizado que articulasse, lutasse e apoiasse a ação dos sem-terra. A organização iniciou com trabalhos de mobilização no sentido de debater os seus problemas e procurar medidas para que os seus direitos fossem atendidos, levantando informações nos municípios, dos números de sem-terra, para poderem se organizar em nível de comunidade e depois em nível municipal. Inclusive, no encontro de abril de 1983 algumas propostas foram colocadas para o movimento sem-terra que se estruturava, como: fazer levantamentos completos dos sem-terra; criar grupos por comunidade, município e região; realizar reuniões e encontros com a ajuda de pessoas e embasamento com material e em todos os níveis; realizar encontros municipais para aprofundamento dos líderes; e

pensar em um jeito de recolher ideias, sugestões e propostas dos participantes (FRANCISCO BELTRÃO, 1987; ENCONTRO DOS AGRICULTORES SEM TERRA DO SUDOESTE DO PARANÁ, 1983).

O Mastes, para externalizar de forma pública suas lutas, criou um boletim, chamado “Alerta”, em 1983, que teve 16 edições. O Alerta publicizava as condições dos sem-terra na região; as expropriações; os projetos de colonização do Norte do país como prejudiciais aos camponeses do Sudoeste; a existência de terras no Paraná, para assentamento dos sem-terra; reivindicações a órgãos estatais, como o INCRA e o governo do estado; as condições das ocupações que era realizadas, como a Annoni e a Imaribo; e posições de entidades que se colocavam ao lado do movimento e dos camponeses sem terra, constituindo-se, como aponta Ricardo Callegari (2020), em uma prática social organizada dos camponeses.

No final de 1983, no mês de dezembro, a coordenação de formação do Mastes, em seu Boletim Alerta, descreveu suas dificuldades em Nova Prata do Iguazu, ainda num momento de articulação, em referência a uma festa que decidiram realizar para se aproximar das pessoas e arrecadar fundos para o movimento para cobrir as despesas financeiras das reuniões, os encontros e as viagens. A mobilização dos sem-terra, a organização e a divulgação da festa sofreram ataques da igreja do município, via rádio e em outros meios de comunicação, pelo padre Davi Fontana. Aproveitando desses ataques, o Mastes afirmou que as declarações eram contrárias ao que a igreja pregava, ou seja, a opção preferencial pelos pobres, enfatizando que o movimento não era desordeiro, mal-intencionado e comunista, mas, que visava organizar os trabalhadores sem-terra para que houvesse justiça na distribuição da terra, acesso ao emprego e habitação; e que a igreja existia para unir aqueles que não queriam o pobre à margem da sociedade, juntando os marginalizados para fazer valer os seus direitos. Isso mostrava, também, que a igreja estava fortemente presente nas questões da terra, sobretudo com a CPT, com aporte teórico e prático da Teologia da Libertação; que a igreja não era homogênea e que grupos, ou parte dela, não ingressaram na luta pela terra. Ainda no calor dos conflitos em Nova Prata, o Mastes reafirmava, mais uma vez, os seus objetivos, destacando agora, também, a meta de divulgar e conscientizar a população em geral sobre o problema da terra e a necessidade de uma reforma agrária, sentindo o estigma que era criado em setores

regionais de taxação dos sem-terra como “vagabundos”, como aparecia em muitos momentos descritos pelos próprios participantes do movimento (MASTES, nº 4, 1983).

De um conflito em um município, Nova Prata, o movimento desenvolveu uma articulação em um processo de mediação com os sem-terra sobre a situação ocorrida, pautando o papel da igreja na preferência pelos pobres, linha da Teologia da Libertação, apropriando-se dessas concepções e deslegitimando a ação do padre que se posicionou contrário aos camponeses. Articulou-se uma resposta no boletim do Mastes de que o movimento visava uma organização de trabalhadores com o objetivo de atingir um número maior de sem-terra, de toda a região, que ia além dos atingidos diretamente pelo fato, mas que, de certa forma, eram atingidos em sua identidade coletiva.

Após a realização da festa dos sem-terra em Nova Prata do Iguaçu, ocorreu uma avaliação do Mastes e de sua atuação no município, no dia 4 de março de 1984, com a comissão municipal e as comissões das comunidades rurais, a partir da conclusão de que a organização e a realização da “Festa dos Sem Terra” resultou em um grande avanço político, pois, como aponta o Alerta: “conseguimos provar à sociedade algo de que somos capazes” (MASTES, nº 5, 1984). O evento, ainda, conforme a avaliação dos sem-terra, contribuiu com a autonomia financeira do Movimento e foi um instrumento para avaliar o “nível de organização e a capacidade de mobilização dos Sem-Terra”. Na avaliação, também, os sem-terra concluíram que diante do objetivo da conquista da terra, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais vem cumprindo seu papel na luta e contribuindo com o avanço do movimento e tiveram a “certeza de que trabalhador é que resolve problema de trabalhador” (MASTES, nº 5, 1984). Assim, decidiram que continuariam com os encontros nas comunidades visando levar informações mais precisas e profundas, que iriam participar de encontros e formações com movimentos de outras regiões, que as comunidades deveriam fazer um levantamento das terras improdutivas e discutir uma forma de conquistá-las, que iriam aprofundar a discussão de que a terra é uma conquista e também incentivar os trabalhos de mutirão nas comunidades, objetivando o aprendizado do trabalho conjunto (MASTES, nº 5, 1984).

No dia 2 de março de 1984 aconteceu, também, o primeiro encontro do Movimento no município de Capanema, com a participação de 80 lideranças escolhidas nas comunidades rurais e nos bairros da cidade, para discutir o problema dos sem-terra. Nos debates, chegaram à conclusão de que “enquanto existe tanta terra sobrando, desocupada, nas mãos de quem não precisa dela, os sem-terra passam por necessidade não tendo nem mesmo o que comer” (COMUNICAÇÃO ORAL). Com essa conclusão foi elaborado um abaixo-assinado que, conforme registra o Alerta, pode ser resumido em uma frase: “A terra é de quem nela trabalha e de quem dela precisa para sobreviver” (MASTES, nº 6, 1984). Esse documento foi encaminhado a várias autoridades<sup>12</sup> estaduais e nacionais e, conforme o Mastes, só obteve resposta dos senadores Álvaro Dias, Alfonso Camargo Neto e do deputado Caíto Quintana, porém, não descrevendo objetivamente quais foram essas respostas (MASTES, nº 6, 1984).

Em junho de 1984, o Mastes elaborou uma carta aberta entregue a Paulo Somer, coordenador do INCRA, onde, em nome de aproximadamente 9 mil famílias de agricultores sem terras do Sudoeste, a comissão regional do movimento solicitava solução para o problema da terra no Paraná, enfatizando que não havia mais comida na mesa do pobre, que a miséria estava crescendo na beira das cidades e que o agricultor não quer emprego na área urbana, quer terra para produzir alimentos, pois a comida do brasileiro não era a soja. Uma exigência do movimento, e que era recorrente, foi a de que as terras da reforma agrária para os sem-terra da região fossem no estado do Paraná e não em terras no Norte do país, onde projetos de colonização do INCRA eram realizados (MASTES, nº 8, 1984).

Uma forte luta do Mastes, desde 1983, foi a exigência da terra para os sem-terra do Sudoeste no próprio estado, criticando a forma e os projetos de colonização do INCRA no Norte do país, onde agricultores da região estavam sendo levados, como

---

<sup>12</sup> De acordo com o Alerta (MASTES, nº 6, 1984), o documento foi encaminhado para: o Presidente da República; o Ministro Especial para Assuntos Fundiários; o INCRA; o Ministério da Agricultura; os Senadores Alfonso Camargo Neto, Álvaro Dias e Enéas Farias; os Deputados Federais Alceni Guerra, Sebastião Rodrigues Júnior, Borges Silveira; o Governador do Estado; a Secretaria do Estado de Assuntos Comunitários, do Interior e da Agricultura; o Instituto de Terras e Cartografia; os Deputados Estaduais, Luiz Alberto de Oliveira, Caíto Quintana, Gernote Kirinus, José Fonseca; a Prefeitura Municipal; a Câmara de Vereadores; o Bispo de Palmas; a Igrejas Católica, Santa Cruz; a Congregacional; a Assembleia de Deus – todas com sede em Capanema.

Davi Félix Schreiner (2002) demonstrou, por meio de notícias de jornais. Isso incluía a transferência de famílias de Francisco Beltrão, Pranchita e Enéas Marques e, provavelmente, de outros municípios, para o Projeto Juma no Amazonas com capacidade para 7 mil famílias, com a promessa de que o INCRA cederia lotes de 40 a 60 hectares, comprometendo-se em construir casas de madeira, barracos e infraestrutura básica, como estradas, escolas, ambulatórios, além de destinar seis meses de salário mínimo por família, e o transporte até o local. 238 famílias do Sudoeste foram transferidas para lá em agosto de 1983 (SCHREINER, 2002).

Os projetos de colonização da Amazônia foram colocados em prática na década de 1970 pela ditadura civil-militar, em um esforço de ampliação econômica, tentando esconder ou amenizar o problema da questão agrária no país, principalmente, do pequeno trabalhador rural sem-terra ou proprietário de terras, o que foi insuficiente para garantir a sua subsistência, tendo como base o Estatuto da Terra que abandonou o objetivo de reforma agrária para dedicar-se à colonização. O Estatuto permitiu a manutenção de latifúndios produtivos com capital facilitado pelo Estado, por meio de crédito, e incentivou a ida de trabalhadores rurais sem-terra e pequenos proprietários para os projetos de colonização. As ações de colonização eram empreendidas pelo INCRA e colocadas como soluções possíveis para a pretensa falta de terras no Paraná, tendo a contraposição do Mastes, que afirmava existir propriedades ociosas e improdutivas no estado, em que famílias poderiam ser assentadas, reivindicando essas ações ao então governador José Richa, que na campanha eleitoral se comprometeu com a reforma agrária, e ao Secretário da Agricultura, Clauss Germer, que se colocou, de forma enfática, contrário à transferência dos agricultores e aos projetos de colonização. Ele visitou, inclusive, um deles, o Projeto Dirigido Pedro Aleixo, próximo a Rio Branco, no Acre, relatando a ausência de infraestrutura mínima, falta de assistência técnica, escolas precárias e forte presença de malária entre os agricultores, narrando que os projetos eram campos de massacre para os colonos que para lá tinham sido levados pela inexistência de mínimas condições de sobrevivência. Entretanto, pela forte pressão da Federação da Agricultura no Paraná (FETAEP), o secretário pediu demissão em agosto de 1986 (SCHREINER, 2002; FERES, 1990).

Para o Projeto Juma, foi enviado uma comitiva de três ônibus com 27 famílias do Sudoeste, incentivados por propagandas de prefeituras e de alguns sindicatos de trabalhadores rurais da região. Ao chegar lá, os camponeses foram postos debaixo de uma lona e, observando a terra arenosa, desanimaram-se, sendo que alguns quiseram voltar, entretanto, os motoristas dos ônibus informaram que estavam proibidos de transportar o pessoal novamente para a região Sudoeste. Os sem-terra iam para os projetos, porque a eles eram prometidos lotes de 100 hectares, água boa, casa, médico, demais assistência, e tinham a afirmação de que lá se produzia de tudo. Porém, os relatos dos que retornaram contrariavam a propaganda. Uma mulher relatou que voltou porque ficou desamparada com quatro crianças, quando o marido foi levado a um hospital há 450 quilômetros de onde estavam e, depois disso, não tiveram mais notícias do homem. Não vendo outra alternativa a não ser ir atrás dele, descobriram, quando chegaram lá, que ele já havia morrido de malária e estava enterrado há alguns dias. Outros relataram que retornaram porque lá não tinha água, apenas uma lagoa com água parada para beber e lavar roupa, sendo que para onde se olhava só se avistava uma areia que era de “doer as vistas de branca” (MASTES, nº 1, 1983; MASTES, nº 2, 1983).

Essas experiências narradas pelos sem-terra e registradas no Alerta, que foram para projetos de colonização incentivados pelo governo federal e que citam seus sofrimentos e as desilusões que sofreram quando contrastam a propaganda e a proposta que tinham com a realidade com que se depararam, contribuíram para a criação de um discurso e da luta em torno do assentamento dos camponeses no próprio estado do Paraná, uma luta que começou a fazer parte definitivamente da pauta do Mastes e dos sem-terra que dele faziam parte. Em síntese, de experiências concretas com a colocação de disponibilidade de terras no Paraná pelo movimento, criou-se uma pauta de luta que fez parte dos embates do Mastes em sua ação.

A Carta Aberta enviada ao coordenador do INCRA ainda concluiu, com base em reunião realizada nos dias 7 e 8 de abril de 1984, com as comissões municipais do movimento, que as terras a serem redistribuídas deveriam ser as terras do governo, tanto devolutas como públicas, as terras mal ocupadas e improdutivas, as grandes áreas pertencentes a estrangeiros ou a profissionais liberais, a comerciantes, a industriais, isto é, de gente que não precisava delas para sobreviver, além de terras



das empresas e de grupos econômicos em geral, com a determinação de um módulo máximo de 100 hectares. O documento relatou que os sem-terra aguardariam uma solução pacífica para o problema para não se chegar ao objetivo pela via da violência, contudo, a resposta que receberam de Paulo Somer, coordenador do INCRA, foi de que a solução do problema cabia ao próprio movimento. Foi então que surgiu a decisão: “ocupar as terras que não estão produzindo nada além de dinheiro” (MASTES, nº 6, 1984). A primeira ocupação mediada pelo Mastes foi nas terras da Fazenda Imaribo S/A, firma madeireira localizada no município de Mangueirinha, na madrugada do dia 22 de junho de 1984, e contou com a participação de 81 famílias do Sudoeste, totalizando 481 pessoas. Na chegada à fazenda, os sem-terra sofreram resistência dos funcionários para entrar na terra, de modo que não conseguindo impedir os camponeses, chamaram os donos da firma e a polícia militar. A negociação foi de que poderiam permanecer até o dia 25, uma segunda-feira (MASTES, nº 6, 1984).

A Fazenda pertencia à Indústria e Comércio de Madeiras de Nelson Pizzani, com 17.989 hectares, e não cumpria a função social, por grande parte estar ociosa. Conforme destaca Ricardo Callegari (2020), o proprietário da Fazenda conseguiu reintegração de posse concedida pelo juiz de direito de Coronel Vivida e, aproveitando esse ínterim, os funcionários da fazenda, a mando do dono, cercaram a área com arame para impedir a entrada de alimentos, remédios e demais utensílios. Com isso, os ocupantes se retiraram da Fazenda e armaram acampamento na beira da rodovia que liga Mangueirinha a Coronel Vivida, em uma comunidade chamada de Canhada Funda. Esses acampamentos propiciavam um espaço para as famílias se conhecerem melhor e, também, uma oportunidade de formação política entre os camponeses (CALLEGARI, 2020).

No dia 28 de junho de 1984, uma comissão de cinco acampados da Imaribo foi até Curitiba expor às autoridades e aos órgãos governamentais as suas propostas. Conforme relatos, lá foram chamados de ladrões, invasores, mentirosos, criminosos e merecedores de cadeia. O INCRA e o Instituto de Terra e Cartografia (ITC) solicitaram que a comissão apresentasse um projeto de colonização para que o primeiro aprovasse o reassentamento, ao cabo que o projeto foi entregue pelos sem-terra, que no dia 3 de julho de 1984 voltaram a Curitiba para acompanhar o andamento

do processo. Receberam apoio de deputados, do Arcebispo de Curitiba, Dom Pedro Fedalto, do Comitê Estadual dos Sem Terra do Paraná e de representantes do Partido Democrático Brasileiro (PMDB) e do PT. Novamente solicitaram a desapropriação da área e receberam a devolutiva de que as reivindicações seriam atendidas pelos órgãos responsáveis (MASTES, nº 7, 1984). Depois de oito meses, a vitória: a conquista da terra. Essa foi a constatação do Mastes quando a Fazenda Imaribo foi desapropriada no dia 15 de janeiro de 1985 pelo presidente da República, João Batista Figueiredo, para o assentamento dos sem-terra.

Conforme relatado no Boletim Alerta, edição de janeiro de 1985, foi por meio de encontros, reuniões, estudos e debates que os trabalhadores perceberam que estavam sem terra, pelo modo como a sociedade estava organizada, sob a égide dos capitalistas e do capitalismo e não por má vontade ou preguiça dos agricultores. “No sistema capitalista, a classe dos ricos, a classe dos grandes, rouba a terra dos trabalhadores (através dos preços baixos, financiamento, grilagem) para poder explorá-los mais, fazendo-os boias-frias, meeiros, parceiros” (MASTES, nº 10, 1985). Essa foi a afirmativa do movimento em uma definição de classe, alicerçada na experiência já vivida na luta pela terra nos acampamentos e no trabalho de base, por meio de reuniões, estudos, reflexões, mediadas pelo Mastes, que desenvolveu a consciência de classe diante dessa luta travada e da decisão de que a saída encontrada para a situação vivida era juntar-se, organizar-se e ocupar, conforme os pressupostos de Edward Palmer Thompson (1984), de que a classe não existe sem luta, muito pelo contrário, ela só tem existência no desenvolvimento das lutas históricas. Foi isso que observamos na trajetória dos movimentos sociais pela terra no Sudoeste, especialmente do Mastes, que também se envolve na mediação, na circularidade entre teoria ou reflexões teóricas e empirismo, na luta concreta ou no sofrimento concreto levantados nas discussões com os sem-terra, criando uma representação coletiva; no processo de mediação, por meio de estratégias ou trabalho de base que determinavam posições e relações que construam para o grupo ou para a classe um ser-percebido constitutivo de sua identidade, como trabalha Roger Chartier (2002).

Nessa definição de classe criada pela consciência de classe que, por sua vez, surge com a luta de classes, as classificações entre aliados e inimigos ficaram

evidentes. Entre os inimigos, o Mastes declarou estar o INCRA, certos representantes políticos, latifundiários e ricos em geral, além de padres, sindicatos de trabalhadores rurais pelegos, cooperativas e a própria FETAEP, que atrapalharam e prolongaram o sofrimento. Declarou como aliados, que contribuíram com alimentos, medicamentos e ajudaram no desenvolvimento da consciência e organização, “os pequenos em geral”, vários sindicatos de trabalhadores rurais, alguns padres e pastores, a Assesoar, prefeitos e vereadores da região” (MASTES, nº 10, 1985). Veja que o Mastes não atuava de forma isolada, mas se articulava com demais entidades, sobretudo os sindicatos de trabalhadores rurais, que na época já tinham vencido as eleições contra os dirigentes considerados pelegos; a Assesoar; e setores da Igreja Católica, que enveredaram na luta com apoio da Teologia da Libertação. Entre as próprias entidades ocorriam processos de mediação: com a Assesoar, cedendo o conhecimento dos camponeses pela trajetória de trabalho; com a Igreja, trabalhando com a noção da opção pelos pobres e o uso de leituras da Bíblia para legitimação; com o sindicato, por meio da organização local e das discussões sobre direitos.

A ocupação de terra é uma prática social utilizada historicamente por camponeses para reproduzir seus modos de vida. No Sudoeste do Paraná, no contexto da atuação do Mastes, a prática da ocupação foi colocada em ação visando o enfrentamento coletivo e como estratégia de luta seguida por outra, os acampamentos. A ocupação é uma ação planejada na observância das condições físicas e jurídicas da área, geralmente realizada na madrugada e de forma rápida por um grupo volumoso, evitando o confronto com defensores armados das fazendas e para causar um impacto na opinião pública, além de desencadear uma discussão da desapropriação com a participação do Estado. Em caso de despejo, geralmente violento, outra etapa é o acampamento na beira de rodovias, tendo a participação de mediadores (SCHREINER, 2002; FERES, 1990).

Na tese defendida por Ricardo Callegari (2020), ele relata a entrevista realizada com um dos ocupantes da Imaribo, que descreve uma das táticas usadas para a realização da ação: apenas um grupo pequeno sabia o dia e o horário da ação, o restante dos camponeses foi informado quando já era chegado o instante de embarcar, objetivando evitar que o dono da Fazenda soubesse dos planos e tomasse alguma providência para evitar a concretização da ação (CALLEGARI, 2020).

João Bosco Feres (1990) analisa que a ocupação da Fazenda Annoni, no primeiro momento, quando aconteceu o despejo violento por parte dos jagunços, a ação foi mais espontânea do que a segunda ocupação. Depois de um tempo de acampamento na beira da rodovia, quando houve maior organização dos sem-terra e a fixação definitiva no local, influenciando e incentivando, posteriormente, as demais ocupações da região, como foi a da firma Imaribo S/A que, de modo mais organizada, teve um desfecho de desapropriação e assentamento das famílias ocupantes de forma mais rápida que a Fazenda Annoni, que só foi transformada em assentamento em 1998 (FERES, 1990).

Como vimos, no Sudoeste, as ocupações, enquanto práxis, tiveram início no ano de 1983 com a Fazenda Annoni, mediada pelo Mastes, em seu processo de fixação na terra e no acampamento. Desde essa primeira, outras ocupações começaram a acontecer em outros latifúndios, com articulação do movimento que decide pelo ato de ocupar, após conversas, estudos e reflexões com os sem-terra, percebendo que os órgãos governamentais não iriam tomar atitudes em relação à situação em que se encontravam, já que não colocaram como prioridade políticas efetivas que atendesse às reivindicações do Mastes, como fica explícito na Carta Aberta enviada ao INCRA. Foi por esse movimento e por meio de deliberação que os agricultores decidiram que a ocupação seria uma forma de ação a ser utilizada para forçar a entrada dos sem-terra, enquanto atores, que exigiam sua participação social, política e cultural e sua inserção econômica, mediante à fixação na terra para consolidar o seu modo de existência.

Em uma Carta Aberta à população, assinada por várias entidades, entre elas a CPT, a CUT e o PT, observa-se afirmações favoráveis à ocupação de terras improdutivas e com histórico dominial duvidoso, ressaltando que o ato não consistia em invasão, já que não se caracterizava como uma ação violenta contra propriedades públicas e privadas, mesmo produtivas, prática essa usada por grileiros e latifundiários que expulsavam famílias de trabalhadores rurais de suas terras com ação de pistoleiros. Na carta diziam, ainda, que os ocupantes eram responsáveis por suas famílias para não deixar seus filhos na condição e situação de fome, miséria ou prostituição, e que os trabalhadores ocupavam terras sem uso de forma pacífica, à luz

do dia, encontrando muitas vezes a força armada do jagunço e da polícia militar (MASTES, nº 6, 1984).

Diante da deliberação do ato de ocupar latifúndios improdutivos como alternativa à falta do acesso a terra por famílias expulsas e expropriadas e pelo apoio recebido de instituições, movimentos e partidos na execução dos atos, o Mastes articulou e participou de algumas ocupações no Sudoeste, como foi o caso da Fazenda Imaribo e, também, da participação na ocupação e no acampamento da Fazenda Annoni, apesar de não ter organizado sistematicamente a primeira ação dos sem-terra. É isso que analisamos agora: a organização da ocupação e do acampamento na Fazenda Annoni, a participação do Mastes nesses atos e o processo de mediação realizado com os sem-terra.

### 3.2 OCUPAÇÃO DA FAZENDA ANNONI

A primeira ocupação por sem-terra na oportunização política da década de 1980, no Sudoeste do Paraná, foi realizada na Fazenda Annoni, em Marmeleiro, divisa com Campo Erê, estado de Santa Catarina, no dia 17 de julho de 1983, por 648 famílias em uma área de 4.334 hectares. Essa primeira ocupação e tentativa de acampamento foi frustrada por ataques violentos de jagunços a mando dos pretensos proprietários, no dia 21 de julho de 1983, destruindo barracos, casas e furando panelas, à bala, para inviabilizar a preparação de alimentos, além do assassinato do sem-terra João de Paula, de 53 anos, morto no ataque, que deixou a esposa e nove filhos. Conforme Ricardo Callegari (2020), os sem-terra ocuparam a Annoni incentivados pela ocupação da Fazenda Burro Branco, em Campo Erê, Santa Catarina, próximo do local (CALLEGARI, 2015; CALLEGARI, 2020).

**Figura 2** – Mapa da divisão política do estado do Paraná e do município de Marmeleiro



Fonte: Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER) Regional de Francisco Beltrão – Adaptado por Sady Domingos Alves Grisa (2012).

A memória do assassinato de João de Paula está presente nas narrativas dos ocupantes da Fazenda que ainda residem no local. Alvino associa a morte de João de Paula com a resistência que enfrentaram.

Daí nos entramos, tivemos muita luta aqui no começo, queimaram barraco da gente aí [...] A gente saiu e depois retornou de vorta né. Fumo teimando [...] até que depois deu aquele imprevisto que deu que mataram o João de Paula [...] arrancaram ele do cemitério aquela vez pra fazer a perícia, porque diz

que o home morreu de susto. Daí eles queriam averiguar tudo certinho né. Acho que veio a polícia federal de Curitiba aquela vez. Aí descobriram tudo certinho [...] foi tiro, dos jagunços, dos pistoleiros. [...] e nós fumo teimando aí, precisava conseguir um pedacinho de terra [...] (Alvino Ramon Costa, Marmeleiro-PR, 03/03/2021)<sup>13</sup>.

Na memória de Alvino, a resistência aparece como teimosia. Mesmo com a ação violenta, mesmo com o ataque aos barracos, mesmo com a morte de um companheiro, eles teimaram porque viam como alternativa para conseguir o essencial para os camponeses sem-terra naquele contexto e naquela situação: um pedaço de terra. Na memória de Vino, como o chamam, durante a entrevista, sentados à frente de sua casa, na Comunidade de São Pedro, com as compras do mercado na varanda (tinha chegado recentemente), do lado de sua esposa e um vizinho (que chegou na Fazenda em 1986), transparece, de forma oral, os sentimentos de sofrimento da época da ocupação.

[...] eu disse: pra mim uns 5, 6 (alqueire), já me ficava bom né, pois não tinha nada. Daí eu me lembro tão bem que naquela época paguei pros cara abrir as picada pra mim, aí fomo peleando né. De repente ergui um barraco bem ali assim, de lona (...) e ali nós ficamo embaixo daquela lona ali, acho que um ano. E é sofrido. Chovia, rapaz, no outro dia a gente ficava com os barro pelas canela. Ninguém queira enfrentar barraco não. Eu sempre digo: se eu fosse enfrentar outro barraco um dia, mas não queria nem dado (Alvino Ramon Costa, Marmeleiro-PR, 03/03/2021).

Na rememoração de outro ocupante, Elpídio Tavares, que chegou na área um ano depois da ocupação, surge também a ligação da resistência com o sofrimento, mostrando que a memória, apesar de parecer ser estritamente individual e íntima, pode ser um fenômeno construído social e coletivamente e sofre flutuações em função do momento de sua rememoração (POLLAK,1992), posto na oralidade dos dois ocupantes que, não sabendo da entrevista de um e de outro, tocam na questão dos

---

<sup>13</sup> Veja que a causa da morte de João de Paula já era conhecida, ou seja, tinha sido assassinado a tiro, porém, pela pressão que havia sobre isso, agentes do Estado retornaram para fazer uma nova autópsia e impedir concretamente que outra retórica fosse usada pelos assassinos, incentivadores ou mandantes.

barracos, do sofrimento e da resistência, ambos, afirmando que não fariam novamente se fosse hoje.

Não entrei na ocupação, entrei um ano depois, 80 e alguma coisa. Aquela vez foi sofrido home do céu, nós entremo aí, morava embaixo de lona aí, rapaz, não foi fácil. Mas graças a Deus a gente entrou e deu certo. Foi lutando, lutando e tamo aí até hoje graças a Deus. Mas foi difícil, se tivesse que fazer de novo hoje, não faria mais. E por isso hoje eu tô aqui e não tem preço a minha morada. Não tem preço porque valoriza o que nois passamo aqui debaixo das lona. Então a gente entrou aí, e fomo trabalhando, fomo lutando (Elpídio Tavares, Marmeleiro-PR, 03/03/2021).

O que dá significado às memórias são as experiências, porém, há uma distinção entre o que foi vivido e o que está sendo recordado, entre a experiência e a memória, não deixando de notar também que, no caso dos ocupantes da Annoni, do acontecimento ou fato vivido até a narração por meio da entrevista, passaram-se mais de 30 anos. A ação de trazer as memórias do passado para o presente, com o uso da metodologia da história oral que visa a produção de narrativas como fontes de conhecimento, recria o passado, fazendo transitar a consciência de quem relembra e narra em diversos tempos (AMADO, 1995; DELGADO, 2009). A narrativa no presente das memórias de uma resistência, um sofrimento e a afirmação de que não encarariam mais a luta na atualidade, deve-se ao fato de que estamos em outro tempo histórico e não mais na oportunidade política criada na década de 1980. Ademais, hoje eles possuem a terra, mesmo sem título definitivo, com a graça de Deus que deu base à resistência, como narra Elpídio, e já não tem a mesma idade que tinham na época. Isso mostra que as memórias constroem a identidade social dos indivíduos e não são estanques, elas – as pessoas – trabalham de modo a justificar as modificações de suas identidades ao longo de suas vidas.

Elpídio decide falar pouco na entrevista. Em muitos momentos afirma que não lembra das situações, mas que muita coisa está registrada em livros de ata que, revirando suas coisas há não muito tempo, encontrou e, junto com sua filha, teve a certeza de que muita história estava registrada naquelas linhas. Usamos essas atas no próximo capítulo para analisar como se deu a fixação dos sem-terra na Fazenda Annoni e como se organizaram.



**Figura 3** – Mulheres e crianças na ocupação da Fazenda Annoni.



Fonte: Arquivo pessoal de Pedro Boller.

A foto registra algumas crianças e mulheres, duas delas expressam um sorriso, por serem o foco da câmera. Ao lado delas, dois barracos de lona. Mais ao fundo é possível observar barracos de lona com palha, possivelmente de milho, no coberto e nas laterais. O enfrentamento na luta, também, passava pelo cotidiano nos barracos improvisados, como observamos nas narrativas das memórias dos sem-terra, ocupantes entrevistados, demonstrando a solidificação desse acontecimento em suas memórias e o sofrimento que passaram relacionado à moradia precária na luta pela fixação na fazenda. Vemos, nos fragmentos visuais da realidade histórica que estudamos, que os barracos foram construídos um próximo ao outro, provavelmente no início da ocupação, para se sentirem mais protegidos e organizados e para realizarem o trabalho de abertura de picadas e da divisão dos lotes. Na representação de mundo que a fotografia se constitui notamos um pouco do cotidiano com as mulheres e as crianças a sua volta.

Após o despejo violento da primeira ocupação, os sem-terra se reuniram e acamparam na beira da rodovia, na localidade de Bom Jesus, próximo à Fazenda. Esse acampamento durou mais de um mês e foi importante para a construção do

Mastes e para a ampliação de apoios que vieram de demais entidades e movimentos (CALLEGARI, 2015).

Waldomiro Chalito dos Passos, uma das lideranças da Comunidade de São Pedro, na época da ocupação e acampamento, rememora, em sua narrativa, a entrada dos sem-terra, o acampamento na beira da estrada no Bom Jesus e o retorno dos camponeses à Fazenda.

A primeira vez que eu entrei aqui nós ficamos dias abrindo picada. E daí os pistoleiro da fazenda, chegaram nos acampamento que tinha pra cima onde eu morava, botaram fogo, atiraram nos companheiro e daí nós corremos, escapamo né, eles queimaram os barracos que tinha ali em cima (...) ali do Padre Anchieta. Nós tava acampado mais embaixo ali, eles passaram onde nós tava, aproveitemo a carona e escapemo. Daí vortemo no nossos lugar onde morava, fiquemo uns dias se organizando e viemo e acampemo uns trinta dias na estrada ali, naquele tempo não tinha asfalto (...) fiquemos em cima uns trinta dias ali no Bom Jesus, no dia 18 de setembro nós entremo definitivo aqui na fazenda daí, com a garantia do governo do estado que não ia ter despejo. O governo garantiu que nós podia ocupar, que se o Governo Federal exigisse despejo o policiamento deles, eles não davam. E viemo e fiquemo uns 60 dias acampados num (inaudível) ali no São Domingo, ajudando uns companheiros a abrir picada, e depois estraviemo, cada um no seu sítio, fazendo as nossas roças. A divisão do sítio foi combinado de cada um tirar pareio, tanto é que quando entro medição aqui, foi medido pelas divisa de cada um, não foi alterado quase nada. Daí tamo até hoje com essa medida provisória, esperando definição do assentamento. O contrato do INCRA em 2000 foi só pra 10 anos, e já faz vinte que nós tamo aí, trabalhando, pra ver o que que acontece (Waldomiro Chalito dos Passos, Marmeleiro-PR, 14/01/2021).

O INCRA, depois de requerer a saída dos ocupantes da Fazenda Annoni e após o despejo violento, garantiu que os sem-terra seriam assentados no estado do Paraná. Porém, durante o acampamento na beira da estrada, o Instituto informou que só teria terras disponíveis em projetos da Amazônia, tendo tachado os acampados, conforme o Mastes, de profissionais de invasão de terra sem bons antecedentes, que os facilitassem o acesso a terra, pressionando para que eles não ficassem no acampamento e voltassem para o local de onde vieram. Segundo a narrativa de Leonir Grando, um dos sem-terra no acampamento, o INCRA esteve no acampamento na beira da estrada na comunidade do Bom Jesus, realizando o trabalho de cadastramento dos sem-terra. Ele relata que o “INCRA veio fazer levantamento na

beirada da estrada, três, quatro mesas ali na beirada, tipo fazendo cadastro dos sem-terra (MASTES, nº 1, 1983; Leonir Grando, Marmeleiro-PR, 03/03/2021).

A Secretária de Assuntos Comunitários do governo do estado do Paraná sugeriu que se formasse uma comissão com representantes locais para encaminhar as medidas de atendimento dos acampados na beira da estrada, referente à alimentação e a outras questões. Entretanto, essa comissão não cumpriu o seu papel como deveria, porque grande parte dos industriais e comerciantes de Marmeleiro eram contra os sem-terra ficarem no local. Por outro lado, os acampados receberam apoios de órgãos de classe, de representantes da igreja e de outras entidades, que se colocaram favoráveis à conquista da terra pelos ocupantes (MASTES, nº 1, 1983).

No dia 22 de setembro do mesmo ano, os sem-terra voltaram a ocupar a Fazenda Annoni, reunindo-se no centro da área por algum tempo e depois se espalhando pelas terras para iniciar a produção e os trabalhos. A segunda ocupação foi decisiva para a fixação no local, apesar de ainda existirem resistência e insegurança. Logo no início da demarcação dos lotes, os sem-terra improvisaram a construção de barracos cobertos de lona e taquara, como na foto acima, e se mobilizaram para o plantio, viabilizando sementes com algumas entidades, como o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Francisco Beltrão e a Assesoar. Começaram a plantar feijão, milho, batatinha (MASTES, nº 2, 1983).

A Fazenda Annoni havia sido desapropriada no ano de 1980, por meio do Decreto nº 84.603 do governo federal, por não a considerar empresa rural, sem nenhuma ação, no entanto, para a execução de reforma agrária no local ou assentamento de sem-terra. A desapropriação se deu pelo parecer do INCRA não classificar a Fazenda como empresa rural, possibilitando a desapropriação conforme o Estatuto da Terra. Mesmo com a desapropriação, os pretensos proprietários entraram com uma ação para reverter o fato, tendo ganho de causa decretado pelo Tribunal Federal de Recursos, classificando a propriedade como Empresa Rural (CALLEGARI, 2015, MASTES, nº 3, 1983).

No dia 10 de fevereiro de 1984, líderes dos sem-terra, acampados na Fazenda Annoni, realizaram uma atividade de avaliação e debate sobre a situação em que se encontravam. Decidiram que ficaria proibida a venda de sítios na área e que era para

orientar os sem-terra que viessem atrás de terra para que se organizassem ou procurassem movimentos de sem-terra em suas localidades, que estariam lutando por reforma agrária; que os próprios ocupantes iriam criar escolas para os seus filhos, visto que o prefeito teve posição contrária à criação, sendo, então, solicitado que cada comunidade escolhesse um companheiro para fazer parte da Comissão das Escolas, que depois obrigariam o prefeito ou o governo do estado a assumir as instituições; que os acampados deveriam se associar e participar no sindicato e que seria escolhido um líder sindical da comunidade; que iriam pressionar o governo do estado do Paraná para criar um crédito de Fim Social a juros baixos e com longos prazos para pagar, para financiar a produção e a construção de um armazém na área, escolhendo para atuar nessa questão, um companheiro em cada comunidade para formar uma comissão para esses assuntos; e a criação de um caixa comum para enfrentar as despesas do movimento e a continuação das hortas e dos açudes comunitários (MASTES, nº 5, 1984).

Um abaixo-assinado enviado ao INCRA foi confeccionado com algumas propostas que se relacionavam a essas, sobretudo referentes à disponibilização de compra dos sítios para os sem-terra, por meio de crédito oferecido pelo governo, já que não possuíam recursos e com a produção no local poderiam concretizar os pagamentos. No Capítulo 4 observamos mais detidamente a organização depois da ocupação definitiva da Fazenda, com a constituição das comissões e as ações de organização (MASTES, nº 5, 1984; MASTES, nº 6, 1984).

Durante o início da ocupação, houve muitos rumores e ameaças de despejo noticiadas por vários jornais no estado do Paraná. A Folha de Londrina, no dia 23 de setembro de 1984, noticiou que mesmo com a produção da última safra, com as cabeças de gados e suínos, com as casas construídas, com árvores frutíferas plantadas e cerca de 5 mil pessoas no local, ainda havia o risco de despejo, informando, também, que os agricultores solicitavam a desapropriação da terra pelo INCRA e prometiam pagá-la (O ESTADO DO PARANÁ, 1998).

A ameaça de despejo que não se concretizou – e isso percebemos nas próprias falas dos ocupantes – fez com que os sem-terra agissem em um trabalho deliberado para se fortalecer enquanto movimento e enquanto conjunto, concretizando algumas

demandas com as próprias mãos, como a criação de escolas para atender a um direito social que deveria ser suprido pelo Estado, articulando recursos comuns e produção comunitária, além de pressionar o Estado para incentivar a produção com a cedência de créditos especiais a juros baixos para que a produção e a posterior comercialização fossem viabilizadas e fortalecidas.

Decidiram, de forma coletiva, por uma atuação conjunta para exigir direitos sociais e econômicos que iam além do acesso a terra, mas que estavam ligados a ela e que fortaleciam o enraizamento da população como a educação, com o trabalho e com a infraestrutura. Uma das preocupações dos ocupantes do latifúndio da Fazenda Annoni, articulados com os movimentos e as entidades que contribuíram com as ações, foi a de mostrar que os sem-terra haviam ocupado a área para trabalhar e produzir, diferentemente do que acontecia quando a Fazenda pertencia à família Annoni, que, depois da retirada de toda a madeira, deixou a terra improdutivo. Com um ano de ocupação e em meio à tensão da ordem de despejo, os ocupantes elaboraram uma relação das benfeitorias que a área já possuía de modo, também, a justificar sua permanência e lutar pela revogação do despejo. Conforme levantamento dos próprios ocupantes, a Fazenda possuía:

420 casas de madeira; 480 cabeças de gado bovino; 66 cabeças de gado cavalari; 900 cabeças e suínos; 6.000 cabeças de aves; 20.000 pés de árvores frutíferas e de reflorestamento como erva-mate, eucalipto e pinheiro; 200 arados; 80 carroças; 10 trilhadeiras; 1.750 hectares de terra prontos para o plantio; 10 escolas funcionando por conta dos ocupantes; 452 crianças em idade escolar; 1.000 crianças menores de 7 anos; 422 jovens maiores de 14 anos, num total de 1.872 (MASTES, nº 7, 1984).

A questão da terra para o trabalho em oposição à terra de negócio, como trabalha José de Souza Martins (1981), aparece claramente nas memórias de Morena, uma senhora de mais de 80 anos que, em uma mistura de medo, receio e vontade de se expressar e exprimir suas memórias, provavelmente nunca suscitadas desta forma, em pé, na frente de sua casa, escorada em uma mesa, com a consciência de que um gravador ligado captava todas as suas palavras em uma entrevista de pouco mais de 13 minutos, ressalta, defende ou se protege na maior parte dela, relatando que o

principal objetivo dos ocupantes da Annoni era trabalhar, produzir e pagar a terra quando viesse a medição.

Meu marido, ele atendia tudo assim né, colocava, explicava pra eles tudo, que ia entrar aqui e não era terra invadida, era terra pra quem nela trabalhava, quem nela mora, a terra vai produzir, vai plantar, não é pra negócio né. Então vocês sabem, vocês vão se colocar aqui, vocês que tão chegando, a terra para quem nela trabalha, mora nela pra trabalhar, pra produzir, mas sabe que quando vir o título dessa terra, é uma terra que não está sendo invadida. Nós tamo entrando pra ter nosso conforto, pra nossa família, pra nós plantar, pra nós produzir, e quando vir a medida dessa terra, nós vamos ter que pagar, seja a quantia que for, nós vamos ter que pagar tudo nós que tamo em cima (Morena Lírio, Marmeleiro-PR, 18/03/2021).

Ela cita seu marido, Assis de Souza Lírio, eleito vereador por Marmeleiro para o mandato 1989-1992, e fala por ele em grande parte da entrevista. Conforme Morena, “ele foi vereador, também na Barra Bonita aqui, depois deu problema no estômago dele, aquele câncer, daí ele morreu” (Morena Lírio, Marmeleiro-PR, 18/03/2021). Assis não completou o mandato, mas é lembrado por sua esposa como uma liderança da comunidade da Barra Bonita, umas das 10 que ainda existe na área da Fazenda Annoni. Em uma reunião realizada na comunidade com a presença de João Scarton<sup>14</sup>, citado pelos ocupantes como adversário dos sem-terra, como homem de confiança da família Annoni e responsável pela área, Morena cita outra passagem:

O falecido disse assim: nós não invadimo seu João, nós temo aqui pra plantar, pra produzir, pra ter pra nossa família. Tudo as pessoas pobre tão fazendo pra entrar, pra nós ter nossa fazendinha, nossa terra, pra nós produzir, mas o dia que vier a medida dessa terra, sabendo que não é nossa, nós não temo invadindo, nós entremos pra ter essa terra, pra nós produzir, pra morar em cima, porque nós não temo terra, mas então não é nossa, o dia que vir o título da terra nós vamos pagar, então vocês já sabem, vamos entrar aqui, mas não é pra negócio, é pra plantar, pra produzir, pra morar em cima, foi o que o pessoal fizeram né (Morena Lírio, Marmeleiro-PR, 18/03/2021).

---

<sup>14</sup> Leonir Grando narra que antes da ocupação da fazenda, em um movimento coletivo dos sem-terra, alguns camponeses já tinham uma relação com a área da Fazenda, em um processo de arrendamento tratado, juntamente, com João Scarton: “eu mesmo trabalhava, morava aqui embaixo, fora da Fazenda Annoni, eu arrendava terra deles, pagava as meia [...] era uma renda tremenda [...] O dono da Fazenda era do Rio Grande, ele tinha o Scarton que morava aqui” (GRANDO, MARMELEIRO-PR, ENTREVISTA REALIZADA EM 03/03/2021).

As falas de Morena, registradas na entrevista, mostram a solidificação da memória em um processo de seleção, como aponta Michael Pollak (1992), com o elemento irreduzível da produção com o forte apelo da relação da terra de trabalho e do pagamento pela terra, como vontade dos ocupantes. Enfatiza, também, a situação do seu marido, liderança na Comunidade de Barra Bonita, relacionando com as vontades políticas do Mastes, como proposta a autoridades e órgãos, a exemplo do INCRA, da compra da terra, desde que o governo oferecesse crédito a juros baixos para que no ato de trabalhar e produzir, os agricultores pudessem comprar a área que antes deles estava ociosa, sem produzir. A oposição de terra de negócio à terra de trabalho é uma noção bastante elaborada, tendo partido das instituições que participaram da ocupação e do Mastes, que orienta, em seus posicionamentos, essa questão, ocorrendo a troca de ideias e uma atitude formativa do movimento frente aos ocupantes. Essa posição é, do mesmo modo, uma justificação legitimadora da ocupação.

Nos atemos a isso agora, as justificações legitimadoras, por ver como importante no impulsionamento da ocupação pelos camponeses, que mesmo tentando, por fim último, a produção da existência por meio do retorno econômico com a produção e a comercialização, elaboraram legitimações que pudessem ser usados na luta, de forma externa, e, também, internamente, na organização. Como analisa Ricardo Callegari (2020), as ocupações de terras eram realizadas com justificações legitimadoras criadas para que o ato de ocupar determinada área de terra vencesse a noção de propriedade privada bastante presente na consciência dos trabalhadores. Uma ação legitimadora que aparece e que é tratada de forma intensiva pelo Mastes e pelas demais entidades que apoiam os camponeses, é a justiça do trabalho. As terras ocupadas são aquelas improdutivas ou que não cumprem a sua função social, ou seja, terra que não há trabalho, terra de negócio (CALLEGARI, 2020).

Notamos isso na narrativa de Morena, em sua breve entrevista, focalizada na terra para produzir, para trabalhar, em oposição à terra de negócio. “Vamos pagar essa terra”, “era terra para quem nela trabalhava”, “a terra vai produzir, vai plantar, não é pra negócio”, “nós temo aqui pra plantar, pra produzir, pra ter nossa família”, “nós não temo aqui invadido, eu falei, nois tamó aqui pra plantar”, “tudo mundo que tão aqui,

tão pra plantar, cuidar” (Morena Lírio, Marmeleiro-PR, 18/03/2021). Essas afirmações são recorrentes na narrativa de Morena, solidificadas em sua memória e expressas como forma de justificar e legitimar a ocupação. Não era se tratando de negócio, era pelo direito de trabalhar, produzir e fazer da terra ociosa um lugar de conforto e sobrevivência para as famílias.

Na Carta Aberta publicada no Boletim Alerta, de junho de 1984, assinada pelo Mastes em nome de 9 mil famílias de agricultores sem-terra do Sudoeste, encaminhada ao coordenador do INCRA, Paulo Somer, e que desencadeou a articulação da Fazenda Imaribo, em Mangueirinha, o Movimento descreve a situação de fome e miséria dos camponeses apontando que a única solução para esse povo é ter terra para plantar, terra em que se produza alimento (MASTES, nº 8, 1984). No final do ano de 1983, no mês de novembro, o Mastes, no Boletim Alerta, manifesta-se sobre os ocupantes da Fazenda Annoni, afirmando que os camponeses se encontram no esforço de fazer a “terra produzir o alimento indispensável para suas famílias” (MASTES, nº 3, 1983) e que o Movimento se solidariza e está prestando apoio e ajuda para que tenham atenção das autoridades. Essa manifestação se dá em um momento de grande apreensão, devido à ameaça de despejo dos ocupantes. O Mastes usa, em defesa dos camponeses, a justificção legitimadora da terra para trabalho. Em um momento do manifesto pontua: “Como fica a posição daqueles que chamaram os ocupantes de vagabundos, marginais, diante do fato de hoje esse grupo já ter plantado 600 sacas de milho, 300 sacas de feijão, 60 sacas de arroz e outras coisas mais?” (MASTES, nº 3, 1983).

A narrativa da ocupação como única alternativa de vencer a fome e a miséria, com a conseqüente produção na área, foi apropriada pelos ocupantes como justificção legitimadora, criando uma identidade coletiva de que não queriam a terra dada, mas lutavam pela sua compra por meio do crédito e tinham esse direito porque a terra estava ociosa, não produzia alimento, indispensável para a subsistência de suas famílias. A justificção legitimadora da justiça do trabalho aparece nas narrativas de rememoração dos ocupantes da Fazenda e nos documentos produzidos pelo Mastes, mostrando um processo de mediação realizado pelos camponeses e pelo Movimento, sendo usada – a justificção – dentro da ocupação da Fazenda pelos sem-terra para legitimar suas ações, seus atos e sua resistência. Tudo isso, a ponto



de ainda estar presente em sua memória e, também, nas manifestações que visavam atingir as autoridades e as instituições estatais, de modo a afirmar que a terra, antes improdutiva, estava, agora, sendo ocupada por agricultores que assim que ocuparam iniciaram a plantação e esperam a colheita. A mediação realizada pelos ocupantes e pelo Movimento enquanto instituição que os representava em níveis externos à Fazenda, levava essa justificação até autoridades que poderiam agir na desapropriação da área.

Outra justificação legitimadora que incentivava e impulsionava a ocupação das terras eram as legitimações baseadas na Bíblia e no direito a terra, orientadas pela exegese da Teologia da Libertação, incrustados entre o grupo dos sem-terra que viam como justas as ocupações de propriedades privadas por ir ao encontro de questões religiosas e que eram de grande valor para eles.

No Boletim Poeira, produzido, impresso e distribuído pela CPT, como forma de fortalecer a articulação política da Comissão do Paraná no Oeste e Sudoeste do estado, encontramos na edição 34, de julho e agosto de 1984<sup>15</sup>, a poesia de Isaltino Vieira, ocupante da Fazenda Annoni, intitulada “Acreditamos nas Leis Sagradas, Fazenda Annoni em versos”, em que descreve, em um tom poético e rimado, a trajetória dos ocupantes da área, vinculada, expressivamente, com as questões divinas e sagradas, em um texto que mostra a coragem, a resistência, o sofrimento, a libertação e a vitória (VIEIRA, 1984).

Nos primeiros versos da poesia já observamos a menção de elementos da Bíblia: “Dia 18 de julho; Nós fizemos uma partida; Eram doze rumo à terra prometida; Tentando fugir da fome; Melhorar a nossa vida; Pedir Reforma Agrária; Era esta a nossa lida” (VIEIRA, 1984). A citação das 12 tribos e a terra prometida<sup>16</sup>, registrada no

---

<sup>15</sup> O Boletim Poeira foi idealizado como uma forma de fortalecer a articulação e a formação política da CPT/PR no Oeste e Sudoeste do Estado, criado em 1978, circulava de forma bimestral e, inicialmente, foi produzido na cidade de Marechal Cândido Rondon. O primeiro número do boletim foi publicado em 1978, com uma tiragem de 120 unidades, produzido manualmente, escrito com uma máquina de escrever e com as charges e figuras feitas à mão e, posteriormente, reproduzido em um mimeógrafo à tinta. Era distribuído gratuitamente, possuindo conteúdos referente à organização dos trabalhadores do campo, denúncias, reivindicações e proposições dos movimentos e dos sem-terra. Em 1979, a sede da CPT/PR foi transferida de Marechal Cândido Rondon para Curitiba (MASCARENHAS, 2019).

<sup>16</sup> As doze tribos e a terra prometida aparecem em muitos momentos da Bíblia. Citamos Deuteronômio 26:9 e Josué 23:5, como exemplo: “E nos trouxe à este lugar, e nos deu esta terra, terra que mana leite

estamento, liga-se à situação concreta e cotidiana vivida pelos camponeses sem-terra da Fazenda Annoni. O texto segue: “Após o terceiro dia; do acampamento primeiro; foi mais forte a agonia; aumentou o desespero; uma tropa de jagunços; mandado dos fazendeiros; vieram perseguir; e mataram um companheiro”; “O companheiro João de Paula; Fazendo a comparação; Morreu como Jesus Cristo; Prá salvar a multidão; Hoje vencemos e fizemos plantação; Vamos rezar para o finado; Que nos deu a libertação” (VIEIRA, 1984). A morte de João de Paula é uma memória solidificada e presente nas narrativas dos ocupantes da Fazenda e, junto com o sofrimento que causou, é narrada como um acontecimento que melhorou as condições de luta dos camponeses como cita Vino:

[...] só que mioro depois que mataram o João de Paula, que daí entrou autoridade, a polícia, até o padre entrosado no meio, ele sempre vinha fazer visita pra nós, falava que o povo tivesse paciência, que não fosse usar a agressão, sempre com humildade se vence, e foi assim que nós vencemo daí (Alvino Ramon Costa, Marmeleiro-PR, 03/03/2021).

A morte de João de Paula pelos jagunços, a mando dos pretensos donos da Fazenda Annoni, cria uma memória e uma narrativa de um mártir para a ocupação, não só na poesia de Isaltino, mas nas memórias dos ocupantes e que aparecem no presente, de como as coisas foram melhorando depois de seu assassinato, dando ênfase na luta, na ocupação e na ação dos sem-terra, chamando a atenção de autoridades estatais e religiosas, sem deixar de descrever, no entanto, que a sua morte não foi o fato principal da reação ou do resultado da solução, considerada boa, pelos sem-terra. A referência da morte de João de Paula, na poesia de Isaltino, é comparada com a morte de Jesus Cristo, aproximando o assassinato de um ocupante de Annoni com os acontecimentos do filho de Deus, ambos como mártires para salvar e libertar o povo. A paixão de Cristo na paixão de João de Paula retoma uma narrativa que cria uma civilização inteira e é usada na ocupação. De acordo com Sandro Ramon Ferreira da Silva (2006), no contexto da década de 1980, com a Teologia da Libertação

---

e mel”; “E o Senhor vosso Deus as impelirá, e as expelirá de diante de vós; e vós possuireis a sua terra, como o Senhor vosso Deus vos tem prometido”.

na América Latina, comumente se comparou o camponês com Cristo, colocando-o como mártir que se sacrificava pela transformação do mundo.

“Hoje vencemos a fome; Já temos libertação; Não temos medo da crise; Já temos milho arroz e feijão; O pessoal que era contra; Faziam lamentação; Tinham-nos como vagabundos; Improdutivo e ladrão; Hoje pedem a preferência; De toda a população; Com o apoio das entidades; Que estão ao nosso lado; O nosso time não perde; É que nem o Colorado; Além de todo o apoio; Por Deus somos abençoados” (VIEIRA, 1984). Isaltino descreve a trajetória que resultou na vitória e na libertação com a terra, com o trabalho e com a produção, abatendo o estigma de vagabundos, com o apoio das entidades, decretando, por fim, que por Deus são abençoados. Essa concepção aproxima Deus do povo e legitima as ações, visto que sua vontade é a de criar o reino de Deus na Terra, conforme a Teologia da Libertação (SILVA, 2006).

Essa questão da posição firme dos camponeses como trabalhadores e como ocupantes de uma terra para o trabalho e para a produção tem a ver, além da justificativa da ação de ocupar, com a caracterização dos sem-terra como vagabundos, pela sociedade em geral e pela marmeleirense. Em um momento da entrevista com Elpídio, em que ele relata como funcionava a Comissão de Segurança, que tratamos a seguir, o ocupante comenta que no início a polícia suspeitava de que os ocupantes eram “tudo bandido [...] mas não era verdadeiro [...] quando entenderam que era pessoal que queria trabalhar, daí a coisa foi mudando” (Elpídio Tavares, Marmeleiro-PR, 03/03/2021). A Fazenda Annoni foi a primeira ocupação do Sudoeste e o próprio Elpídio relata, em meio as suas lembranças, que a população em geral sempre “defendeu o lado grande”, o lado do pretense proprietário, sendo difícil, inclusive, comprar no comércio local:

[...] no começo aqui nem no comércio se comprava nada (...) pra cá não era bem visto (...) a maioria do povão que tava aí queria trabalhar (...) uns que saíram daqui que foram pra outros assentamento porque aqui tava muito amontoado, hoje tão nos outros assentamento, tão trabalhando lá (Elpídio Tavares, Marmeleiro-PR, 03/03/2021).

O trabalho é um ponto de ligação da ocupação e dos sem-terra com a sociedade que rodeava a área, as instituições, o comércio e a cidade e, da mesma

forma, justifica a ação de ocupar, primeira da região que depois impulsiona outras, em Marmeleiro e em outros municípios da região, como foi o caso da Imaribo, em Mangueirinha.

Descrita a ocupação da Fazenda Annoni, suas dificuldades, aspectos cotidianos, violência e justificações legitimadoras, partimos para a análise da atuação do Mastes na ocupação da área em seu trabalho interno e externo na defesa da fixação dos camponeses, da terra, do trabalho e da reforma agrária, observando o trabalho de mediação realizado pelo Movimento.

### 3.3 ATUAÇÃO DO MASTES NA OCUPAÇÃO DA FAZENDA ANNONI

O surgimento do Mastes se vinculou com a ocupação da Fazenda Annoni, localizada no município de Marmeleiro, em 1983, que, mesmo não tendo participado e organizado sistematicamente a ocupação, manifestando, inclusive, que a ação era de inteira responsabilidade dos que lá estavam, solidarizou-se, prestando apoio e ajuda necessária para que os sem-terra tivessem das autoridades a garantia da terra (MASTES, nº 1, 1983). O movimento faz parte da oportunização política nacional e regional criada com a abertura democrática, com a participação de setores da igreja que estavam ao lado dos pobres, com base no movimento pastoral da Teologia da Libertação e na CPT. Também, com a modernização da agricultura que, visando o aumento da produtividade, expropriava pequenos proprietários e, com a construção de barragens de usinas hidroelétricas, que também desapropriou famílias sem o devido suporte para se restabelecerem de outro modo, e com a ação social da ocupação, que se tornou realidade na Fazenda Annoni.

A ocupação da Fazenda Annoni com a violência sofrida pelos ocupantes, tanto física como simbólica, gerou tensões que estimularam os sem-terra a ampliar suas redes de organização, tanto que, depois de reuniões realizadas pelos sindicatos autênticos, foram constituídas comissões municipais de sem-terra, visando articular, fortalecer e procurar apoio, sendo fundada, em outubro de 1983, uma comissão regional dos sem-terra, chamada de Mastes (CALLEGARI, 2020).

A concretização da organização do Mastes com a ocupação da Fazenda Annoni, depois da motivação nascida na observância da ação coletiva dos agricultores sem-terra, potencializou o início dos trabalhos de mobilização no sentido de debater os problemas e procurar medidas para que os direitos dos sem-terra fossem atendidos e garantidos, levantando informações nos municípios sobre o número de pessoas sem terra para se organizarem em nível de comunidade e, depois, em nível municipal. Antes da formação do Mastes e junto a ele, depois disso, a Assesoar também fazia um trabalho de apoio aos sem-terra. As duas organizações não atuavam de forma apartada, com objetivos diferentes, mas interligadas, já que a Assesoar foi uma das mediadoras que atuou no surgimento do Movimento e, também, como mediadora nas ocupações e acampamentos, visto que o processo de mediação é interativo e dinâmico. Leonir Grando, ocupante da Annoni, em uma lembrança das reuniões realizadas com a Assesoar, narra que o assunto se pautou na discussão de um trecho bíblico, metodologia bastante utilizada no Sudoeste desde a fundação da Assesoar, pela CPT e pelo Mastes:

[...] quando nós começemo a entrar lá embaixo, nós fazia (reunião) com o povo de Beltrão, era da Assesoar né, eles vinham, colocavam, explicava pra nós o que era pra fazer [...] eu me recordo bem, ele lia uma mensagem bíblica pra nós né, que Jesus quando caminhava na face da Terra, ele curou os cego, ele passou o guspo de assim, no zóio do cego e o cego enxergo, viu, ele queria dizer que se nós fosse abrir o zóio né, era muito importante (Leonir Grando, Marmeleiro-PR, 03/03/2021).

As reflexões realizadas, tendo como base passagens bíblicas, foram muito utilizadas para sensibilizar os sem-terra e era uma forma de mediar a legitimidade da luta e dar forças aos camponeses que se apropriaram das provocações, de modo a utilizar como argumentos que os faziam continuar na resistência, elaborando e reelaborando suas identidades coletivas, baseados em história ou fatos que se relacionavam à religiosidade cristã. Essa reflexão, narrada por Leonir, mostra o processo de conscientização dos agricultores, um dos grandes objetivos do Mastes, com a utilização de elementos que tinham valor a eles, como é o caso da Bíblia e das passagens de Jesus.

No encontro de abril de 1983, algumas propostas foram colocadas para o movimento que se estruturava, como fazer levantamentos completos dos sem-terra; criar grupos por comunidade, município e região; realizar reuniões e encontros com a ajuda de material e de pessoas em todos os níveis; realizar encontros municipais para o aprofundamento dos líderes; e pensar em um jeito de recolher ideias, sugestões e propostas dos participantes. A descrição genérica desse modo de trabalhar é importante para termos a concepção de como se articulou o movimento com os sem-terra, constituindo um processo que fosse dinâmico e circular e não imposto ou tutelado com uma verdade construída antes da ação nas ocupações, acampamentos e demais ações (PRINCIPAIS LUTAS DOS TRABALHADORES CONTRA AS POLÍTICAS OFICIAIS NO QUAL A ASSESOAR TEVE PARTICIPAÇÃO SIGNIFICATIVA, SEJA NO ASSESSORAMENTO OU NO APOIO CONCRETO, 1987; ENCONTRO DOS AGRICULTORES SEM TERRA DO SUDOESTE DO PARANÁ, 1983).

A respeito do despejo violento que os ocupantes da Annoni sofreram com a ação de jagunços, a mando dos donos da fazenda, momento do assassinato de João de Paula, a Comissão Regional dos Sem Terra, que foi a base para a criação do Mastes, manifestou-se dizendo que o INCRA garantiu, depois do despejo violento, que os sem-terra seriam assentados em áreas no próprio estado do Paraná, em um prazo de 30 dias. Entretanto, durante o acampamento dos sem-terra na beira da estrada na localidade de Bom Jesus, o Instituto afirmou que só teriam terras disponíveis para assentar em projetos na Amazônia. Depois de um mês aguardando terras no Paraná, os sem-terra voltaram a acampar na Annoni, estruturando-se em barracos de taquara cobertos de lona e iniciando os trabalhos, plantando feijão, milho, arroz e batatinha. Isso tudo com a decisão de que de lá só sairiam “se a polícia vier tirar” (MASTES, nº 1, 1983; MASTES, nº 6, 1984).

O Movimento, ou mesmo a comissão regional dos sem-terra, não participou da primeira ocupação da Fazenda Annoni, que aconteceu de forma espontânea e sem organicidade, resultando no despejo. Mas, no acampamento na beira da estrada, na comunidade de Bom Jesus, o Movimento se aproximou dos camponeses, juntamente com as demais entidades, em um trabalho de organização interna e de reivindicações externas para estar presente na segunda ocupação que, de forma mais organizada,

fixou os sem-terra na área. O Mastes se solidarizou com eles, prestando apoio e ajuda para fazer a terra produzir alimento e para que tivessem atenção das autoridades para obtenção de uma área. A preocupação e o trabalho se davam em dois sentidos, como expusemos, uma, internamente, na organização coletiva e, outra, externamente, na pressão a autoridades e a instituições, o que teria mais força e legitimidade se a primeira fosse suprida de forma efetiva (HOMEM DA TERRA, 1983).

Poucos meses depois da segunda ocupação da Fazenda Annoni, o Mastes publicou no Boletim Alerta um relato do Juiz da 2ª Vara Cível da Comarca de Francisco Beltrão, Wilson Roberto Raittani, que estaria aguardando o parecer do Conselho de Magistratura do Estado do Paraná para fazer cumprir um mandado de despejo das famílias de sem-terra. O Mastes se colocou em uma posição de luto, classificando o ato como “um ato dos fortes contra os fracos”. Em 1980, o INCRA desapropriou 57 mil hectares de terras dos municípios de Marmeleiro e Francisco Beltrão, por meio do Decreto nº 84603 de 31 de março, que compreendia, também, a Fazenda Annoni, declarando as áreas como de interesse social por não a caracterizar como empresa rural nos moldes do Estatuto da Terra. Porém, conforme relataram no Alerta, a família Annoni recorreu da decisão, tendo ganho de causa dado pelo Tribunal Federal de Recursos, que considerou a Fazenda como empresa rural, não podendo, desse modo ser desapropriada (MASTES, nº 4, 1983; BRASIL, 1980).

O Mastes se manifestou contra o despejo, apontando o Estatuto da Terra como um instrumento jurídico que existia para não ser cumprido quando se tratava de trabalhadores rurais, e que a decisão do Tribunal Federal de Recursos revelava que o governo federal não tinha a intenção de realizar a reforma agrária em áreas improdutivas, visto que o INCRA já tinha expedido parecer favorável à desapropriação da Fazenda Annoni, por não a considerar como uma empresa rural. O Mastes argumentou que o INCRA os passou por mentirosos, já que mesmo com provas e argumentos de que a área não era empresa rural, não foram convincentes para aquele órgão da Justiça. O Movimento afirmou que o Tribunal Federal de Recursos contribuiu para que “os grandes” fugissem dos rigores da lei e denunciou o despejo e demais medidas tomadas contra os ocupantes da Annoni. Assim, o

[...] sistema existente no Brasil que garante aos poderosos se tornarem sempre mais fortes, mesmo que para isto seja necessário endividar municípios, estado e o país todo. Um sistema que aponta, aos menos favorecidos, as favelas das cidades, a humilhação de passarem por vagabundos e marginais. [...] No Brasil, existe a lei que se firma na força do dinheiro. No Brasil, não existe a lei que se firma na força da necessidade. Nossa luta por reforma agrária não para aqui. Semelhantes golpes contra nós servem para mostrar o quanto de mentira existe nas palavras e gestos do governo federal (MASTES, nº 3, 1983).

O Movimento usava argumentos embasados no instrumento jurídico do Estatuto da Terra e no contexto social para expressar seu sentimento, a injustiça e desigualdade que eram impostas aos sem-terra, especificamente, aos ocupantes da Annoni, pelo sistema dominante, em nível nacional, incluindo o sistema de justiça do país como defensor e a serviço das classes dominantes ou dos grandes, como anunciava o Mastes. Para sensibilizar as autoridades e, também, a comunidade de uma forma geral sobre a injustiça que estava sendo cometida com o pedido de despejo, o Mastes utilizou de argumentos mais íntimos e ligados aos valores da sociedade, argumentando que,

Você pai, mãe, jovem criança, que nos acompanham nesta caminhada dolorosa e prestaram seu apoio. A vocês que nos criticaram e criticam. O que significa o natal para vocês? o que significa o natal para os ocupantes? [...] esses ocupantes que tem pela frente não a perspectiva de um início de nova vida. As lavouras que plantaram na fazenda era o motivo da alegria de viver o natal por muitos dias a partir da colheita. Com o despejo que está para acontecer, onde vai parar esta esperança? [...] Você ajudou para eles terem um natal destruído? Ou você foi um dos poucos que lutou contra o medo para que o natal se concretizasse para eles também? [...] Nos dizemos cristão e, no entanto, empurramos o pobre para fora da terra, para a favela, para o desemprego, para a marginalização e depois festejamos a noite de natal e o dia de natal com boas comidas e bebidas (MASTES, nº 3, 1983).

De modo a sensibilizar as autoridades de forma mais efetiva e mais formal, o Mastes enviou uma comissão formada por duas pessoas a Curitiba para se encontrar com autoridades estaduais, conversar e entregar um documento seguido de abaixo-assinado. No dia 5 de dezembro tiveram encontro com o governador do estado do Paraná, com os secretários da Agricultura, de Assuntos Comunitários e da Segurança Pública e com deputados estaduais, na companhia de representantes da CPT. O documento entregue às autoridades reivindicava que a ação do despejo não fosse



cumprida e que o INCRA desapropriasse a área para fins de reforma agrária, visto que na Fazenda tinham sido plantados diversos produtos agrícolas que estavam por ser colhidos. Conforme o Mastes, as autoridades se mostraram solidárias aos pedidos dos sem-terra e aconselharam os camponeses a permanecerem na área. No dia 12 de dezembro, quando o governador do estado esteve em visita a Francisco Beltrão, município vizinho de Marmeleiro, outra comissão, com oito pessoas, foi ao encontro dele para confirmar as proposições entregues no dia 5. No mesmo dia 12, o Conselho de Magistratura do Estado do Paraná decidiu deixar para fevereiro o julgamento da ação de despejo (MASTES, nº 4, 1983; MASTES, nº 7, 1984; MASTES, nº 8, 1984; MASTES, nº 9, 1984).

Além da Comissão Pastoral da Terra, outras entidades se uniram para evitar o despejo, como a Diocese de Palmas, os sindicatos de trabalhadores rurais da região, paróquias de alguns municípios, a Assesoar e a Comissão Regional dos Sem Terra do Oeste Catarinense, produzindo um manifesto de apoio aos ocupantes no sentido de afirmar que o despejo iria marginalizar socialmente 648 famílias, cerca de 4 mil pessoas, aumentando ainda mais os problemas que a sociedade enfrentava. O lançamento desse manifesto foi noticiado pela Folha de Londrina, no dia 28 de agosto de 1984, como apoio à luta dos ocupantes da Annoni, alertando que “o problema tende a se agravar, a partir do momento em que o Conselho Superior de Magistratura julgar e aprovar a solicitação de reforço policial para a execução dos despejos [...] o que poderá levar a eclosão de um movimento de consequências imprevisíveis” (FOLHA DE LONDRINA, 1984). Na mesma notícia, aparecem se posicionando contra o despejo a Associação dos Municípios do Sudoeste do Paraná, representando 28 municípios (MASTES, nº 4, 1983; MASTES, nº 7, 1984; MASTES, nº 8, 1984; MASTES, nº 9, 1984).

Além da luta pela terra, tida como central nas articulações do Mastes, o movimento, em um processo de mediação com os ocupantes, também lutava por outros direitos, como estradas, pontes, escolas para os filhos, obtenção de sementes, e segurança no local, contra pistoleiros. O Movimento articulou a organização para que esses outros direitos fossem garantidos, pois não bastava somente a terra, era preciso que a vida pudesse subsistir de modo que o local proporcionasse a reprodução, fazendo com que, por meio desses outros direitos, identificassem-se

ainda mais e não desistissem da luta (MASTES, nº 7, 1984; MASTES, nº 8, 1984; MASTES, nº 9, 1984).

Outra proposta articulada na ocupação e enviada ao INCRA foi a de que as terras ocupadas para a prática da agricultura, visando a obtenção de recursos para o desenvolvimento e o sustento, deviam ser pagas pelos sem-terra, por meio de um plano de pagamento, considerando o valor das prestações anuais compatíveis com a produção retirada da terra, com oito prestações fixas anuais e respeitando dois anos de carência. Conforme o Alerta, um ponto da proposta é de que: “ninguém sustenta o parecer que devemos receber gratuitamente a terra. Comungamos com o princípio de que a terra que conquistamos deve ser paga por nós” (MASTES, nº 8, 1984).

Essas articulações foram realizadas visando à organização dos ocupantes no local, mas também para demonstrar às autoridades e à sociedade local e regional, que os sem-terra objetivavam fixar-se no local e produzir, para mostrar que de uma área improdutiva poderia sair alimentos que sustentariam as famílias que lá estavam, e o excedente seria comercializado, contribuindo com toda a região. O Mastes chegou a organizar cartões de identificação e documentos, nos quais os ocupantes se comprometiam a lutar pela terra para dela retirar o alimento e não para transformá-la em mercadoria para ser vendida. Essa proposição que ligava a conquista da terra para o trabalho foi muito forte e muito trabalhada entre o Movimento e os ocupantes, como observaremos a seguir, na narração das memórias de alguns sem-terra (MASTES, nº 7, 1984; MASTES, nº 8, 1984; MASTES, nº 9, 1984).

Quando o Juiz de Direito da 2ª Vara Cível, da Comarca de Francisco Beltrão, encarregado de realizar o despejo dos ocupantes da Annoni, requereu ao Conselho de Magistratura do Estado do Paraná reforço policial para concretizar o ato, o Mastes caracterizou como insensível a posição do INCRA e dos demais órgãos federais, no sentido de não evitar a ação, mesmo os camponeses tendo recebido o apoio de autoridades estaduais que se esforçaram para propor uma negociação entre a família Annoni, o INCRA e o estado do Paraná. O Movimento manifestou que a ação do despejo seria a confissão pública da incapacidade do governo de salvaguardar os direitos dos sem-terra que seriam jogados à marginalidade, ao desemprego, à mendicância e ao crime. O Mastes e os ocupantes propuseram algumas soluções que

viam como possíveis para o desfecho do caso: a compra da Fazenda pelo governo federal e o governo estadual, a compra da Fazenda pelo governo estadual ou, ainda, a compra da Fazenda pelos próprios ocupantes.

O Mastes emitiu um manifesto que retratava as lutas pela terra no Paraná, citando a Revolta de Porecatu e a Revolta dos Posseiros no Sudoeste, que sempre reivindicaram ao poder central, a interferência em suas questões, que a luta ocorria por necessidade, não por vontade<sup>17</sup>, e que as vitórias só aconteceram quando houve mobilização popular (MASTES, nº 7, 1984). O manifesto mostrou que se houvesse a atuação de reforço policial para despejar os ocupantes da Annoni poderia eclodir um movimento de consequências imprevisíveis, visto que os sem-terra iriam resistir e, conseqüentemente, teriam mortes. O documento relatou as condições dos sem-terra em todo o Brasil, que viviam sendo deixados de lado quando havia terra improdutiva sobrando, como era o caso da Fazenda Annoni, colocando-se contra o despejo dos ocupantes e defendendo seu direito a terra e ao trabalho. O Manifesto, além de ter sido assinado pelo Mastes, recebeu apoio da Diocese de Palmas; dos sindicatos dos trabalhadores rurais de Nova Prata do Iguaçu, Pérola do Oeste, Capanema, Salto do Lontra, São João, Realeza, Chopinzinho, Santa Izabel do Oeste, Santo Antônio, Ampére, Dois Vizinhos, Verê, Francisco Beltrão e Campo Erê; das paróquias Nossa Senhora da Glória, Cristo Rei, Santa Rita, São Roque e Sagrado Coração; da Assesoar; da CPT Sudoeste; e da Comissão Regional dos Sem Terra do Oeste de Santa Catarina (MASTES, nº 7, 1984).

No mesmo manifesto, o Mastes apoiou o telex do governador do estado do Paraná ao MEAF, solicitando a intervenção do INCRA para que negociasse com os proprietários da Fazenda, buscando uma solução e para que se suspendesse o despejo até que houvesse uma alternativa para a questão (que não essa, que beneficiaria somente a Família Annoni). O Movimento enviou, do mesmo modo, um telex ao MEAF propondo a negociação e a sustação do despejo e manifestando

---

<sup>17</sup> Na realidade, por necessidade de garantir a vida e superar a pobreza, a escolha da luta por reforma agrária era um ato de vontade. Assim, agiam para evitar a tragédia que a necessidade, a extrema pobreza, a exclusão social, causar-lhes-ia.

indignação referente às atitudes tomadas pelo ministério “lembrando que as consequências de eventual despejo serão de responsabilidade do ministério” (MASTES, nº 9, 1984). Na mesma edição do Alerta em que foi publicado o manifesto e o telex, aparece, também, uma denúncia com a assinatura das entidades e de deputados estaduais do PMDB, dizendo que:

A Fazenda Annoni poderá ser transformada em cenário de luta e morte em defesa do mesmo direito: ocupar a terra para trabalhar, produzir e viver. A morte de homens, crianças, jovens, mulheres acontecerá se houver despejo [...] as famílias resistirão contra ação da polícia. A morte de pessoas será de responsabilidade das autoridades municipais, estaduais e federais [...] toda a sociedade será co-responsável (MASTES, nº 9, 1984).

Esses manifestos, denúncias e proposições demonstram um enfrentamento direto com o governo do Paraná e com o governo federal, além de intentar uma sensibilização da sociedade em geral, suscitando valores, como os presentes nas festividades do Natal. Assim, colocando a culpa do iminente despejo não só na conta das autoridades, mas também da comunidade que se encontrava omissa e reforçava, em todas as ocasiões, a luta pelo direito a terra e ao trabalho, demonstrando que os ocupantes contribuem com a sociedade paranaense, pois na Fazenda se transformaram “em prósperos agricultores, produzindo alimento, fazendo a terra cumprir sua função social” (MASTES, nº 9, 1984).

O Mastes, além de atuar na defesa e na organização dos camponeses sem-terra, mediando a luta e o enfrentamento no objetivo central da conquista da terra, percebida como direito, junto ao trabalho, atuou, também, na ocupação, como organizador da repartição das terras entre os ocupantes. Sobre esse assunto, Alvino narra que:

[...] uma vez eu tinha até um cartão do MASTES. A primeira medição que fizeram no meu sítio me deram um cartão. Eles deram o cartão e mediram meio por conta. Daí naquele cartãozinho marcava a quantia de hectare que você pegava né. Era medido assim pelas picada que nós mesmo fizemo né. Outros pela sanga, pelas água, a minha divisa até hoje é por água, desse lado. Depois veio o INCRA e mediu pelo mesmo, eles respeitaram as nossas linhas. Na época que fizeram cadastrinho pra nós (Alvino Ramon Costa, Marmeleiro-PR, 03/03/2021).

No mesmo sentido, Elpídio comenta sobre a atuação do Mastes dentro da ocupação da Annoni, cadastrando os sem-terra com a emissão de um cartão e, posteriormente, contribuindo com assistência técnica e cedência de sementes.

[...] tinha um cartão, um cartãozinho do Mastes, um cartão amarelo, o primeiro órgão que trabalhou aqui dentro foi o Mastes. Ele fazia um papel assim que nem fosse a EMATER hoje, o INCRA [...] enviaram alguma coisa, veio semente, veio muita coisa por ali [...] o que foi os nossos guerreiro foi o pessoal do movimento, do movimento sem terra, sempre foi o nosso esteio (Elpídio Tavares, Marmeleiro-PR, 03/03/2021).

Figura 4 – Cartão do Mastes.

**MASTES**  
Nº 06

NOME: ROSALINO DAMA  
MUNICÍPIO: MARMELEIRO  
COMUNIDADE: S. DOMINGOS  
FAZENDA: ANONNI  
Nº HECTARES: 150  
João Maria D. Novaes  
Rosalino Dama  
Ass. Ocupante Ass. P/Comissão

Fonte: Acervo pessoal de João Novaes.

O cartão do Mastes mostra o modo de organizar os sem-terra e os ocupantes da Fazenda Annoni, trabalhando de forma sistemática para o envio de ajuda e para melhor articular os camponeses. O cartão em nome de Rosalino Dama mostra que ele foi feito especificamente para a Fazenda, tendo, entre seus dados, o nome do ocupante, o município, a Fazenda, a comunidade, o número de hectares, a assinatura do ocupante e a assinatura de um representante do movimento. O cartão era usado, além de registrar os sítios e os ocupantes, para o envio de sementes para os camponeses, de modo que, em alguns momentos, só recebia quem tinha o cartão preenchido. O documento mostra, também, que o Mastes efetuou a medição e o controle do tamanho da área dos ocupantes, como forma de organização e para evitar conflitos a respeito de divisas.

Segundo a narrativa de Pedro Boller, a divisão inicial dos sítios para cada ocupante ocorreu de forma espontânea, a cargo de cada família, umas ficando com

mais e outras com uma área menor, possibilitando para os primeiros a especulação e a venda de sítios. É a partir dessa observação e da noção das vendas que se começou a discutir uma organização mais sistematizada. O Mastes iniciou a atuação internamente na ocupação. “Foi feito um cadastro [...] o cara recebia o cartãozinho, o cartão amarelo [...] moralizou bastante, porque ficou um tempo que o pessoal ficou com medo de vender um pedaço de sítio” (Pedro Boller, Francisco Beltrão-PR, 04/03/2021).

Os conflitos pelas divisas aconteciam na Fazenda e eram resolvidos, também, dentro da Associação da própria comunidade e, de forma coletiva, com os ocupantes que participavam ativamente das reuniões realizadas, como observamos na Comunidade da Linha São Pedro, na reunião realizada no dia 16 de setembro de 1984, com a participação de 29 ocupantes. As tratativas sobre as divisas em conflito eram realizadas com todos os ocupantes da comunidade, decidindo da melhor maneira para o grupo. Essas atas serão trabalhadas mais detalhadamente no Capítulo 4.

Neste dia se reuniu neste local várias comissões, entre elas a comissão geral da coordenação dos grupos do seu Venceslau para tratar de um acordo entre os senhores Amilto F. Mendes e o Sr. Derli Tavares de Andrade que entre eles existe uma dúvida de uma divisa de sítio. Depois das comissões ouvirem a opinião dos dois envolvidos na dúvida, e também as comissões deram várias sugestões, e como esperado por as comissões presentes, os senhores Amilto e o Sr. Derli chegaram ao acordo de dividir a deferença da divisa. A qual as comissões julgaram e fizeram a dividir perante várias pessoas que no final dos trabalhos assinam a ata. [...] o Sr. Amilto e o Sr. Derli devem se respeitar as divisas e entre eles também devem se respeitar, e as comissões decidiram que caso volte existir problemas sobre o acordo feito hoje eles não se comprometem mais, vão partir para a executiva (COMUNIDADES DA LINHA SÃO PEDRO, 1984).

Mesmo com a divisão dos lotes por conta das famílias, depois, uma maior organização pelo Mastes, e registro dos sítios, ainda ocorriam divergências entre divisas e terras que foram, em algumas ocasiões, resolvidas de forma coletiva nas reuniões das próprias comunidades, evitando o conflito individual e o enfraquecimento da noção de coletividade.

O Mastes atuava, além dessa organização mais prática dos ocupantes, na formação sobre o direito a terra que, conforme vimos, era para produzir e não para negócio, e sobre o direito ao trabalho para a subsistência da família. Conforme a narrativa de Morena,

[...] eles vinham só tirar palestra junto assim né. Diziam que tinha que se organizar, pra ver se vocês ficam com um pedacinho de terra. Deram uma mão também, o pessoal precisava né, tanta terra devarde que tinha né e o pessoal passando fome (Morena Lírio, Marmeleiro-PR, 18/03/2021).

A ocupação recebia pessoas de entidades que realizavam palestras e os ocupantes também se deslocavam aos locais para receber instrução e formação. “Vinham aqui ou nois ia nas entidades, no sindicato, na Assesoar mesmo, tivemos várias reuniões, palestras” (Waldomiro Chalito dos Passos, Marmeleiro-PR, 14/01/2021).

Verificado o momento do surgimento do Mastes, seus objetivos, princípios e modo de atuar, a ocupação e o acampamento da Fazenda Annoni, em Marmeleiro, em 1983, que recebeu a mediação do Movimento com envolvimento em questões internas e, também, na luta e na representatividade dos sem-terra em esferas institucionais, políticas e sociais, no enfrentamento com autoridades, partimos para outro momento, agora, analisando a consolidação da ocupação da Fazenda, a continuação da mediação do Mastes e o surgimento, com contribuição dele, do MST Nacional. Este que foi integrado pelos movimentos regionais e começou a representar e atuar junto aos sem-terra como um movimento nacional, observando a mediação de outros atores junto ao movimento, como o PT. Além disso, abordamos os direitos sociais, políticos e econômicos exigidos e como se justificou essa luta, já em um momento de abertura democrática.



## 4 DIREITOS, PRODUÇÃO E NOVOS MEDIADORES

Após uma ocupação frustrada pela violência dos jagunços da Fazenda Annoni, o acampamento na beira da estrada, rodovia cascalhada, que liga Marmeleiro, no Paraná, e Campo Erê, em Santa Catarina, a concretização da formação do Mastes e a segunda ocupação da Annoni, em setembro de 1983, partimos, agora, para a análise da consolidação da ocupação, o surgimento de outros mediadores no contexto da redemocratização no país, sobretudo o MST, que atuou e ainda atua em nível nacional como um movimento social do campo. Também, abordaremos o processo de transformação da ocupação em assentamento, 15 anos após a ocupação, em 1998, chamado, pelo INCRA, de Assentamento Eduardo Raduan.

Trataremos sobre a organização interna e a produção na ocupação da Annoni embasados, principalmente, na Comunidade de São Pedro, uma das 10 comunidades da área, a qual conseguimos ter acesso a dois livros ata que registraram reuniões de 1984 a 1988. Contamos, também, com a narrativa das memórias de ocupantes que ainda residem no local e que relembram, recriando o passado, os momentos da ocupação e o início da produção, o trabalho e a organização do local. Observamos, ainda, no Boletim Alerta, em notícias de jornais e em outros documentos, o enfrentamento para transformar a Fazenda em área de assentamento, as lutas contra as políticas de reforma agrária prometidas pelo governo e positivadas pelo Estado, atentando para os direitos sociais, culturais e econômicos.

### 4.1 CONSOLIDAÇÃO DA OCUPAÇÃO E PRODUÇÃO NA FAZENDA ANNONI

Alvino, ocupante da Fazenda Annoni e ainda morador da área, reconstrói a atmosfera de outros tempos, relembrando uma história que salta a sua memória, quando referencia o barraco construído como moradia, no início da ocupação. Relata que viviam em um barraco de “lona e taquara ao redor, escutando os grito dos corujão”. Conta ele que: “um dia eu matei uma coruja ali e dei pros cara come”. Segue narrando que o Teto e o Valdemar, seus companheiros de ocupação, vendo ele passar

de cavalo com umas “penosas na garupa”, informaram que a noite iriam jantar em sua casa. “Tudo bem, pode vim” disse. Chegando em casa, avistou uma coruja no puleiro e disse: “pia me dá a espingarda ali [...] vou derrubar essa coruja pra fazer uma janta pro Teto e pro Valdemar que vão jantar com nois aí” (Alvino Ramon Costa, Marmeleiro-PR, 03/03/2021).

Matamos uma galinha e misturamos tudo e a coruja vai passar por galinha né. Daí tinha o Teto que gostou muito da tal da coruja, chupava até o ossinho. Sei que jantamo a corujota né. Eu não contei nada pra eles. [...] dali um tempo eu não me aguentei e contei né: “tu já comeu coruja?” [...] Eu disse: “tinha uma corujota misturada lá. Aquela que você chupava o ossinho assim era coruja”. [...] Era uma carne dura né, acho que tinha mais de cem anos [...] (Alvino Ramon Costa, Marmeleiro-PR, 03/03/2021).

Alvino rememora a história da coruja e, em sua narrativa, várias características da época surgem em suas memórias: o cavalo, a estrada, as galinhas, o barraco de taquara e lona, a convivência, o cotidiano, as relações interpessoais e, mesmo em um tom de brincadeira, a comida que era, senão escassa, muito bem controlada. Nesse sentido, uma memória que aparece de forma constante nos ocupantes da Fazenda Annoni, que ainda residem no local e que observamos no decorrer da pesquisa, é a fala sobre a organização e o empenho coletivo dos sem-terra, resumida na fala de Leonir Grandó: “na época nós gritava aí, sempre dava cinquenta, sessenta pessoas, fazia uma reunião e: ó, vamos fazer tal coisa! Hoje não tem mais” (Leonir Grandó, Marmeleiro-PR, 03/03/2021).

Além da mediação e da mobilização para a reivindicação de direitos frente às autoridades do Estado, às instituições e à própria sociedade, havia, também, a organização interna da ocupação da Fazenda Annoni com a mediação de entidades, instituições, sindicatos e do Mastes, que se realizou de forma coletiva com a tomada de decisões conjuntas sobre questões mais estruturais da área, como a construção da escola e o pagamento do professor, além de situações do cotidiano, como a divisa e o abandono de sítios por alguns ocupantes. Essa organização conjunta, participativa e, até mesmo, democrática, como veremos, interagiu com os objetivos e os princípios do Mastes e com vários de seus posicionamentos, como desenvolver a organização dos trabalhadores, criando uma consciência de classe para que as decisões do

movimento fossem tomadas pelo conjunto dos sem-terra, com coordenações escolhidas por eles, visando, por fim, a conquista da terra de forma efetiva e definitiva.

Por outro lado, percebemos que, ao mesmo tempo, defendia um trabalho de base para os camponeses, não estava lá o tempo todo dizendo o que deviam ou não fazer na ocupação ou em seus sítios. Trabalhavam no coletivo, porém não estavam no cotidiano para direcionar como seria a organização, quem ficaria responsável pelo que, quem seria o líder, como seriam construídas as escolas, como atuariam as comissões internas. Esse trabalho era discutido pelos ocupantes e dividido pelas comunidades, quando tratavam de assuntos mais internos; abrangendo o grupo para aumentar a força, quando se levava uma reivindicação para o exterior da Fazenda, no relacionamento com órgãos estatais ou autoridades.

Iniciamos, com a análise sobre a produção na Fazenda, que foi se estruturando aos poucos, com a ação dos ocupantes. Waldomiro rememora o puxirão, forma como os ocupantes chamavam o que pode ser denominado, também, de mutirão, ação de reunir vários camponeses para a realização de trabalho conjunto em uma empreitada ou terra. Narra ele: “queria fazer uma roça, organiza o puxirão, arruma carne e uns litros de pinga e não tinha (obstáculo). Agora já tá diferente, não tem mais trabalhador no interior, tá só os idosos aí” (Waldomiro Chalito dos Passos, Marmeleiro-PR, 14/01/2021). Com nostalgia, relembra a forma coletiva que se organizavam para colaborar, de forma solidária, com os outros companheiros, não só no sentido de realizar o trabalho, mas também em um processo de socialização. Assim como, os outros também colaboraram com ele, no início da estruturação da produção, já que, como narra Derli, na época não havia trator “quem tinha uma junta de boi tava de acavalo” (Derli Tavares, Marmeleiro-PR, 14/01/2021).

Pedro Boller rememora, da mesma forma, a realização do puxirão, contextualizando a ação da Assesoar na organização da ocupação da Fazenda, sobretudo, na formação de grupos vizinhos para o fortalecimento das ações. Pedro fala que

[...] começaram a fazer mutirões, tipo assim: o cara lá tem a roça no meio do mato, os vizinhos todos vai lá e tiram a roça do mato do cara né, e aí de repente o outro ficou, e os vizinhos vão lá. E aí pega né, isso vai pegando,

hoje ele precisa, amanhã pode ser que eu precise. E criou uma solidariedade muito interessante né, e a Assesoar teve um papel fundamental nesse sentido aí (Pedro Boller, Francisco Beltrão-PR, 04/03/2021).

O mutirão ou puxirão, como os ocupantes chamavam e conheciam, foi uma forma de fortalecer os trabalhos para iniciar a produção na ocupação, quando ainda não havia uma estrutura de sobrevivência construída. Essa solidariedade, como caracteriza Pedro, além de possibilitar uma produção mais rápida, fez com que agissem em conjunto na construção do espaço da ocupação. A atuação da Assesoar, nesse sentido, mostra que a Associação também exercia um papel de mediação, repassando toda a experiência organizativa que vinha sendo construída desde a década de 1960, na ocupação da Annoni, na década de 1980. Mediação realizada, também, para a construção do Mastes, que não tinha uma estrutura própria, mas era uma junção de pessoas que já participavam de outras instituições, dentre elas, a Assesoar. Outrossim, esses mutirões e a solidariedade deles eram formas de resistência para a fixação na terra, já que necessitavam da produção para subsistirem no local.

A Assesoar, juntamente com o Mastes, também enviou as primeiras sementes, principalmente de milho. As sementes enviadas para a ocupação eram recebidas por aqueles camponeses que tinham o cartão do Mastes, isto é, camponeses que faziam parte e estavam nos registros do movimento, como mostram as atas da Comunidade da Linha São Pedro. Entretanto, a comunidade, por vezes, comprometeu-se com a vinda de sementes por aqueles que não tinham o cartão, ficando eles responsáveis pelo pagamento, caso contrário, seriam julgados por toda a comunidade, como trata a ata da reunião do dia 29 de setembro de 1984:

[...] falado das sementes que está por vim e só quem recebe é as que tem o cartão do Mastes, mas o grupo se responsabiliza pelos que não tem o cartão, mas o que deixar de cumprir com o pagamento será julgado por todo o grupo. [...] todos devem receber semente para plantar (COMUNIDADE DA LINHA SÃO PEDRO, 1984).

Os ocupantes da Comunidade da Linha São Pedro se responsabilizaram por aqueles que não tinham o cartão do Mastes para receber a semente de milho, tendo

que apresentar, no lugar do cartão, outro documento com seu nome à coordenação da comunidade e se comprometer em pagar o milho depois de produzido. Os registros mostram que o Mastes entregou sementes de milho e de feijão, ficando o camponês comprometido em pagar essa semente depois da plantação e colheita. As sementes eram entregues na casa de um ocupante e depois distribuídas às famílias para o processo de produção.

Morena fala que eles “plantavam feijão, milho, soja. Arroz, naquele tempo dava bastante. Trigo, dava bastante também. E produzia, tudo produzia” (Morena Lírio, Marmeleiro-PR, 18/03/2021). Ela também cita a presença de Pedro Boller que, conforme sua narrativa “trazia bastante semente pra nós semear, as hortas, árvores pra nós plantar também, agora faz anos que não vejo ele” (Morena Lírio, Marmeleiro-PR, 18/03/2021).

Pedro Boller foi técnico agrícola e é nome recorrente na narrativa dos ocupantes da Fazenda. Também pode ser caracterizado como um mediador que atuou na ocupação de 1983 a 1988, pertencente ao quadro de carreira da Acarpa/Emater, instituição estatal e, que por vezes, agiu de forma contrária ou sem a permissão e a concordância da direção da entidade. Durante a entrevista, Pedro destaca que,

[...] por mais que eu quisesse desvencilhar que eu não fosse o protagonista da coisa, quando eu saí, eu não consegui formar antes um grupo de pessoas lá dentro que tocassem sem a gente, e a Emater não botou mais gente lá dentro por um bom tempo, e se botasse de repente bota alguém que não tem esse perfil nem tem o perfil mais só técnico, e lá dentro você entra lá e só exigir a questão técnica, você não vinga, porque a questão técnica vem acompanhada de muitas outras coisas, a questão cultural, a questão social, a questão da organização deles (Pedro Boller, Francisco Beltrão-PR, 04/03/2021).

Pedro sabia da sua importância, não só técnica, mas, também, política dentro da ocupação da Fazenda Annoni e, mesmo sendo parte integrante dos quadros de uma instituição do estado do Paraná, como era a Acarpa, realizou um trabalho de organização, de senso de coletividade e se inseriu no processo de mediação com os sem-terra, no sentido de valorizar ações que avistassem para além da produção, em um modo de se articular que fortalecesse o grupo e, em consequência, os sujeitos.

Antes da produção de cereais com as sementes recebidas de entidades, Pedro narra que no início, para não passar fome, ele, representando a Acarpa, começou a incentivar a produção de hortaliças, com bastante diversificação. “Nós conseguimos sementes através de algumas instituições [...] e nós diversificamos o máximo as hortaliças e foi com isso que eles conseguiram, começaram a se salvar da fome [...]” (Pedro Boller, Francisco Beltrão-PR, 04/03/2021).

**Figura 5** – Mulheres construindo horta comunitária na ocupação da Fazenda Annoni.



Fonte: Arquivo pessoal de Pedro Boller.

Na imagem da fotografia do arquivo pessoal do próprio Pedro Boller, um dos poucos que possui imagens fotográficas dos acontecimentos da ocupação da Annoni, observamos sete pessoas trabalhando na construção da horta, cinco notadamente mulheres, um homem e uma pessoa que não dá para identificar, com um homem ao fundo à esquerda em um movimento de caminhada, e algumas pessoas mais ao fundo. A figura mostra, também, dois barracos, um próximo ao outro, uma latrina (patente), uma estrutura do que poderia vir a ser outro barraco, várias árvores, algumas delas derrubadas, alguns tocos e uma árvore em pé seca, sugerindo que ali

seria um local de extração vegetal e posterior abandono da terra pela família Annoni. Os camponeses, na horta, trabalham de forma coletiva para produzir alimento para os sem-terra, na ocupação.

O caderno que consta as atas das reuniões da Comunidade da Linha São Pedro de 9 de agosto de 1984 a 13 de dezembro de 1985 foi cedido por Elpídio Tavares, entrevistado para a pesquisa no dia 3 de março de 2021. O caderno é em estilo escolar com molas em espiral, amarelado pelo tempo, sem a contracapa, e possui 35 atas escritas à caneta, de reuniões realizadas na e pela comunidade do São Pedro, uma das 10 comunidades formadas logo no início da ocupação da Fazenda Annoni. Na entrevista com Elpídio, ele narra entusiasmado que, dias atrás (do momento da entrevista), estava vendo e lendo algumas atas do caderno com sua filha e em diálogo entre os dois surgiu a noção de que aquilo era história e era importante guardar. Com minha presença, interessado na história da ocupação da Fazenda, Elpídio prontamente arrumou esse caderno e me entregou, recomendando a devolução depois do fim da utilização. Nas atas, algo que tem forte presença é o incentivo para a participação de todas as famílias da comunidade nas reuniões, visando ao fortalecimento do grupo, mostrando a percepção que tinham da importância e da necessidade uma organização coletiva.

A organização dos ocupantes nas comunidades e a participação foi ligada à própria permanência na Fazenda, relacionando a união dos camponeses à fixação no local, como vemos na reunião do dia 27 de novembro de 1984:

[...] o senhor Heitor falou também que o despejo será impossível se nós nos unir, pois lá há muita gente do nosso lado, mas se nos desunir tudo pode acontecer, por tanto fez um apelo para nos organizar até melhor do que nossos adversário para nossa luta ter vida. [...] a explicação foi dada que todos devem colaborar com o seu dever com a comunidade (COMUNIDADE DA LINHA SÃO PEDRO, 1984).

Essa noção de organização coletiva e participação foi apropriada pelos sem-terra, ocupantes da Annoni, e fez parte de sua identidade coletiva na Fazenda, partindo da concepção de que a organização deve ser maior que a dos adversários e que ela engrandece e fortalece a luta. Essas proposições vêm da articulação do

Mastes, que surge, conforme o Movimento, da necessidade de unir os agricultores sem-terra em torno de uma proposta de luta para se chegar à reforma agrária. Dos objetivos gerais do Mastes, estabelecidos em reunião regional no dia 7 de dezembro de 1983, em Francisco Beltrão, destacamos alguns deles: mobilizar os agricultores sem-terra para a sua organização em torno de uma proposta de conquista da terra; que a luta seja assumida pelos trabalhadores organizados no Mastes cabendo ao movimento sindical e às demais entidades, o apoio e o assessoramento indispensável (MASTES, nº 4, 1984).

Pedro também narra que começou a estimular a organização dos ocupantes, já que teve acesso à Fazenda, em questões que envolviam a saúde, a educação e a formação de comissões para esses assuntos específicos. Assim, “pessoal começou a criar corpo, começou a se organizar, começou a entender da organização né” (Pedro Boller, Francisco Beltrão-PR, 04/03/2021). Fala que os ocupantes eram bons em se organizar para ocupar uma área,

mas eles não tinham noção onde podiam mexer para conseguir as coisas. E neste senti aí, que a gente foi trabalhando junto com eles né, até pela formação, formado em administração rural [...] a gente conseguiu formar essas comissões e trabalhar junto com eles. [...] mas dentro de um propósito de nunca ser o protagonista né, ao invés de ser o protagonista ser a pessoa que estivesse lá junto, que eles sentissem firmeza que tem alguém junto, mas por sentirem firmeza, eles se encorajarem de ir (Pedro Boller, Francisco Beltrão-PR, 04/03/2021).

A ocupação da Fazenda Annoni, nesse sentido, organizou-se a partir de uma coordenação central que articulava os trabalhos de toda a área e coordenações das comunidades, além da formação de comissões, que cuidavam de diversos assuntos do cotidiano. Para a liderança da coordenação geral do grupo da Comunidade de São Pedro ou como liderança do grupo, como foi descrito na ata do dia 22 de setembro de 1984, foi escolhido Waldomiro Chalito dos Passos e mais três companheiros para participar dos trabalhos do líder Valdemar. Nas atas da Comunidade da Linha São Pedro, aparecem formação da Comissão da Escola, da Igreja, da Saúde, da Horta, do Esporte, do Sindicato, da Ordem, uma para cuidar da entrada de pessoas na comunidade, e do Clube de Mães. As comissões eram escolhidas de forma



democrática por meio de votação ou de consenso com os ocupantes que participavam regularmente das reuniões, mostrando a organização do grupo enquanto coletivo e a constituição das comissões para ficarem responsáveis por setores ou atividades específicas. Na entrevista com Waldomiro, ele narra que “cada comunidade tinha um representante e tinha um representante geral daí, pra mais de frente das negociações, nós era tudo pelos representantes de comunidade” (Waldomiro Chalito dos Passos, Marmeleiro-PR, 14/01/2021).

As memórias de Waldomiro revelam que havia uma organização interna com as comissões de base, formada por um grupo de sem-terra, que era responsável por determinado assunto; um líder nas comunidades, que era responsável pelo grupo e pelas comissões de forma geral e um líder geral de toda a ocupação, que também representava os camponeses externamente ou com as entidades parceiras e no enfrentamento para garantir a permanência dos sem-terra na Fazenda.

Para observarmos como se dava o processo da escolha dos líderes, detemo-nos à ata da reunião do dia 28 de abril de 1985, quando o então líder decidiu entregar seu cargo por “força maior” e sugeriu a votação para a escolha de um novo líder. Seguiu-se, então, a votação que elegeu com 11 votos, como novo líder, Orlando Nespolo. Ivo Grandó e Derli Tavares receberam seis votos cada e João Dias, um voto. O líder eleito assumiu seu cargo no mesmo dia, dando início aos trabalhos e se pronunciando ao grupo:

[...] (pedindo) a união do povo e presença do pessoal na comunidade pra não deixar o trabalho para ele sozinho, e quem não tiver participação nas reuniões da comunidade São Pedro que não terá direito de reclamações e também poderá ser isolado da comunidade São Pedro e não terá direito em nada (COMUNIDADE DA LINHA SÃO PEDRO, 1985).

Pouco mais de quatro meses depois, no dia 31 de agosto de 1985, Orlando Nespolo renunciou ao cargo por não ter condições de atender e participar das reuniões. Foi realizada uma nova votação, nesse mesmo dia, de forma secreta. Foi escolhido como novo líder, Olívio Grandó. No decorrer da reunião, já sob comando de Olívio, foi discutido a respeito de uma reunião em Pato Branco com o Bispo, sobre a construção de uma igreja nova e sobre um cemitério para a comunidade. Foi

arrecadado 50 mil cruzeiros para contribuir com a ida de uma comissão a Curitiba e a Brasília. Participaram dessa reunião, 24 pessoas (COMUNIDADE DA LINHA SÃO PEDRO, 1985). Internamente se discutia sobre o andamento de encaminhamentos externos como foi a informação da reunião com o Bispo e a arrecadação de recursos para a comissão da Fazenda se deslocar para tratativas com autoridades do Estado.

A primeira comissão que aparece nos registros das atas é a Comissão da Escola. Aconteceu um grande movimento para a construção de uma escola na comunidade, já que o poder público ou a prefeitura, como aparece nas atas, não o fez e se mostrou contrário à realização. Nesse sentido, os próprios ocupantes se incumbem de contribuir com a construção da escola, ajudando com recursos financeiros e com serviço de mão de obra no local a ser construído. No início, o grupo da comunidade de São Pedro e o grupo de São Domingos se reuniram para construir e manter uma escola para as duas comunidades, pensando ser mais fácil, depois, a manutenção da instituição pela prefeitura, entretanto, pela grande distância para algumas crianças da comunidade de São Pedro, cada comunidade ficou responsável pela sua. Chegou-se a criar uma comissão para administrar a escola, com membros das duas comunidades, composta por José Bonifácio, presidente; Jildo Beber, Tesoureiro; Odir Gaboardi, Secretário; Walter Zuffo, Vice-Presidente; Dário Klemente, Vice-Tesoureiro; Wilce Glaspski, Vice-Secretário; Jebaldo Bagt, 1º Fiscal; e Deoclides Gaspareto, 2º Fiscal. A primeira tarefa da comissão era a de escolher o local da escola (COMUNIDADE DA LINHA SÃO PEDRO, 1984).

Com a decisão de não mais construir uma escola só para as duas comunidades, outra comissão foi escolhida, com os membros da Comunidade da Linha São Pedro. Como presidente, foi escolhido Walter Zuffo; Secretário, Olivio Grando; Tesoureiro, Ines Grando; Fiscais, Ari Valões e Alvino Costa; Vice-Presidente, Francisco Bonglati; Vice-Secretário, Ines Gaboardi; Vice-Tesoureiro, Oracide Medeiros. A construção da escola seria realizada pelo próprio grupo, dividindo os dias de trabalho, e o pagamento do professor também seria angariado pelos ocupantes. No que diz respeito ao salário do professor, foi tratado que “[...] cada pai de família daria um dia de serviço ou pago em dinheiro o valor de 4.000,00” e em relação à construção do prédio da escola foram escalados “[...] os participantes para trabalhar

na construção da escola de 4 pessoas por dia” (COMUNIDADE DA LINHA SÃO PEDRO, 1984).

Além dos participantes contribuírem efetivamente com a construção da escola, com dinheiro, madeira, venda do milho e com o próprio trabalho na construção do prédio, eles, também, nas reuniões, eram acompanhados pelas lideranças para saber como estavam andando os trabalhos do professor e o desempenho dos alunos. Na reunião do dia 18 de novembro de 1984, “o líder Sr. Valdo perguntou sobre o funcionamento da aula e participação, o presidente da escola falou que está boa” (COMUNIDADE DA LINHA SÃO PEDRO, 1984). No encontro do dia 21 de setembro de 1985 aparece, da mesma forma, a preocupação com as aulas.

Orpidio falou sobre a escola ele perguntou se o professor está contente com os alunos e se os pais estavam contentes com o professor, mas o professor não tem queixa dos alunos e os pais não se queixaram do professor ((COMUNIDADE DA LINHA SÃO PEDRO, 1984).

As memórias da organização para a construção e a manutenção da escola aparecem nas narrativas dos ocupantes. Elpídio Tavares, ocupante que nos entregou os cadernos de atas, narra sobre a escola no São Pedro:

[...] começou lá em cima, era debaixo das taquara, depois o prefeito Juvenal fez a escolinha de madeira, daí as professora eram daqui mesmo. A primeira que deu aula lá, foi a mulher do Luiz, do Luiz do Aristide, a Janete, foi a primeira professora [...] depois a Jandira do Varte ali<sup>18</sup>. Daí a Jandira até se aposentar continua lecionando aqui. Daí veio aquela lei que tinha que derrubar, tirar as escola do interior, e nós fumo pro fórum tudo, briguelmo bastante com o prefeito, mas não adiantou (ElpídioTavares, Marmeleiro-PR, 03/03/2021).

Waldomiro rememora, relembra, da mesma forma, a articulação para criar e manter a escola:

---

<sup>18</sup> Notamos, apesar de não ser o nosso foco na pesquisa, que as professoras tinham nome, mas eram identificadas como esposas, isto é, essas narrativas podem indicar aspectos de gênero que integra a vida destes camponeses sem-terra.

[...] no primeiro ano nós colocamos professor particular e a prefeitura não reconheceu aquele ano de estudo. Fizemo escola de madeira, fizemos igreja, tudo particular, pagando os professor pra poder ir ensinando as criança, tinha bastante criança na época. Depois (os prefeitos) foram concordando e liberando alguma coisa, com interesse político aí foi melhorando (Waldomiro Chalito dos Passos, Marmeleiro-PR, 14/01/2021).

Alvino também comenta sobre a escola, narrando que um filho seu lecionou na Comunidade de Santo Antônio e que o pagamento do professor era realizado pelos próprios ocupantes: “eu tinha até um piação meu que lecionava as vezes, dava aula, aqui no Santo Antônio, o mais velho, era pago pelos pais, os pais que pagavam (tinha) bastante piacadinha, bastante criança” (Alvino Ramon Costa, Marmeleiro-PR, 03/03/2021).

A comissão da escola e as tratativas sobre a sua atuação e o seu funcionamento, com a participação ativa dos próprios ocupantes, é a que mais aparece nas atas e, também, a mais comentada e narrada nas memórias dos ocupantes, mostrando a força e a importância que teve para os camponeses naquele momento, de estarem organizando um local para que seus filhos pudessem estudar, mesmo sem a participação do Estado, no início.

Outra comissão que aparece em algumas atas é a da igreja. É possível identificar que, do mesmo modo que a da escola, a comissão foi escolhida de forma democrática pelo grupo, depois de ficar decidido que a comunidade, por meio da ação dos ocupantes, deveria ter escola, horta, igreja e “todas as organizações necessárias para o bem do grupo que hoje se encontra com 38 famílias que vai participar” (COMUNIDADE DA LINHA SÃO PEDRO, 1984). Nesse mesmo dia, foi escolhida a comissão da igreja: Presidente, Dário Klemente; Vice-Presidente, Vilmar de Lima; Secretária, Maria Zuffo; Vice-Secretário, Leonir Grando; Tesoureiro, Selço Martins; Vice-Tesoureiro, Eva dos Santos. Da mesma maneira que a escola, a igreja, apesar de não ser citada constantemente nas reuniões, foi levantada pelo trabalho dos ocupantes na forma de serviço de mão de obra, em contribuições financeiras e em produtos para a aquisição de materiais (COMUNIDADE DA LINHA SÃO PEDRO, 1984).

A organização de espaços de convívio, como a escola e a igreja, demonstra que os sem-terra não almejavam simplesmente entrar no espaço e se individualizar,

até mesmo porque isso iria fragilizá-los enquanto resistência na fixação na terra. Houve uma ação organizativa com a percepção da necessidade de criar uma comunidade que dispusesse de instituições corriqueiras em outros locais que viviam. Ademais, mostraram a importância que davam à educação e à religiosidade (uma das justificações para a ocupação), para além da produção que era o objetivo primordial (e também uma justificção). Tinham a noção de que precisavam construir espaços de convívio e de lazer, até mesmo para unir ainda mais as famílias da comunidade e fortalecer a luta e a resistência. Nesse sentido, formou-se, também, uma comissão do esporte que encaminhou a compra de uma área de 3 mil m<sup>2</sup> para a construção de um campo de futebol, no mês de novembro de 1986, de Dário Klementt, pela “diretoria do Esporte, perante um cheque emprestado pelo Sr. Elpídio Tavares [...] no valor de 3.700,00 (Três mil e setecentos cruzados)” (COMUNIDADE DE LINHA SÃO PEDRO, 1986).

No dia 6 de outubro de 1985 aconteceu a troca de diretoria da igreja, por questões de alguns conflitos com o atual presidente. Na reunião, o presidente não compareceu e sua esposa tentou impedir a realização dela e da eleição para a troca e “se saiu mal com o povo”<sup>19</sup>. Os participantes decidiram realizar a votação e a nova diretoria foi formada por: Oldir Gaboardi, Presidente; Ivanildo do Prado, Vice-Presidente; Francisco Bongrat, Tesoureiro; Elpídio Tavares, Vice-Tesoureiro; Orlando Nespolo, Secretário; Arlindo Vosniak, Vice-Secretário; Pedro Ribeiro e Vilmar Delima, fiscais (COMUNIDADE DA LINHA SÃO PEDRO, 1985).

Na organização interna da Fazenda Annoni já era discutido o problema ambiental, mais precisamente sobre a derrubada de mato para o aproveitamento de lenha e a derrubada próximo às fontes de água. No dia 29 de setembro de 1984, houve uma recomendação na reunião para que os moradores pudessem tirar uma carga de madeira e serrar para uso próprio, com a fiscalização da liderança, e aproveitar a lenha que sobrasse, porém não derrubar o mato para tirar a lenha, especificamente. Na mesma reunião, foi anunciado que estaria proibida a derrubada de mato na beira das águas e morros. Essa recomendação veio de uma reunião

---

<sup>19</sup> Não temos, por ora, indicações que nos levem a identificar o que ocorreu para a geração desses desentendimentos.

externa ao acampamento, conforme o documento. Na reunião do dia 7 de outubro de 1984, recomenda-se, mais uma vez, a retirada de madeira pelos ocupantes para serrar e utilizar, podendo vender a lenha que sobrasse, mas não a derrubada do mato somente para retirar a lenha. Falou-se “que não pode desmatar as fontes de água, e deve deixar a reserva de mato ao menos 20 por cento, se o camarada não se entender bem é para falar com a liderança” (COMUNIDADE DA LINHA SÃO PEDRO, 1984). Já no ano de 1985, a proibição da derrubada de mato para a venda de lenha apareceu de forma mais incisiva. No dia 28 de fevereiro de 1985, o líder da comunidade disse que a derrubada de mato e a venda de lenha estavam expressamente proibidas. Na reunião do dia 25 de junho, o coordenador, da mesma forma, enfatizou que era “expressamente proibido a derrubada de mato que a bem é para todos nois” (COMUNIDADE DA LINHA SÃO PEDRO, 1985). Isso demonstra, além da preocupação com o meio ambiente, que essas ações de derrubada de mato estavam ocorrendo para além do que haviam estabelecido.

Outro assunto constantemente debatido nas reuniões da Comunidade do São Pedro foi a saúde. Para esse assunto também havia uma comissão, formada no dia 29 de setembro de 1984. Alguns componentes dessa comissão da saúde participaram de encontros com autoridades regionais do setor, como visualizamos no mês de setembro de 1984, quando foram convocados dois camponeses da comissão de saúde “para participar de uma reunião com a equipe da saúde no oitavo distrito de saúde em Beltrão, no dia 20-10-84”, Vilson Chimitd e João Dias (COMUNIDADE DA LINHA SÃO PEDRO, 1984). No dia 7 de outubro de 1984, três dias antes do encontro, decidiu-se falar com a comissão de saúde que iria para Francisco Beltrão com a finalidade de passar em todos os sítios dos componentes do grupo para averiguar se existiam pessoas necessitando de recursos médicos. A comissão de saúde, além de ser responsável por tratativas que envolviam instituições externas à ocupação, era responsável pela contribuição do acompanhamento da saúde dos ocupantes (COMUNIDADE DA LINHA SÃO PEDRO, 1984).

Na reunião do dia 10 de outubro de 1984, em conversa com o agente de saúde sobre a situação de saúde da comunidade, foi relatado que havia várias pessoas enfermas que não tinham condições de ir ao médico e a comissão decidiu ir até o 8º Distrito de Saúde, em Francisco Beltrão, para ver se tinha a possibilidade de o Distrito

transportar as pessoas doentes. Outra orientação foi para que o agente de saúde se informe no Posto de Saúde de Marmeleiro “sobre os nossos direitos” (COMUNIDADE DA LINHA SÃO PEDRO, 1984). No início do ano de 1985, no dia 23 de janeiro, o agente de saúde comentou que possuía alguns remédios em casa. Na mesma reunião, o agente relatou que se reuniu com Aroldo e com outro representante da Saúde para tratar sobre o cuidado com a água, demonstrando que o zelo pela saúde ia além do tratamento das doenças, mas, também, envolvia o trabalho de prevenção (COMUNIDADE DA LINHA SÃO PEDRO, 1985).

A preocupação com a saúde foi, desde o início da organização, tratada de forma constante nas reuniões, no sentido de organizar uma comissão para abordar o assunto fora do acampamento e ocupação. A comissão realizou encontros e reuniões com o 8º Distrito de Saúde em Francisco Beltrão e com responsáveis pelo Setor de Saúde do município de Marmeleiro, falando e reivindicando seus direitos, além de tratar sobre questões internas na constatação dos doentes, no seu tratamento e, até mesmo, na prevenção de possíveis doenças ocasionadas pelo descuido com a água.

No outro livro ata, também cedido por Elpídio Tavares, com paginação numerada de 1 a 45, de capa branca (amarelada pelo tempo), com o nome “São Pedro” na frente, datilografado em máquina de escrever, constatamos 29 atas lavradas, referentes às reuniões da Comunidade da Linha São Pedro, de 27 de abril de 1984 a 2 de fevereiro de 1989, com outros pontos que avaliamos como importantes.

O livro registra a discussão e a formação de um armazém comunitário, deliberado, definitivamente, em 25 de setembro de 1986 “depois de uma longa discussão e troca de ideias chegou-se à conclusão de: Vai ser construído um armazém comunitário e vai servir para funcionar pra compra e venda de produtos em conjunto” (COMUNIDADE DA LINHA SÃO PEDRO, 1986). No mesmo dia, foi realizada uma eleição de uma comissão para discutir os direcionamentos do armazém, sendo eleito como responsável pelo plano, Elpídio Tavares e “pela parte de organização”, Ivo Grando, Valter Zuffo e Oldir Graboardi. Dessa reunião, participaram 51 pessoas (COMUNIDADE DA LINHA SÃO PEDRO, 1986).

No dia 17 de dezembro de 1986, realizou-se outra reunião que informou o repasse de verba no valor R\$ 1.125.200,00 cruzados, distribuídos conforme os planos

comunitários para a comunidade de Novo Progresso (113.000,00) e Nossa Senhora de Fátima (35.700,00), para a compra de ureia para a Comunidade de São Pedro (60.500,00) e Nossa Senhora de Fátima (96.000,00) e o restante para a Associação, sendo repassados posteriormente, conforme os planos das comunidades componentes (COMUNIDADE DA LINHA SÃO PEDRO, 1986). No dia 21 de dezembro de 1986, aconteceu uma reunião para a eleição com a finalidade de eleger a diretoria para dirigir a Associação Comunitária do São Pedro. Foi eleito, como presidente, Orlando Néspolo, com 42 votos; Olívio Grando como Vice-Presidente, com 11 votos; Elpídio Tavares como Tesoureiro; Valdir Detófol como Secretário; e, para o conselho fiscal, Valdomiro Chalito dos Passos, Ivo Briva, Albino Alves Borges e João Dias (COMUNIDADE DA LINHA SÃO PEDRO, 1986).

O Armazém Comunitário, conforme as fontes que dispomos, foi construído com recursos advindo de instituições do governo para fim social, com a ajuda financeira dos próprios moradores, além da formação de associações comunitárias, que ocorreu em várias comunidades da ocupação da Fazenda, visando à obtenção de recursos, já que a liberação de verbas para investimentos acontecia somente “via associação” (COMUNIDADE DA LINHA SÃO PEDRO, 1987). Não tivemos acesso a nenhum documento que apontasse para sua concretização, seu funcionamento, sua organização, sua direção e administração. Ricardo Callegari (2015), em sua dissertação, a qual analisa a experiência de trabalho da juventude rural do Assentamento José Eduardo Raduan, ocupação da Fazenda Annoni, destaca a formação da Cooperativa Boa Vista, que teve seu funcionamento entre 2000 e 2005 para a produção e a comercialização de produtos em conserva, como pepino, picles e cenoura, porém não faz menção de que ela derivaria do Armazém Comunitário e nem cita sua existência, já que o recorte temporal de seu estudo é de 1983 a 2014. Mesmo não tendo analisado mais profundamente as consequências da formação do Armazém Comunitário, podemos destacar que era mais uma forma coletiva de se organizar, em um momento onde os ocupantes estavam mais estruturados e buscavam a comercialização e o apoio financeiro de instituições estatais para que isso acontecesse.

Nesse livro, aparece, em grande parte das reuniões, as trocas, a compra e venda e a transferência de sítios, benfeitorias e plantações, mostrando que havia uma



grande rotatividade dentro do espaço da ocupação da Fazenda Annoni, sempre tratada, negociada e firmada em reuniões coletivas para a validação do negócio, visto que as terras não possuíam títulos definitivos e nem contratos de assentamento. O aparecimento desses negócios se fortaleceu a partir de 1986, e podemos inferir que aconteciam devido à insegurança da fixação no local, pela ameaça constante de despejo, pelo aparecimento ou pela tentativa de tentar a vida em outros locais ou o retorno ao local de origem.

Em meio às constantes ameaças de despejo e a não garantia de fixação na terra, os camponeses atuaram de modo a se estruturar como forma de subsistir, mas, também, como forma de fortalecer a ocupação enquanto coletivo para resistir e justificar a legitimidade do acampamento na Fazenda com a produção de alimentos e com a criação de instituições, como a escola para seus filhos, a igreja e espaços de lazer para a sociabilidade, como a aquisição de uma área para construção de um campo de futebol, além da tentativa da criação de espaço comunitário de comercialização para fortalecer o grupo, considerando que a participação do Estado, no início da ocupação, não supria todas as demandas sociais. Uma característica que destacamos é a formação das comissões internas para a organização da ocupação. Essas comissões também existiam, no início, em comunidades e municípios, como comissões locais de sem-terra para a criação de um Movimento e foram apropriadas e adaptadas nas ocupações e acampamentos em uma mostra de organização que partia dos próprios trabalhadores, um dos objetivos e um dos princípios do Mastes.

#### 4.2 CONFRONTO POLÍTICO: O CONTEXTO DA DEMOCRACIA

O período de transição do regime ditatorial para a democracia, conforme aponta João Bosco Feres (1990), inicia em 1974 com o aparecimento de movimentos populares mobilizados, especialmente, na questão dos direitos humanos e da cidadania, com o apoio de instituições que tinham adotado, até aquele momento, uma postura de não intervenção ao regime, como setores da Igreja Católica com a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), a Associação Brasileira de Imprensa (ABI), intelectuais, artistas e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). A

posição do governo Carter dos Estados Unidos em favor dos direitos humanos e pela democratização das ditaduras na América Latina deu sustentação à pressão contra a ditadura no país, em nível internacional. Em 1974, nas eleições legislativas, houve, ainda, uma votação expressiva para o MDB, oposição consentida ao regime, tornando o partido uma expressão político-partidária vista pela população como contraposição ao governo militar (FERES, 1990).

A partir de 1978, visualizando a inevitabilidade da saída dos militares, o governo Geisel lança um plano de transição política que se realizaria de forma lenta, gradual e segura, mantendo os interesses da burguesia agroindustrial como prioritários. Algumas medidas foram tomadas, como o fim do AI-5, a Lei da Anistia, a dissolução do bipartidarismo, com o conseqüente surgimento de outros partidos, como o PT, a estrutura do, agora, PMDB, o PDS e o PDT. Nesse contexto, tentou-se, por parte dos opositores do regime, a votação de uma emenda que reintroduziria as eleições diretas para os cargos de presidente e vice-presidente no país, rejeitada pelo congresso, demonstrando que os militares ainda conservavam força política. Porém, a criação desses novos partidos, diferente de enfraquecer o MDB, possibilitou o surgimento de defesas e lutas mais diretas e menos coniventes com o regime, como foi o caso do PT (FERES, 1990).

Nas eleições indiretas de 1985, o presidente eleito foi Tancredo Neves, principal articulador da frente que deu vitória ao grupo do PMDB, partido ao qual recentemente havia se filiado, estrategicamente, saindo do PDS. Acometido de grave doença, Tancredo morreu antes de assumir, deixando o cargo para o Vice-Presidente, José Sarney, que tomou medidas em torno do tema da questão agrária, de modo a deixar transparecer que seria sua prioridade. Em um primeiro momento, criou o Ministério da Reforma Agrária e Desenvolvimento (MIRAD), em abril de 1985. Com a criação do MIRAD, o governo lançou, em maio de 1985, a proposta do 1º Plano Nacional de Reforma Agrária elaborado pelo Ministério Especial e pelo INCRA e apresentado pela primeira vez no 4º Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais, organizado pela CONTAG, em Brasília. Como João Bosco Feres (1990) aponta, pela propaganda efetuada em um congresso de trabalhadores, a proposta do plano já sofreu críticas de setores conservadores e de latifundiário (FERES, 1990).

Após a apresentação da proposta do plano, surgiram grupos que se colocaram contrários à proposição, incluindo setores ultraconservadores como a Associação Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade (TFP), com integrantes proprietários de latifúndios, conclamando os membros a se armar para defender a propriedade de qualquer tentativa de desapropriação. Outras instituições se mostraram contrárias a elementos pontuais do plano. A Confederação Nacional da Agricultura (CNA), composta mais por empresários rurais do que por latifundiários clássicos, aceitava a proposta, porém preocupando-se, no entanto, com as indenizações e a Sociedade Rural Brasileira (SRB), criticou a discussão coletiva (FERES, 1990).

Os que defendiam a proposta exigiam a participação dos trabalhadores rurais em sua construção, como foi o caso da CONTAG, depois da pressão dos trabalhadores. O MST apoiou o plano com fortes ponderações, argumentando que deveriam unir os trabalhadores e os pequenos proprietários, que deveria acontecer o assentamento de 100 mil famílias no primeiro ano da ação do plano, com início imediato das desapropriações, além da renovação nos quadros do INCRA para a retirada de funcionários ligados aos latifundiários. A CPT lutou por uma reforma que ultrapassasse o Estatuto da Terra e para que todos os latifúndios fossem desapropriados, visto que a concentração de terra é que geraria a injustiça. A Associação Brasileira de Reforma Agrária (ABRA) defendeu a participação dos trabalhadores no processo e aprovou a desapropriação por interesse social (FERES, 1990).

Os pontos mais discutidos da proposta do plano foram a questão da desapropriação por interesse social, que o Estatuto da Terra apontava como medida corretiva da questão agrária, e a questão da desapropriação de terras produtivas e improdutivas. As discussões de maio a outubro de 1985 tiveram, como resultado, um plano modesto com grande influência de forças políticas ligadas aos grandes produtores, e não ao plano elaborado primeiramente pelo MIRAD. O I Plano Nacional de Reforma Agrária, promulgado em 10 de outubro de 1985, pelo Decreto nº 91.766, enfraquecia o poder de desapropriações que era utilizado no Estatuto da Terra, considerando o desempenho das funções sociais da terra mesmo que excedesse a dimensão máxima fixada no Estatuto, e garantiu que fosse mantida inexplorada com

fins especulativos ou inadequadamente explorada. João Bosco Feres (1990, p. 463) argumenta que se criou “uma verdadeira armadilha política, sugerindo à opinião nacional que uma reforma agrária estaria em andamento e que o protesto vindo do meio rural era fruto da insatisfação dos radicais”.

O Mastes, apropriando-se das deliberações formais do plano e no confronto político com o Estado, promoveu diversas críticas ao Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), sobretudo, no que condizia a não definição de áreas prioritárias para a realização da reforma agrária, a não desapropriação de latifúndios se considerados produtivos e a disposição do INCRA em realizar levantamentos de terras públicas para realizar a distribuição, sendo que a maioria, de acordo com o Movimento, estaria no Norte do país e forçaria a saída dos camponeses de suas regiões. Além disso, outra crítica se deu no sentido de que os latifúndios seriam negociados a preço de mercado no momento da compra em um entendimento entre o INCRA e o latifundiário, transformando o Instituto Federal em “uma grande imobiliária nacional”. Desse modo, o Movimento classificou o plano da “nova república” como mais retrógrado que o Estatuto da Terra, que já não valia para nada (MASTES, nº 13, 1985).

Conforme a síntese do 1º Congresso Nacional dos Sem Terra, realizado em Curitiba, nos dias 29, 30 e 31 de janeiro de 1985, no Boletim Alerta, os sem-terra exigiam do governo uma participação efetiva e ativa dos trabalhadores na elaboração das leis que dispusessem sobre a reforma agrária, que o Estatuto da Terra fosse extinto, colocando como proposições o poder de decidir sobre como dividir e cultivar a terra e a forma de titulação, além da desapropriação de todas as propriedades acima de 500 hectares. Reivindicavam, para além da terra, o direito de discutir, de debater e de participar da formulação de leis que atingissem a classe. Como orientações das ações do Movimento e dos sem-terra, decidiu-se pelo uso comunitário de áreas, incentivando formas coletivas de produção, associação e comercialização e que a luta acontecesse não apenas nas mudanças das leis, mas de todo o sistema político do país e, para isso, iriam ampliar a organização nas comunidades, nos municípios e nos estados, levantar a quantidade de terras desocupadas e latifúndios, além de realizar movimentos de concentração pública para pressionar as mudanças. Mesmo não sendo o nosso foco na pesquisa, destacamos que, na síntese, aparece também o

incentivo para a participação ativa das mulheres, expressando uma identificação de classe de que “somos todos sem-terra e explorados” (MASTES, nº 11, 1985).

Já, em uma articulação para a formação de um movimento sem-terra de nível nacional com o MST, o Mastes se coloca, também, contrário ao PNRA elaborado pelo governo, por motivos outros que as entidades de latifundiários, obviamente, porém, em uma atitude reflexiva – que nos remete à práxis de Vasquez (1966), elemento teórico que descrevemos a mediação – do agir, foge do interesse momentâneo de ter uma legislação para se embasar e um olhar sobre a situação do grupo no momento e contexto histórico advindo de uma construção que envolveu a formação. Educação e organização, além das práticas de acampamento e ocupação, que se iniciaram já antes da formação do Movimento, mas, sobretudo, sistematizado e posto em jogo por ele após 1983 e de suporte que vinha da construção nacional do MST.

Nessa construção da oportunidade política de confronto mais direto com opositores e a sustentação de um objetivo comum, por meio de redes sociais e identidade coletiva, também se criam oportunidades para a articulação e a organização de opositores, como trata Sidney Tarrow (2009). Nesse sentido, pelo próprio surgimento de movimentos sociais do campo e de sem-terra, surgem organizações que se contrapõem a esses movimentos como seus ferrenhos adversários, como foi a UDR, criada em dezembro de 1985, entidade mais expressiva que se colocou contra a efetivação do I Plano Nacional de Reforma Agrária e atuou na constituinte.

A UDR defendia que o problema social da terra não seria resolvido com desrespeito ao direito à propriedade privada, insistindo na proposição de se combater a concentração fundiária do Estado e das Igrejas (principalmente da Católica, na visão dela). A UDR, visando sua atuação na Assembleia Constituinte, de modo a defender sua política fundiária, investiu fortemente na eleição para os deputados que iriam compô-la, objetivando o bloqueio de qualquer tentativa de reforma agrária, angariando apoio de pequenos, médios e grandes proprietários, nivelando de forma homogênea, como se todos fossem um bloco só por serem proprietários de terras. João Bosco Feres (1990) escreve que, nas discussões da Assembleia Constituinte, os parlamentares apoiados pela UDR conseguiram modificar o artigo 185 da

Constituição, que estabelece que a propriedade produtiva não é suscetível de desapropriação. Outras reivindicações das mobilizações populares não obtiveram sucesso na Constituição: a área máxima de uma propriedade rural; a perda sumária de terras ociosas; e a imediata emissão de títulos de propriedades para as posses (FERES, 1990).

Stédile (2012) analisou que a Constituinte retrocedeu ao Estatuto da Terra, substituindo as classificações da legislação (latifúndio por exploração, latifúndio por dimensão, minifúndio e empresa rural) por pequena, média e grande propriedade, colocando como passível de desapropriação apenas propriedades não produtivas, criando uma confusão jurídica, pois em outra parte da Carta Magna, é tratado sobre desapropriação de propriedades que não cumpram a função social. Essa confusão influenciou na criação de nova lei que regulamentou essas questões, aprovada em 1993 e conhecida como Lei Agrária, que não simplifica o processo de desapropriação e abre várias brechas para a contestação de latifundiários em caso de desapropriação (STEDILE, 2012).

Em uma publicação, dessa vez já do MST e da Comissão Pastoral da Terra do Paraná, em 2 de julho de 1989, referente à 5ª Romaria da Terra<sup>20</sup>, ocorre a manifestação que a Nova República havia sepultado, a reforma agrária, e que ela só poderia ser conquistada na luta, caso contrário, seria impossível haver democracia no país. Conforme as entidades, a reforma agrária foi inviabilizada pelo conjunto de partidos que apoiavam José Sarney: PMDB, Partido da Frente Liberal (PFL), PTB, PDS, Partido Democrata Cristão (PDC) e Partido Liberal (PL), além de organização dos latifundiários como a UDR. A publicação, ainda, cita o embate na Constituinte com o enfrentamento a latifundiários e a UDR, que fez com que o poder econômico prevalecesse, não permitindo a desapropriação de propriedades não produtivas, e

---

<sup>20</sup> Conforme o site da CPT Nacional, “as Romarias da Terra aconteceram na esteira do Concílio Vaticano II, que acabou com a ruptura entre povo, palavra e altar. As Romarias tradicionais essencialmente buscam o altar e o Santo, as Romarias da Terra introduziram a “Palavra”, a reflexão. As Romarias da Terra têm um caráter ecumênico e ainda mais macro-ecumênico, incorporando ritos e símbolos de outras religiões ao universo católico. As Romarias da Terra valorizam o religioso, e não falham na sua contribuição profética. Nelas se busca mais que confortar o coração, se busca a transformação da sociedade, a construção do Reino de Deus” (Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/romarias>). Ainda, conforme o texto, a CPT realiza Romarias da Terra desde 1978 e há uma grande variedade em seus tipos, tanto pela periodicidade de sua realização, quanto pelas localidades.

mais, havendo uma ausência da definição do que seria uma propriedade produtiva, deixando brecha para a inviabilização da desapropriação de qualquer área. Chegaram à conclusão de que a nova Constituição “sacrifica a possibilidade da construção da democracia e da justiça social no país” e que será necessário eleger um presidente que seja comprometido com a reforma agrária (MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA, 1989).

Frente a isso, a CPT e o MST descrevem a proposta dos trabalhadores para a reforma agrária com a participação dos sem-terra em sua construção e nas decisões que se referem a ela, além de orientações mais pontuais, como a legalização das terras ocupadas e a titulação com impedimento de venda por 15 anos; a demarcação de terras indígenas; a delimitação do tamanho máximo de 500 hectares, com a desapropriação imediata de propriedades maiores; a expropriação de terras de empresas multinacionais; o fim da política de colonização; a criação de estímulos governamentais com recursos, visando apoiar ações de comercialização dos produtos; uma política agrícola de crédito rural; programas especiais de irrigação; política de estímulo à preservação do meio ambiente; reflorestamento nos assentamentos; recuperação e conservação do solo. Já não se pensa mais apenas na conquista e na fixação da terra para trabalhar, na estruturação dos acampamentos e transformação em assentamentos, mas em políticas públicas mais amplas que tenham como foco, a reforma agrária, que abranja a distribuição da terra, incentivos e programas públicos de crédito para a produção e a comercialização. Além do direito de outras populações, como é o caso dos indígenas e a preservação do meio ambiente, que seria uma nova exigência a ser contemplada. Tudo isso com a participação dos trabalhadores sem-terra nas decisões sobre a legislação e as ações (MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA, 1989).

A luta pela terra do Mastes, a partir de 1985, quando já havia o MST, criado com a integração dos movimentos regionais de trabalhadores sem-terra, constituiu-se, de forma mais direta, como modo de conseguir o principal objetivo que era a terra e a reforma agrária, na defesa pela democracia e na participação dos trabalhadores enquanto cidadãos. Em janeiro de 1985 o Mastes questiona, em seu Boletim Alerta, a eleição do novo presidente do Brasil de forma indireta e não pelo voto do povo. No texto, há a provocação, “quando um governo não é eleito pelo voto direto dos

trabalhadores, do povo, será que ele vai ter compromissos e se interessar pelos problemas do povo?” (MASTES, nº 10, 1985). Ocorria uma crítica ao modo como o país saiu formalmente da ditadura civil-militar, instigando os trabalhadores sem-terra no sentido de que “como é que nós, trabalhadores, vamos nos organizar para fazer com que sejamos atendidos em nossas exigências pelo novo governo?” (MASTES, nº 10, 1985). Apropriou-se da concepção de que se o presidente não foi escolhido pelo povo, logo, não atuaria em seu favor e não aceitaria as exigências dos sem-terra e do movimento que os representava. Porém, por outro lado, a redemocratização, mesmo com um presidente eleito de forma indireta, proporcionou uma ação coletiva de confronto, conforme Sidney Tarrow (2009), base para os movimentos sociais, em nome de exigências novas ou não atendidas, como a participação direta dos trabalhadores na construção de leis que diziam respeito à reforma agrária e ao direito a terra, juntamente com a atuação do Movimento no processo de mediação, formulando consensos dessa participação com os trabalhadores, como vontade política do grupo.

Nesse sentido, com a auto concepção de que o Mastes estaria criando forças e como confronto político direto seguindo a visão de falta de vontade popular na escolha do representante maior da nação, foi enviado um documento ao presidente da República, naqueles dias, ainda Tancredo Neves, e para o Ministério dos Assuntos Fundiários, solicitando o atendimento de exigências construídas pelo Movimento, como o assentamento da Fazenda Imaribo, que já tinha sido desapropriada, além da desapropriação da Fazenda Annoni, com a regularização das famílias ocupantes. O documento levava a informação de que no Sudoeste havia 12 mil famílias sem terras se organizando, mas com sérias dificuldades, dando um prazo, até o mês de maio, para que as autoridades apresentassem alguma solução, além de reivindicar a desapropriação de 1.200 alqueires em Francisco Beltrão, 3.600 em Marmeleiro, 2.000 em Renascença e 40.000 em Quedas do Iguaçu. Como forma de manter a combatividade e as exigências, o Movimento decidiu que continuaria a fazer reuniões nas comunidades e reuniões das comissões municipais, escolher lideranças, organizar-se financeiramente e realizar passeatas e manifestações no dia 22 de abril (MASTES, nº 11, 1985). Podemos distinguir três diferentes atuações do Movimento, não de forma independente, mas para visualizarmos a atuação: na exigência política



da participação dos trabalhadores na elaboração e decisão de programas, leis e políticas públicas para os sem-terra, em um entendimento do contexto da democracia; nas exigências específicas para a desapropriação de terras e criação de assentamentos em locais que já estavam ocupados; e na decisão e continuação da realização do trabalho de base, para manter o Movimento coeso e com força para entrar nos embates com opositores, autoridades e Estado.

Em nível de Paraná, o Movimento se reuniu com o governador do estado, José Richa, no dia 2 de maio de 1985, juntamente com sindicalistas e representantes de ocupações, para relatar a situação e entregar um documento com as informações e as exigências. Conforme relatório do Mastes, o governo se mostrou favorável às reivindicações dos sem-terra, porém, alegou não poder atendê-las, já que muitas coisas dependiam do governo federal. No dia 7 de maio, o Movimento, com quatro representantes do Paraná, foram a Brasília em uma audiência com o Ministro da Reforma e Desenvolvimento Agrário e o INCRA e tiveram como resposta que os sem-terra deveriam continuar se organizando, porque as mudanças e a reforma agrária dependiam de suas forças, não se comprometendo com nada concretamente (MASTES, nº 12, 1985).

O Movimento, diante dos impasses e da resistência que sofria de alguns meios sociais, como os latifundiários, construiu a concepção de que a sua organização e a sua atuação seriam uma ameaça à estrutura econômica do país e do próprio sistema capitalista, já que a reforma agrária acabaria com o desemprego nas cidades, ocasionado pela êxodo rural que, por sua vez, tinha como causa, a expulsão dos camponeses da terra e faria com que o lucro fosse melhor distribuído e a exploração chegasse ao fim, contrariando a lógica da concentração de renda, própria do sistema econômico. Perante essa possível desestruturação do capitalismo e do privilégio de uma elite econômica e política do país, é que o Movimento dizia estar sendo ameaçado. Registrou, de forma genérica, a ameaça contra lideranças na tentativa de intimidar suas atuações, com telefonemas anônimos. Frente a isso, o Movimento apontou que era preciso "assumir a luta pelos nossos direitos com vontade, pois a luta é de todos e não só das lideranças, é preciso que todos assumam e participem com firmeza" (MASTES, nº 12, 1985). A organização era uma maneira de diminuir os

avanços de intimidação e as possíveis violências contra as lideranças do Movimento, pois manteria o confronto sustentável.

O Movimento, nessa situação de ameaça, classificou diretamente seus adversários ou opositores, como foi o caso de latifundiários da região, conforme as informações do Alerta de 1985, organizados em torno de nomes que estavam envolvidos na política regional, e que, conforme o Mastes, tem o objetivo de formar um exército particular para defender as terras que “há anos grilaram em cargos políticos” (MASTES, nº 13, 1985). O Mastes destacou que esses sujeitos tinham como vontade, a continuação de como o país estava: “com sem-terra, com miséria, fome, desemprego” (MASTES, nº 13, 1985), acusando que na Fazenda Annoni ninguém trabalha, ninguém produz, e só há “bagunça”, que sem-terra é “vagabundo, que seria melhor que morressem todos” (MASTES, nº 13, 1985). Por outro lado, o Movimento entendia que a intenção deles não era que os sem-terra morressem, mas que trabalhassem de graça e continuassem a votar neles. Essas informações e apontamentos referente aos latifundiários da região, metidos na política e contrários ao movimento, foram retirados de um suposto programa de rádio de duas horas de duração, que teve a participação de vários nomes conhecidos (MASTES, nº 13, 1985).

Não podemos entender esse contexto político de transição da ditadura civil-militar para a democracia como um processo normal, natural ou espontâneo, mas muito e não só, pelo engajamento em confrontos políticos de grupos que forçavam a mudança do poder dominante, tendo em vista ações coletivas que se tornaram cada vez mais engajadas e, nesse processo, modificaram as oportunidades e diminuíram a restrição de suas atuações. Desse modo, como escreve Sidney Tarrow,

[...] empregando estrategicamente o repertório de ação coletiva, criam oportunidades que são usadas por outros, em ciclos mais amplos de confronto. Quando suas lutas giram em torno de grandes divisões na sociedade, quando reúne pessoas em volta de símbolos culturais herdados e quando podem ampliar ou construir densas redes sociais e estruturas conectivas então esses episódios de confronto resultam interações sustentadas com opositores, especificamente em movimentos sociais (TARROW, 1996, p. 38).

Houve uma apropriação da mudança política pelo Movimento Sem Terra, inclusive do Mastes, para atuar em claro confronto político com o Estado e também com grupos opositores que surgiam, justamente, para se contrapor aos movimentos sociais do campo, que cresciam e se fortaleciam, como foi o caso da UDR e de grupos específicos da região Sudoeste, como a Sorsupar<sup>21</sup>, citada no Alerta de julho de 1985, como uma Associação organizada para formar um exército particular para proteger as terras. Conforme o Mastes, as terras tinham sido griladas por eles, aproveitando-se de cargos e posições políticas, inclusive, sendo “prefeito na época da Citla e de Lupion e outro sendo prefeito de Marmeleiro”, ligados à partidos da ditadura (MASTES, nº 13, 1985). No mesmo boletim aparece a notícia da “invasão” de cinco vereadores do PMDB e do PDS em uma reunião dos sem-terra, em Francisco Beltrão, no dia 5 de junho de 1985, na Comunidade de Nova Concórdia que, sem licença para entrar, causaram mal-estar junto aos participantes, afirmando serem contrários à invasão de terras e tumultuando o encontro. Além disso, no jornal da Rádio Princesa do dia seguinte, veiculou a notícia de que os vereadores estiveram na reunião demonstrando total apoio ao sem-terra, querendo, com isso, “enganar a opinião pública” e tirar proveito político. Nesse sentido, em seu periódico, o Mastes provoca: “Quando tais políticos forem nas comunidades atrás de votos, que resposta nós trabalhadores rurais, daremos? (MASTES, nº, 13, 1985).

Esse confronto político mais direto se deu ao mesmo tempo em que surgiram novos mediadores que participaram das lutas dos sem-terra, como foi o caso da formação do MST e do PT, partido que se alinhou ao Movimento Sem Terra nacional e com ele, travou confrontos políticos com seus mesmos adversários, relacionando-se, também, com instituições e autoridades estatais. Assim, exigiam demandas já em andamento, como a terra e a reforma agrária; e outras novas, como a entrada desses mediadores na política institucional e políticas públicas que iam além da conquista da terra apenas, mas que também dialogavam com direitos econômicos, sociais e culturais, como veremos no próximo subitem.

---

<sup>21</sup> Até o momento, não encontramos outro documento ou outra fonte que nos indique sobre a existência e o funcionamento da Associação citada.

### 4.3 NOVOS MEDIADORES: UMA FORÇA POLÍTICA

A frase utilizada anteriormente para a luta e defesa dos sem-terra, “terra para quem nela trabalha”, foi usada ou recuperada também no 1º Congresso do MST como lema da luta pela terra junto com “a ocupação é a única solução” (CALLEGARI, 2020). Conforme as memórias de Pedro Boller, o MST teve pouca participação e representação na ocupação e acampamento na Fazenda Annoni, principalmente pelo conflito ideológico entre o Movimento e os camponeses, sobretudo, com o abandono da organização pelos ocupantes, com a conquista e fixação na terra, mesmo que de forma não totalmente concreta e legal. Isto é, a ocupação da Fazenda Annoni teve como o objetivo central, como destacamos em vários momentos, a conquista da terra, e não a reforma agrária como um modo diferente de subsistir e ou como forma de combater o sistema capitalista, mesmo que em vários momentos, até mesmo na ocupação, ocorresse o confronto com a noção de propriedade privada, legitimado por noções religiosas e de trabalho. Pedro fala que, na prática, a reforma agrária não andava junto com o direito a terra. “Eles pensavam: bom, nós entramos aqui, não precisamos ficar discutindo a reforma agrária” (Pedro Boller, Francisco Beltrão-PR, 04/03/2021). O Mastes, e depois o MST, com o movimento regional integrado a ele, seguiu na discussão da reforma agrária e no confronto com a reforma proposta e aprovada pelo governo de José Sarney, não atingindo, porém, de forma concisa, a Fazenda Annoni como espaço de debate, porém, atuava no sentido de reivindicar a transformação da área em assentamento.

Waldomiro relembra que, de 1983, ano da ocupação, até 2000, sempre ocorreram boatos e ameaças de despejo, porém nunca concretizada pelo Estado. No ano 2000, conta ele, “nois se organizemos e fomo lá num manifesto em Marmeleiro, daí ali veio um superintendente do INCRA, lá ele disse que ia tomar providência, pouco antes de 2000, daí em 2000 que veio a medição provisória” (Waldomiro Chalito dos Passos, Marmeleiro-PR, 14/01/2021). Rememora a atuação do Movimento, dizendo que foi o Mastes que começou, mas logo foi extinguido. A Assesoar, conforme sua narrativa, ajudou bastante, orientando, repassando informações do processo da desapropriação, dando assistência e instruindo sobre a continuação da luta. Narra que

depois “entrou os sem-terra de agora, o MST”, organizando a luta para que se consolidasse o assentamento provisório, mas “não era assentamento definitivo né, ninguém tem título e ninguém sabe o que vai acontecer ainda né, sabemos que tamo morando” (Waldomiro Chalito dos Passos, Marmeleiro-PR, 14/01/2021).

Os ocupantes explicam que o prefeito que fez a frente, para a transformação da Fazenda Annoni em assentamento, foi Jairo Bandeira, prefeito de Marmeleiro entre 1996 e 2000<sup>22</sup>. Waldomiro relembra que “o Jairo se elegeu [...] no começo não tava querendo se envolve, daí resolvemo de conversa de perto com ele, daí ele levou nois em Cascavel [...] ali começou andar a tal de desapropriação e após isso o assentamento” (Waldomiro Chalito dos Passos, Marmeleiro-PR, 14/01/2021). Morena também tem lembranças do fato. Segundo ela:

Daí o prefeito era o Jairo Bandeira na época, o Jairo foi lá e falou: “Doutor, hoje nois temos que vê porque eu não aguento mais a pressão da população”. Daí ele falou: “Deixa eu ver como que tá”. Pego a papelada e disse: “Aqui só falta o procurador, ele quer negociar, mas não tem ninguém pra negociar”. Daí o Jairo pegou o telefone, ligou na hora lá em Porto Alegre. O cara disse: “Há quanto tempo tô esperando pra fazer isso”. Daí no outro final de semana já tava aqui a liberação, só faltava mexe (Morena Lírio, Marmeleiro-PR, 18/03/2021).

Surge, nesse contexto, outro mediador que se insere no processo da fixação na terra da Fazenda Annoni: o PT. De acordo com o relato oral de Waldomiro, o PT não tinha poder na época, era oposição do governo do estado e também do governo federal, mas contribuiu com os ocupantes para irem a Curitiba e a Brasília lutar pelos seus direitos. Elpídio enfatiza que o partido foi o baluarte para a transformação da Fazenda em assentamento.

[...] se não fosse o PT, nós não tinha, é o único que dava a mão, os outros eram tudo meio, quando tinha um a favor, tinha 10 contra, sempre tivemos apoio do PT. Qualquer organização de reunião aqui sem eles nós não fazia nada, escuitava eles pra ver as ideias, pra ver o que iria fazer, o povo não tinha muita prática. Funcionava bem porque não dava errado, fazer um

---

<sup>22</sup> Jairo Bandeira foi o 9º prefeito do município de Marmeleiro, conforme o site da prefeitura municipal de Marmeleiro. Disponível em: <http://www.marmeleiro.pr.gov.br/sitio/gabinete-prefeitos-de-marmeleiro.php>.

manifesto, uma coisa ou outra, tinha que ter organização, e através dos manifesto que nós tamo aqui, senão não tava mais. (O PT) foi a cabeça sempre [...] o órgão que nós tinha pra nos ajudar era o PT, por causa que os proprietário aqui era gente muito grande, ninguém queria se coloca contra eles (Elpídio Tavares, Marmeleiro-PR, 03/03/2021).

O PT era visto como linha de frente no confronto com "gente muito grande" que eram os proprietários de terra, entendidos como ameaça aos sem-terra, mas o partido com uma visão consistente da luta política tinha coragem para se engajar, observando os recursos externos da democracia, como aponta Sidney Tarrow (1996), consciente do contexto para atuar de forma mais contundente, com a confiança e a cooperação dos sem-terra. Elpídio via o PT como uma instituição de organização, discussão, debates, manifesto e enfrentamento dos seus adversários,

Podemos notar a participação do PT, de forma mais incisiva, a partir de 1987. No dia 29 de junho, ocorreu uma Assembleia Geral dos Sem Terra do município, às 10 horas, na sede do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Marmeleiro, que contou com a presença de Justino, do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Francisco Beltrão; de Maria Elena, de Planalto e do Liberaldo, representante do PT. O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Marmeleiro esteve em articulação, não somente na ocupação da Annoni, mas com o MST do município, de forma geral. Na ocasião, Justino explicou o que é reforma agrária e como está o andamento dela no Paraná e no Brasil. Afirmou, ainda, que só ocorreram algumas desapropriações, porque os trabalhadores organizados fizeram pressão e conseguiram colocar em prática algumas de suas propostas (SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE MARMELEIRO, 1987).

Mesmo não sabendo qual foi a explicação do que era reforma agrária na concepção de Justino e do Sindicato dos Trabalhadores Rurais a qual era ligado, temos indícios de ligação entre o Sindicato dos Trabalhadores Rurais e o PT, com um representante na Assembleia, e alinhados à concepção de que as mudanças ocorrem quando há organização e pressão dos trabalhadores.

Leonir lembra que o PT teve participação na Fazenda Annoni, na contribuição com a ocupação e na disputa eleitoral com sujeitos imbuídos da causa dos sem-terra:

(O PT) teve participação, meio ajudaram também, no começo saiu vereador, prefeito, mas foi no começo. Nunca conseguimos colocar vereador do PT, afinal de partido nenhum, uns até se elegeram uma vez um pouco, daí os outros cortaram as asinhas, daí se foi. Uma época o Pedrinho da Acarpa era nosso candidato a prefeito de Marmeleiro aqui pelo PT né, mas o povo foi muito ingrato (Leonir Grando, Marmeleiro-PR, 03/03/2021).

Pedro Boller, mediador na ocupação da Fazenda Annoni, conhecido entre os ocupantes como Pedro da Acarpa, foi candidato a prefeito no município de Marmeleiro, pelo PT, nas eleições de 1988. Ele rememora essa passagem, dizendo que foi convidado a se filiar no PMDB na época, antes mesmo de ter vontade de ser candidato, para ser vice-prefeito em outra chapa, porém, com a recusa da troca de partido, sofreu ameaças de perda de emprego por influência política. “Ah! Não deu outra [...] perseguiram e até que me demitiram” (Pedro Boller, Francisco Beltrão-PR, 04/03/2021). Indignado com a situação, decidiu então ser candidato pelo PT. Conta que, com a decisão, um grupo de Curitiba se juntou e bancou o seu salário até o final do ano, para ele ser candidato.

Para você ter uma ideia cara, foi muito importante, o que teve de gente solidária. [...] chegava lá em casa tava com um saco de batata, umas galinhas [...] colonos assim que reconheciam o trabalho. Aí eu fui candidato, não conseguimos ganhar, mas fizemos uma boa campanha, uma boa votação, fizemos 20% dos votos do município, 1818 votos (Pedro Boller, Francisco Beltrão-PR, 04/03/2021).

No plano de governo do PT de Marmeleiro, das eleições de 1988, intitulado “Administrar com o Trabalhador é a Solução”, Pedro Boller aparece como candidato a prefeito, tendo como vice Onildo Fagundes, também do PT e presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Marmeleiro. O grande destaque é que o plano foi elaborado em reuniões nas comunidades do campo e da cidade, com a participação dos trabalhadores na construção de um programa democrático e participativo. O plano discorre sobre agricultura, serviços sociais e saneamento básico, finanças e administração pública, saúde, educação, esporte, cultura, lazer, política urbana e habitação, transportes, indústria e comércio. Além dos candidatos a prefeito e vice, o

PT de Marmeleiro teve 13 candidatos a vereador, naquelas eleições<sup>23</sup>. As propostas da agricultura que afetariam os ocupantes da Fazenda Annoni eram: organizar os agricultores e trabalhadores rurais em associações e sindicatos; implantar feiras livres; organizar o transporte dos produtos; organizar a compra de insumos; garantir assistência agropecuária aos pequenos e médios agricultores; apoiar lutas reivindicatórias dos agricultores em todos os âmbitos; orientar e conscientizar os agricultores quanto ao uso adequado do meio ambiente, conservação de solo e uso de agrotóxico; incentivar a prática da agricultura alternativa e a formação de pequenas indústria comunitárias; implantar uma propriedade modelo para experimentos agrícolas, com teste de tecnologia adequadas; estimular a criação de um programa para inseminação artificial em bovinos e suínos; lutar com os agricultores para construção de silos e armazéns nas comunidades; e estimular os jovens a continuar na agricultura (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1988).

As propostas para a agricultura, além de propostas mais pontuais de programas, estabelecem o incentivo à organização coletiva dos trabalhadores, o apoio as suas lutas e a criação de espaços comunitários de produção e de comércio, mostrando a vontade de contribuir com um movimento com objetivos comuns, observando a realidade e o contexto histórico do município de Marmeleiro, com forte presença do Movimento Sem Terra que apoiava o partido. Frisamos, também, que o PT não se assumiu como um mediador que substituiu outro, mas a relevância que damos a ele é para demonstrar que as disputas, os embates, as lutas e a organização partidária tiveram espaço para a luta pela terra e para a luta pela garantia da fixação na Fazenda Annoni.

O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Marmeleiro também realizou um encontro no dia 15 de julho de 1987, para discutir assuntos referentes à avaliação do Plano de Trabalho de 1987 do Movimento Sem Terra. Na reunião, foi debatido sobre o sistema capitalista e socialista, com a conclusão de que “precisa mudar o sistema”. Sobre uma ocupação em Renascença, decidiu-se por dar apoio aos acampados e

---

<sup>23</sup> Os candidatos a vereador foram: Arcísio Grespan; Avelino de Oliveira; Casemiro Zulkowski; Gabriel Krenchinski; João Maria Ribeiro; Jorge Accioly; Leomar Luiz Pietta; Luiz Osório da Motta; Nadalin Dal Pubel; Miecislau Gondorek; Oclides Roque Giovelli; Ricardo Apel; e Terezinha da Luz.



ajudar a se organizarem. A discussão se enveredou pela questão da igualdade. Foi repassada a mensagem de que “não somos todos iguais por que 5% são rico e tem tudo e 95 somos pobres trabalhadores, que trabalham para dar lucro aos patrão” (SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE MARMELEIRO, 1987). Ainda, instrui-se de como realizar reuniões nas comunidades, com base em um livro, Aparecem aqui discussões de classe, como a divisão entre patrões e trabalhadores ou burguesia e proletariado e sobre o sistema capitalista como causador dessa divisão e da desigualdade social.

A reflexão nas comunidades, com o uso de livros, foi utilizada pelos sindicatos e demais entidades para aumentar o engajamento, visando à formação dos trabalhadores rurais. Dentre esses livros, foi publicada e trabalhada uma coleção chamada de Realidade Rural, dividida em quatro livros: Funfural; Sindicato; Bíblia e Terra; e Realidade Agrária. No livro Sindicato, constavam 21 encontros para serem realizados nas comunidades, objetivando, como descreve o roteiro para a utilização do material, descobrir os direitos e a força dos trabalhadores rurais quando organizados. O roteiro orientava que o livro fosse usado para leitura e troca de ideias, em conjunto com a participação de todos, expressando suas opiniões e palpites, no encontro coordenado por um dirigente. Expressava, também, que o livro deveria ser como o mutirão, “quer nos reunir todos juntos pra trocarmos ideias e nos esclarecermos a respeito do valor do sindicato como instrumento de luta para defesa de nossos direitos” (ASSESOAR, 1979), contribuindo não só para reflexão, mas principalmente, para a prática, para que lutem pelos seus direitos (ASSESOAR, 1979)

Essas reflexões coletivas, nas comunidades, mostram o processo de mediação realizado, nesse caso, pelo sindicato, de modo a realizar uma formação coletiva e recíproca com os dirigentes nos próprios locais de vida dos trabalhadores rurais, dentro de suas realidades materiais, econômicas, culturais e históricas, com o incentivo da participação dos camponeses na troca e na elaboração de ideias. Isso, a partir de um roteiro produzido pelos mediadores, com o objetivo de não apenas refletir, mas construir um suporte para a ação e mostrar a atuação conjunta das entidades como o sindicato. Foi a Assesoar que imprimiu os livros e a Igreja Católica que ajudou na elaboração do material.

Em 30 de maio de 1986, realizou-se um encontro, no Salão Paroquial de Marmeleiro, dos Sem-Terra do município, às 9 horas. Na reunião, observamos outro mediador, o MST. O encontro tratou sobre o cadastramento dos sem-terra do município e sobre a atual situação da reforma agrária, com o levantamento de propostas. Carlinhos, identificado como representante do MST, explicou sobre a história da reforma agrária no país e a função do sindicato de lutar por ela, enfatizando que isso se faz na luta. Nesse encontro, formou-se uma comissão municipal dos sem-terra, composta de cinco pessoas: Jair Dal Aqua, Alfredo Amaro da Silva, João Morreno, Miguel Prates de Oliveira e Elzio da Silva. A comissão foi formada com o objetivo de pressionar os governos (SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE MARMELEIRO, 1987).

O MST, conforme Bernardo Mançano Fernandes (2000), surgiu no processo das lutas dos trabalhadores rurais contra a expropriação e expulsão de suas terras, no final da década de 1970, principalmente no Centro-Sul do país, com as experiências de ocupação no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina e no Paraná. Essas experiências de ocupação, junto com outros atos e ações, proporcionaram o surgimento de um movimento sem-terra nacional que articulou as reivindicações e as exigências do Movimento. O MST foi fundado no 1º Encontro Nacional realizado entre os dias 21 e 24 de janeiro de 1984, em Cascavel, Centro-Oeste do Paraná. Na plataforma política aprovada no 1º Encontro, o Movimento considerou sem-terra os parceiros, meeiros, arrendatários, agregados, chacreiros, posseiros, ocupantes, assalariados permanentes e temporários e os pequenos proprietários com menos de 5 hectares (MANÇANO, 2001; STÉDILE, 2012).

Em um regime democrático, podemos notar outras instituições e entidades que passaram a apoiar, de forma mais incisiva, os sem-terra na Fazenda Annoni. Em 1989, já se tinha a noção, o discurso e já se atribuía a ação da ocupação da Fazenda como “símbolo de luta pela Reforma Agrária”. Essa afirmação apareceu em uma notícia do Jornal dos Bancários de Curitiba em uma nota que tem como título “Acampados passam fome”. O texto tratava sobre a Annoni e sobre uma ocupação em Renascença, município vizinho de Marmeleiro, e foi uma denúncia realizada pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Marmeleiro (JORNAL DOS BANCÁRIOS, 1989).

Na luta pela transformação da ocupação em assentamento, assim como foi a luta contra o despejo e a fixação da terra, a produção continuou sendo e assumiu o principal papel na argumentação e articulação dos sem-terra. Ainda em 1992, a Folha de Londrina noticiou que homens, mulheres, crianças e idosos resistiram no local, organizaram-se e construíram a vida comunitária e a produção para o próprio consumo e para a comercialização, mas ainda assim não viviam tranquilos para trabalhar, porque ainda “pesa a possibilidade de despejo a qualquer momento” (FOLHA DE LONDRINA, 1992). O texto, ainda, relatou que: “As famílias produzem milho, feijão, mandioca, soja e trigo, e o rebanho animal é composto de cerca de 3 mil cabeças de bovinos, 2 mil de gado e 20 mil de frangos” (FOLHA DE LONDRINA, 1992). Há, na matéria, um posicionamento da Associação dos Municípios do Sudoeste do Paraná (Amsop) e o registro de um telex expedido ao Ministro da Agricultura e da Reforma Agrária, pedindo a desapropriação da Fazenda e a posterior venda das terras aos ocupantes, mesmo não concordando “com invasões de terras, por representarem um atentado ao direito da propriedade”<sup>24</sup> (FOLHA DE LONDRINA, 1992). Apesar de não concordar com o modo em que os camponeses se fixaram na terra, a Associação Regional dos Municípios não via outra saída que não a legalização da área (FOLHA DE LONDRINA, 1992).

Em 1995, no mesmo jornal, Folha de Londrina, apareceu uma matéria intitulada “Annoni espera regularização há 12 anos”, que relata um pouco da trajetória da ocupação em 1983, a desapropriação da Fazenda em 1980, depois considerada como empresa rural pelo INCRA, o pedido e o deferimento do despejo com força policial que não aconteceu, o diálogo a respeito da venda da terra com a família Annoni, a qual (conforme relata o jornal) tinha um valor considerado alto pelos agricultores e pelo INCRA. Um ponto interessante que apareceu na matéria foi o destaque que, depois de 12 anos “As famílias já não vivem mais sob o barraco de lona. Cada um tem em média 8 hectares de terra. Nas 10 comunidades que compõem a fazenda, pelo menos 60% das casas, em madeira e alvenaria, têm energia elétrica” (FOLHA DE

---

<sup>24</sup> Uma notícia com os mesmos elementos foi publicada no jornal O Estado do Paraná, no dia 25 de fevereiro de 1992, sob o título: Sem-terra podem ser despejados.

LONDRINA, 1995) e a afirmação, sempre frisada, de que os camponeses queriam pagar pela terra.

Em julho de 1997, o Folha de Londrina noticiou um protesto dos ocupantes da Annoni na frente da Prefeitura de Marmeleiro para cobrar, novamente, uma solução para a situação dos sem-terra. Conforme o jornal, o encontro reuniu cerca de 500 pessoas, entre ocupantes, lideranças, vereadores e a superintendente do INCRA no Paraná, Maria de Oliveira. A mobilização reivindicava “a legalização da área, a imissão de posse aos agricultores, a liberação de crédito, a liberação de recursos para custeio agrícola e assistência técnica” (FOLHA DE LONDRINA, 1997).

Além de se utilizar da produção, das benfeitorias e dos animais já obtidos e de posse dos ocupantes da Fazenda, outra notícia circulada era de que a produtividade, sobretudo da lavoura, não era maior porque os agricultores deixavam de receber incentivos do governo pela área ainda não ser um assentamento oficial. Na mesma notícia, havia uma fala do então prefeito, Jairo Bandeira, de que existia uma intermediação da prefeitura na negociação com o governo federal, o INCRA e o proprietário da área, Bolivar Annoni. O texto trazia uma citação do prefeito que destacava: “A fazenda não pode ser desapropriada, pois em 83 foi considerada empresa rural e cabe, neste caso, a compra da área pelo INCRA” (FOLHA DE LONDRINA, 1997).

No ano seguinte, em 1998, a Gazeta do Povo anunciou um encontro que iria acontecer entre o novo superintendente do INCRA do Paraná, Petrus Adib, com líderes da Fazenda Annoni, na unidade do Instituto, em Francisco Beltrão. O texto registrou que o Movimento enviou um documento ao INCRA, solicitando a desapropriação (GAZETA DO POVO, 1998). Um dia após o encontro, a Gazeta do Povo publicou informações da reunião dizendo que, conforme as palavras de Petrus Abib, em no máximo 90 dias, a questão da ocupação seria solucionada, afirmando que já havia pedido ao poder público a emissão de posse e que concordava com os ocupantes de que precisavam de financiamento para investir na terra e as ações solucionariam o problema. A reunião aconteceu no dia 4 de março e o MST estipulou, conforme o jornal, o prazo de até dia 16 do mesmo mês, para a situação ser

solucionada, tendo como devolutiva do INCRA, que os ocupantes teriam uma posição do Instituto até dia 12 de março (GAZETA DO POVO, 1998).

Como aponta O Estado do Paraná, o INCRA não se posicionou no dia 12 de março e nem a solução foi dada dia 16, tendo em vista que a notícia que circulava era um acordo entre as lideranças do MST, sendo que a Superintendência do INCRA do Paraná pôs fim à ocupação da sede do Instituto, em Francisco Beltrão. Conforme a matéria, cerca de 700 famílias protestaram durante dois dias, principalmente pela demora na desapropriação da Fazenda Annoni. Petrus Abib firmou um novo compromisso de que outro processo se iniciaria para a desapropriação da Fazenda (O ESTADO DO PARANÁ, 1998).

A Folha do Paraná, de 28 de setembro de 1998, sob o título “Decreto de desapropriação”, anunciou que a Superintendência do INCRA do Paraná informou que o decreto de desapropriação da Fazenda Perseverança, local onde ficava a Annoni, “foi assinado sexta-feira e será publicado hoje”<sup>25</sup> (FOLHA DO PARANÁ, 1998). O jornal Gazeta do Povo anunciou que, conforme o INCRA, a emissão de posse para os ocupantes da Fazenda deveria sair até o final de outubro (GAZETA DO POVO, 1998).

O Assentamento Eduardo Raduan foi criado em 15 de dezembro de 1998, com uma área de 3.946 hectares e assentou 359 famílias. De acordo com Ricardo Callegari (2015), em uma ata feita pelos trabalhadores reunidos no assentamento, no dia 27 de março de 1999, registra-se que a intenção dos sem-terra seria a de colocar o nome do assentamento de João de Paula para, além de relembrar o assassinato do ocupante, em 1983, pensarem constantemente da luta, porém, o nome prevalecido para a área foi o da vontade do INCRA, em homenagear José Eduardo Raduan, antigo superintendente do Instituto (CALLEGARI, 2015).

---

<sup>25</sup> O Decreto de 25 de setembro de 1998, assinado pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso, declara de interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural conhecido como Fazenda Perseverança, situado no Município de Marmeleiro, estado do Paraná.

**Figura 6** – Mapa do município de Marmeleiro e localização do Assentamento Eduardo Raduan.



Fonte: Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER) Regional de Francisco Beltrão – Adaptado por Sady Domingos Alves Grisa (2012).

Os ocupantes assinaram um contrato de assentamento com o INCRA. O contrato prevê o INCRA como executor e promotor do projeto de assentamento e colocava o beneficiário como responsável por exercer atividade agrária, visando tornar a área produtiva. O INCRA ficou com o compromisso de demarcar e medir os sítios, implantar infraestrutura básica do sistema viário, expedir titulação ao beneficiário, desde que cumpra com o contrato de assentamento, e conceder crédito para alimentação, fomento e habitação, com o compromisso de o beneficiário devolvê-lo

com juros de 6% ao ano. Segundo a narrativa de Waldomiro, o INCRA disponibilizou R\$ 2.500,00 para a construção de uma casa (MINISTÉRIO EXTRAORDINÁRIO DE POLÍTICA FUNDIÁRIA, 1999; Waldomiro Chalito dos Passos, Marmeleiro-PR, 14/01/2021).

Segundo o contrato, as obrigações do beneficiário são, especialmente, a de residir no local com a família e exercer a exploração da terra de forma direta e pessoal, proposta do MST, inclusive, que lutava pela terra de trabalho para produção e subsistência familiar; não negociar a parcela de terra contratada por 10 anos, ficando passível de rescindir o contrato caso arrendar, alienar ou transferir para terceiro, independente de ação judicial. Será motivo de rescisão e de perda do direito pela terra a não demonstração de capacidade profissional durante o período de dois anos; deixar de cultivar direta e pessoalmente a terra por três meses; deixar de residir no local; desmatar indiscriminadamente área que não irá aproveitar o solo; e tornar-se elemento de perturbação, que não se ajustar à vida comunitária. O contrato, ainda, estabelece que vigorará até a liberação de documento de titulação, o que ainda não aconteceu.

A transformação da ocupação da Fazenda Annoni pode ser considerada uma vitória, se olharmos da perspectiva da ação dos camponeses sem-terra, em 1983, quando entraram na terra, naquele momento, sem produção, e resistiram à violência de jagunços, à pressão do Estado, com a ordem de despejo e as dificuldades materiais de moradia e de produção. Isso sob o prisma de todo o processo ocorrido na luta pela fixação na terra e pelo assentamento de entidades, organizações e movimentos que surgiram, sobretudo o Mastes, de experiências que iniciaram na década de 1960, com a Assesoar e os sindicatos. Além disso, com a oportunização política do final da década de 1970 e década de 1980, que com a utilização de menos energia e recursos pela abertura democrática em andamento, fez com que os sem-terra e os movimentos se engajassem em uma luta contra opositores, Estado e organizações que também surgiram dessa oportunidade, justamente para combater os movimentos camponeses e lutar pelos seus interesses de classe.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os conflitos por território e terra, onde hoje se estabelecem as fronteiras que abrangem o estado do Paraná, iniciou quando o que se conhece por Brasil ainda era colônia portuguesa. Esses conflitos não podem ser vistos como um contínuo linear e evolutivo, em uma noção positivista da história, mas como análise de que a terra foi um motivo constante para que eles acontecessem por interesses e vontades distintas. Os conflitos agrários que se dão pelo uso e pela posse da terra como espaço de existência e de produção de sujeitos que se fixam com uma estrutura familiar, e iniciaram, mais especificamente, na década de 1940, na região de Porecatu, no Norte do Paraná. Conflitos assim aconteceram, do mesmo modo, no Sudoeste do Paraná, na década de 1950, quando colonos, incentivados pela política de Vargas da Marcha para Oeste, e sem-terra, que se estabeleciam, sobretudo, no Rio Grande do Sul, partiram para a região com a estrutura da CANGO, criada para dar suporte aos colonizadores. Porém, as terras que eram prometidas para ser lugar de vida e reprodução vinham sendo disputadas por conflitos que remontaram, pelo menos, o final do século XIX, quando ainda havia uma indecisão de para quem seriam a Gleba Missões e parte da Chopim: da União, do estado do Paraná, do estado de Santa Catarina, da Argentina, de companhia de estradas de ferro (empreiteiras de ferrovias) ou de particulares. No processo de conflito, empresas privadas de colonização, em busca da extração da madeira, utilizaram de violência e repressão contra os colonos de posse da terra, por meio da política estatal de Vargas, para forçar o pagamento das terras, apoiadas pelo então governador do Paraná, Moysés Lupion.

A violência sofrida e a pressão pelo pagamento das terras, pelos colonos que tinham a promessa de terras sem pagamento, fez com que se mobilizassem em torno da garantia da posse e contra as colonizadoras privadas, mais expressivamente a Citla, apoiadas pelo governador do estado do Paraná, forçando, em uma atitude do governo paranaense com o governo federal, a garantia das posses, depois da expulsão das companhias e dos jagunços da região, com ações de manifestação nas ruas de Francisco Beltrão, Pato Branco, Capanema e Santa Antônio, principalmente, com o colonos camponeses pegando em armas para colocar fim às violências daquela



grilagem. Foi criado, para a legalização das terras, o Getsop, administrando a distribuição das terras em forma de pagamento, para que não houvesse disputas judiciais. No entanto, apesar da aparente solução dos problemas dos camponeses da região, o Getsop não pode ser visto como uma entidade mágica que colocou ou colocaria fim aos conflitos agrários. No final da década de 1970 e início da década de 1980, não só no Sudoeste, mas também na região Oeste do estado, as expropriações e a exploração dos camponeses se deram pela política deliberada de modernização da agricultura, já em andamento no Norte do Paraná, que investiu, com participação forte do Estado, em maquinarias, sementes selecionadas, fertilizantes e crédito bancário subsidiados pelo governo. Tudo isso para incrementar e aumentar a produção agrícola, dedicando-se basicamente à monocultura e priorizando o desenvolvimento das médias e grandes propriedades, que tiveram como obter financiamento (crédito de fomento governamental) ou arcar com as despesas dos investimentos e sobreviver à modernização. Junto a isso, e no mesmo propósito, são construídas usinas hidrelétricas nas regiões, como foi o caso da Itaipu, que também expropriou camponeses posseiros que ficaram desassistidos pelo Estado, sem terem condições de adquirir ou se estabelecer em outras terras.

As consequências da modernização com as restrições de direitos e a expropriação dos camponeses da terra, junto com o enfraquecimento da ditadura e a abertura democrática gradual e lenta, mobilizaram os camponeses na criação de uma identidade política coletiva em nome de exigências que tinham como finalidade a conquista da terra. Essa mobilização, de forma sustentada com opositores claros, fez surgir movimentos sociais como o MJT e o Mastro, no Oeste, que, também, influenciaram, por meio da experiência, a formação de movimentos no Sudoeste. As organizações eram voltadas para a atuação de forma mais combativa e direta em um confronto político como os sindicatos dos trabalhadores rurais, antes majoritariamente assistencialistas, e a Assesoar, que já vinha trabalhando e conhecendo a realidade da região desde a década de 1960 e forma, para lutar especificamente por terra e reforma agrária, o Mastes, que foi criado em um processo de mediação, o qual envolvia a situação dos sem-terra, contexto político da região e do Brasil, a formação por meio da experiências desses movimentos, especialmente, da Assesoar, e a reciprocidade

com as ações concretas, da mesma forma, mediadas pelo novo movimento. O Mastes foi criado em um processo de mediação e atuou nesse processo com os sem-terra.

Analizamos a atuação do Mastes na oportunidade política, trabalhada por Sidney Tarrow (1996), na década de 1980, no Brasil, contexto de enfraquecimento da repressão com o fim do bipartidarismo, do AI-5, com a Lei da Anistia e com a decisão de se haver uma abertura democrática, mesmo que gradual. O que mobilizou os sujeitos em movimento sociais com o uso de menos recursos e com mais confiança em um processo de cooperação em redes sociais, as quais tiveram forças para se manter. Oportunização política não quer dizer que os sujeitos explorados e expropriados de seus direitos ficaram esperando a hora certa para agir ou se mobilizar, mas em um contexto específico de luta política, encorajam-se a se engajar sem a capacidade total ou grande de as autoridades colocarem barreiras sólidas às manifestações e com interações sustentadas, tirando vantagem de recursos externos. Isso não quer dizer que, invariavelmente, nesses contextos, haja o surgimento de movimento sociais, contudo, podem se tornar indícios de sua formação, como foi a formação do Mastes, em um momento de perdas de direito, principalmente, a terra e em consequência, do trabalho, fortemente defendido de forma a justificar as ocupações, resumido na frase: terra para quem nela trabalha e para quem dela precisa. Na oportunidade política da década de 1980, surgem grupos opositores ao sem-terra, como a UDR, em nível nacional, e a Sorsupar, em nível regional, que, mesmo sem documento e fontes que nos levem, por ora, à análise de forma mais metodológica e científica da associação, é citada pelos Mastes como uma organização formada para combater o movimento e formar um exército privado para proteger as terras, com a participação de personalidades envolvidas na política regional.

Antes da ocupação da Fazenda Annoni em Marmeleiro, a primeira da região Sudoeste, já aconteciam mobilizações em torno de uma ação mais combativa por parte das entidades que se colocavam como defensoras dos camponeses, como a Assesoar e os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais, em sua maior parte, na região, naquele momento, combativos. Depois das disputas travadas pelo movimento de oposição sindical, e até mesmo antes, havia articulação para a formação de um movimento sem-terra da região, porém, com a ação dos camponeses na Annoni, o

movimento foi formado definitivamente e, mesmo não participando da primeira ocupação em julho de 1983, deu apoio ao acampamento na beira da estrada na Comunidade de Bom Jesus e participou da segunda ocupação, em setembro do mesmo ano. O Mastes atuou no acampamento na Annoni organizando a divisão de sítios, cadastrando os sem-terra que receberam um cartão de identificação do movimento e articulando com entidades o envio de sementes à ocupação para aqueles que possuíssem o cadastro, além de atuar junto com a Assesoar no processo de formação política. O Mastes, apesar de refenciarmos na pesquisa, não é o único mediador na ocupação, já que o próprio processo de mediação é dinâmico, não estático e circula entre vários autores. Podemos, também, dizer que a Assesoar e Pedro Boller, da Acarpa, e depois candidato a prefeito de Marmeleiro pelo PT, atuaram no processo de mediação com a consciência de que para trabalhar na Annoni, no caso de Pedro, não era necessário utilizar-se de questões técnicas somente, mas deveria haver um trabalho cultural, político e social.

A mediação não envolveu as ações, manifestos e organização com base em um grupo que verticalmente decidia sobre esses fatos, mas o processo formativo por meio da práxis criativa e reflexiva e com a reciprocidade das ações pensadas e realizadas em uma circularidade com as demandas que apareciam no cotidiano – simultaneamente com a construção de objetivos comuns que direcionaram a práxis. Ressalta-se a formação das comissões na ocupação da Annoni (de saúde, educação, segurança, esporte) para tratar da organização interna e as comissões que iriam representar os sem-terra e o movimento em instâncias oficiais e externas à ocupação, em Curitiba, em Brasília e, até mesmo, com as autoridades municipais. Essa organização objetivava a garantia da fixação na terra, com justificações legitimadoras que faziam parte do universo cultural dos ocupantes e camponeses de toda a região, como o trabalho e os conteúdos religiosos com o suporte da Teologia da Libertação e das pastorais sociais da Igreja Católica, como a CPT, com o debate de que a terra seria para todos e que a luta se justificava em nome de Deus e pela sua vontade, usando de reflexões bíblicas para argumentar e identificar os trabalhadores.

Com a ameaça de despejo dos ocupantes da Annoni, decretada pela justiça federal, e o pedido de apoio policial para concretizar a ação, os sem-terra usaram a produção para defender a sua permanência no local, enfatizando os resultados

produtivos para convencer a opinião pública, as autoridades e os órgãos para lutar pela permanência dos camponeses e para evitar o despejo que não aconteceu, haja vista a mobilização do Mastes e do conjunto dos apoiadores. Observamos algumas experiências de produção coletiva, como as hortas no início da ocupação, os mutirões ou puxirões com o trabalho coletivo no sítio de cada ocupante e, até o ensaio para a formação de uma Associação maior de produção e comercialização. Depois da formação do MST, em 1984, com a participação do Mastes e sua integração ao movimento em nível nacional, percebemos uma atuação de confronto político mais direto com manifestações e exigências que pretendiam a terra e a fixação com sem-terra e que abrangiam outras questões que estavam inseridas no projeto de reforma agrária. Questões essas, como o crédito social a juros baixos, a proteção ambiental, a demarcação de terras indígenas e a participação direta dos trabalhadores na elaboração da legislação e de políticas referentes ao assunto, coisa que não aconteceu na elaboração do I Plano Nacional de Reforma Agrária, em 1985, que, por este motivo, recebeu críticas do movimento. Foi considerado como um retrocesso em relação ao Estatuto da Terra por homogeneizar a noção de proprietários de terras de pequenas, médias e grandes propriedades, dificultar a desapropriação de latifúndios considerados produtivos, mesmo colocando a desapropriação pelo não cumprimento da função social da terra e pela prática expressiva do plano no nível material.

Nesse contexto de confronto político mais direto, surgiram novos mediadores, como o MST e, também, o PT, atuando, muitas vezes, em conjunto ou por causas comuns. O PT participou da luta pela terra na Fazenda Annoni com candidatos que estiveram presentes no processo de ocupação e acampamento, como Pedro Boller, que mesmo não se elegendo, considerou o resultado significativo por alcançar, conforme ele, em torno de 20% dos votos do município. Os ocupantes rememoram a participação do PT como um organizador e articulador de manifestações e que, ainda que não estivesse no governo e sendo oposição dos governos do estado e federal, atuou junto aos trabalhadores sem-terra. O MST, após a total integração do Mastes no movimento, assumiu a luta e atuou até 1998 pela desapropriação e pela transformação da Fazenda Annoni no Assentamento Eduardo Raduan. Garantiu, senão a reforma agrária de forma ampla que o movimento lutava, a permanência dos camponeses na área com um contrato de assentamento que condiciona o trabalho

familiar, a continuação da família na terra e a proibição da venda das terras pelo prazo de 10 anos, sob pena de perder o direito, colocando que o próximo passo seria a expedição de títulos definitivos, algo que ainda hoje, em 2021, não ocorreu.

O Mastes, a ocupação da Fazenda Annoni e o processo de mediação marcaram um contexto e um período da história em que os camponeses sem-terra forçaram sua entrada na cena política da região Sudoeste e de todo o Brasil, exigindo demandas reprimidas em nossa história como o direito a terra e ao trabalho e a ação efetiva do Estado para dar suporte ao estabelecimento, à produção e à comercialização por meio do crédito acessível. Além de criar lideranças e formas de luta que mobilizaram os sujeitos para outros meios, como a política partidária e institucional e forçou a manutenção de uma relação com opositores e com o Estado para lutar pelas demandas, direitos e pela terra, colocando, mais uma vez, em evidência, o conflito agrário que marca nossa história. Demonstra, da mesma forma, como os sujeitos camponeses sem poder econômico, social e político podem atuar e atuaram de forma coletiva, identificados e com força de permanência, expressando suas demandas e lutando por elas com ações de relação institucional e com ações de mobilização mais diretas, como manifestações públicas, cartas abertas e com a ocupação de escritórios do INCRA, em Francisco Beltrão. Esses movimentos sociais conquistaram vitórias, não absolutas sob o ponto de vista de suas demandas gerais, mas importantes para a luta dos sem-terra, como a conquista de assentamentos na Fazenda Imaribo, com a criação do Vitória da União, e na Fazenda Annoni, com a criação do Assentamento Eduardo Raduan, o qual conta com 10 comunidades e ainda possui agricultores que participaram das lutas na década de 1980.

## REFERÊNCIAS

### Bibliografia consultada e citada

ABATTI, Alexandre. **Igreja Católica, Assesoar, e Regime Militar no Brasil: resistência e luta pela terra no sudoeste do Paraná (1962-1978)**. Erechim: All Print, 2018.

AMADO, Janaína. O grande mentiroso: Tradição, Veracidade em História Oral, **Revista História**, São Paulo, p. 125-136, 1995.

BATTISTI, Elir. **Agricultura familiar e cidadania: os embates da ASSESOAR**. 2003. 237 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense-UFF, Niterói, 2003.

BRUMER, Anita. Considerações sobre uma década de lutas sociais no campo no extremo sul do Brasil (1978-88). In: FERNANDES, Bernardo Mançano; MEDEIROS, Leonilde Servolo de; PAULILO, Maria Ignez. **Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas, a diversidade das formas das lutas no campo**. São Paulo: Unesp, 2009. p. 33-52.

BURKE, Peter. **Sociologia e História**. 2. ed. Porto: Afrontamentos, 1980.

CALLEGARI, Ricardo. “**Gente não é boi de carro, pro carro de boi puxar**”: camponeses e a organização política no sudoeste do Paraná (1964/1985). 2020. 207 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós Graduação em História, UNIOESTE, Marechal Cândido Rondon, 2020.

CALLEGARI, Ricardo. **Entre lutas, valores e pressões: juventude rural sem-terra e a organização social do trabalho nos assentamentos Missões e José Eduardo Raduan**. 2015. 165 f. Dissertação (Mestrado em História) – Curso de Pós-graduação em História, Universidade Estadual do Oeste do Paraná-Unioeste, Marechal Cândido Rondon, 2015.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil**. O longo Caminho. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: DIFEL, 1990.

CHARTIER, Roger. O mundo como representação. In: CHARTIER, Roger. **À beira da falésia: a história entre incertezas e inquietudes**. Porto Alegre: UFRGS, 2002. p. 69-80.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. **História oral**: memória, tempo, identidades. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

FERES, João Bosco. **Propriedade da terra**: opressão e miséria (o meio rural na história social do Brasil). Amsterdam: CEDLA, 1990.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. 3. ed. São Paulo: Loyola, 1996.

GELLER, Odair Eduardo. **O Contestado entre Santa Catarina e Paraná**: uma questão de limites nos limites da nação. Curitiba: Prismas, 2016.

GOHN, Maria da Glória. **Teoria dos movimentos sociais**: paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo: Edições Loyola, 1997.

GOHN, Maria da Glória. **Teorias dos Movimentos Sociais**: paradigmas clássicos e contemporâneos. 11. ed. São Paulo: Loyola, 2014.

KOLING, Paulo José. **A revolta de 1957 no sudoeste do Paraná**: a luta pela terra entre memórias e comemorações. Guarapuava: Unicentro, 2018.

LATOUR, Bruno. **Jamais fomos modernos**: ensaio de antropologia simétrica. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1994.

LATOUR, Bruno. **Reagregando o social**: uma introdução à teoria do ator-rede. Salvador: EDUFBA; São Paulo: EDUSC, 2012.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil**: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 1995.

MOTTA, Márcia Maria Menendes; ESTEVES, Carlos Leandro Silva. Ligas Camponesas: história de uma luta (des)conhecida. In: MOTTA, Márcia Maria Menendes; ZARTH, Paulo (orgs.). **Formas de resistência camponesa**: visibilidade e diversidade de conflitos ao longo da história. Concepções de justiça e resistência nas repúblicas do passado (1930-1960). São Paulo: Unesp, 2009. p. 243-257.

MYSKIW, Antônio Marcos. Uma breve história da formação da fronteira sul do Brasil. In: RADIN, José Carlos; VALENTINI, Delmir José; ZARTH, Paulo Afonso (org.). **História da Fronteira Sul**. Curitiba: UFFS, 2016. p. 43-72.

NEVES, Delma Pessanha. Apresentação. In: NEVES, Delma Pessanha. **Desenvolvimento social e mediadores políticos**. Porto Alegre: UFRGS, 2008a. p. 7-19.

NEVES, Delma Pessanha. Mediação social e mediadores políticos. In: NEVES, Delma Pessanha. **Desenvolvimento social e mediadores políticos**. Porto Alegre: UFRGS, 2008b. p. 21-44.

NOVAES, Regina Reyes. A mediação no campo: entre a polissemia e a banalização. In: MEDEIROS, Leonilde et al. (org.). **Assentamentos rurais: uma visão multidisciplinar**. São Paulo: Universidade Estadual Paulista, 1994. p. 177-183.

OIKAWA, Marcelo. **Porecatu: a guerrilha que os comunistas esqueceram**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

POLI, Jaci. **Da posse à propriedade da terra no Sudoeste do Paraná (1962-1973)**. 2009. 186 f. Dissertação (Mestrado em História) – Curso de História, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2009.

POLI, Jaci. Revolta dos posseiros do Sudoeste do Paraná. In: RADIN, José Carlos; VALENTINI, Delmir José; ZARTH, Paulo Afonso. **História da Fronteira Sul**. Chapecó: UFFS, 2016. p. 249-270.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

PRIORI, Angelo. A revolta camponesa de Porecatu. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 25., Fortaleza, 2009. **Anais...** Fortaleza: ANPUH, 2009. p. 129-141. Disponível em: <http://books.scielo.org>. Acesso em: 7 jan. 2021.

PRIORI, Angelo et al. **História do Paraná: séculos XIX e XX** [online]. Maringá: Eduem, 2012.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. **O messianismo no Brasil e no mundo**. 2. ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1977.

RADIN, José Carlos; VALENTINI, Delmir José; ZARTH, Paulo Afonso (org.). **História da Fronteira Sul**. Chapecó: UFFS, 2016.

ROCHA, Humberto José da. Elementos para pensar a mediação nos movimentos sociais no campo. In: MACHADO, Ironita Adenir Policarpo; BACCIN, Diego José; TEDESCO, João Carlos (orgs.). **Mundo rural, regiões e fronteiras no processo de (re)apropriação territorial e agrária**. Passo Fundo: EDIUPF, 2019.

SCHERER-WARREN, Ilse. O caráter dos novos movimentos sociais. In: KRISCHKE, Paulo José. **Uma revolução no cotidiano? Os novos movimentos sociais na América do Sul**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

SCHREINER, Davi Félix. **Entre a Exclusão e a Utopia: um estudo sobre os processos de organização da vida cotidiana nos assentamentos rurais (Região Sudoeste/Oeste do Paraná)**. 2002. 461 f. Tese (Programa de Pós-Graduação em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de História, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.



SERRA, Elpídio. A relação entre a apropriação da terra, seu uso econômico e os conflitos rurais no Paraná. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 19., São Paulo, 2009. **Anais...** São Paulo: USP, 2009. p. 1-26.

SIGNATES, Luiz. Estudo sobre o conceito de mediação. **Novos Olhares**, São Paulo, ano I, n. 2, p. 37-49, 1998.

SILVA, Osvaldo Heller da. A gênese do sindicalismo rural no Paraná: reflexões sobre as carreiras de dirigentes. In: FERNANDES, Bernardo Mançano; MEDEIROS, Leonilde Servolo de; PAULILO, Maria Ignez. **Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas**. São Paulo: Unesp, 2009. p. 93-116.

SILVA, Sandro Ramon Ferreira da. **Teologia da Libertação: Revolução e reação interiorizadas na Igreja**. 2006. 142 f. Dissertação (Mestrado em História) – Curso de Mestrado em História Contemporânea, Centro de Estudos Gerais, Universidade Federal Fluminense-UFF, Niterói, 2006.

STEDILE, João Pedro (org.); BEZERRA, Lucas (assist. pesq.). **Experiências históricas de reforma agrária no mundo**. São Paulo: Expressão Popular, 2020.

STEDILE, João Pedro (org.); ESTEVAM, Douglas (assist. pesq.). **A questão agrária no Brasil: programas de reforma agrária 1946-2003**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

TARROW, Sidney. **O poder em movimento: movimentos sociais e confronto político**. Petrópolis: Vozes, 2009.

THOMPSON, Edward Palmer. La sociedad inglesa del siglo XVIII: ¿Lucha de clases sin clases? In: THOMPSON, Edward Palmer. **Tradición, Revuelta y Conciencia de Clase: estudios sobre la crisis de la sociedad preindustrial**. Barcelona: Crítica, 1984. p. 13-61.

VALENTINI, Delmir José. A Guerra do Contestado (1912-1916). In: RADIN, José Carlos; VALENTINI, Delmir José; ZARTH, Paulo Afonso (org.). **História da Fronteira Sul**. Curitiba: UFFS, 2016. p. 222-248.

VÁZQUEZ, Adolfo Sánchez. **Filosofia da práxis**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1966.

VELHO, Gilberto; KUSCHNIR, Karina. Apresentação. In: VELHO, Gilberto; KUSCHNIR, Karina. **Mediação, cultura e política**. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2001. p. 7-21.

VELHO, Otávio Guilherme Alves Cardoso. O conceito de camponês e sua aplicação à análise do meio rural brasileiro (1969). In: WELCH, Clifford Andrew et al. (org.). **Camponeses brasileiros: leituras e interpretações clássicas**. São Paulo: UNESP, 2009. p. 89-96.

VIANNA, Aurélio. **Organização social e ação política do campesinato: o caso da invasão da Fazenda Annoni**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1989.

VOVELLE, Michel. **Ideologias e Mentalidades**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 2004.

WACHOWICZ, Ruy Christovam. **História do Paraná**. 10. ed. Ponta Grossa: UEPG, 2016.

WACHOWICZ, Ruy Christovam. **Paraná, sudoeste: ocupação e colonização**. 1985.

### **Acervos documentais e notícias de jornal**

ASSESOAR. **Conheça seus direitos: sindicato**. N. 2. Francisco Beltrão, 1979.

**BOLETIM POEIRA**. Curitiba, ano VII, n. 34, jul./ago. 1984.

BRASIL. **Decreto de 25 de setembro de 1998**. Declara de interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural conhecido como “Fazenda Perseverança”, situado no Município de Marmeleiro, Estado do Paraná, e dá outras providências. Brasília, 1998. Disponível em:

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/dnn/anterior%20a%202000/1998/Dnn7400.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/dnn/anterior%20a%202000/1998/Dnn7400.htm).

Acesso em: 30 nov. 2020

FOLHA DE LONDRINA. **Dirigente sindical refuta denúncias**. Londrina, p. 33, 2 set. 1984.

FOLHA DE LONDRINA. **Fazenda Annoni: prefeitos e sindicatos alertam para o despejo**. Londrina, 28 ago. 1984.

FOLHA DE LONDRINA. **Sem-terra da Anoni querem mais apoio**. Londrina, 23 set. 1984.

FOLHA DE LONDRINA. **Famílias da Anoni produzem muito, mas estão sob ameaça**. Londrina, 23 fev. 1992.

FOLHA DE LONDRINA. **Anoni espera regularização há 12 anos**. Londrina, 13 ago. 1995.

FOLHA DE LONDRINA. **Assentados protestam e exigem direitos**. Londrina, 1 jul. 1997.

FOLHA DO PARANÁ. **Decreto de desapropriação**. Curitiba, 5 jul. 1998.

GAZETA DO POVO. **Fazenda Anoni terá rápida solução, afirma Petrus Abib**. Curitiba, 5 mar. 1998.

GAZETA DO POVO. **Sem-terra firmam pacto com donos da Fazenda Sete Mil.** Curitiba, 30 set. 1998.

GAZETA DO POVO. **Sem-terra invadem fazenda no Centro-Oeste do Paraná.** Curitiba, 3 mar. 1998.

JORNAL DOS BANCÁRIOS. **Acampados passam fome.** N. 37. Curitiba, jul-ago. 1989.

MASTES. **Objetivos e princípios.** Francisco Beltrão, 1983.

MASTES. **Projeto de liberação de recursos encaminhado à Província Imaculada Conceição.** Francisco Beltrão, 15 jun. 1983.

MASTES. **Relatório do encontro realizado nos dias 05 e 06 de abril de 1983.** Francisco Beltrão, 1983.

MASTES. **Síntese do encontro dos agricultores sem terra do Sudoeste do Paraná.** Francisco Beltrão, 5 e 6 abr. 1983.

MINISTÉRIO EXTRAORDINÁRIO DE POLÍTICA FUNDIÁRIA. **Contrato de assentamento nº PR02070000577.** Brasília: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, 4 jun. 1999.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. **A nova República sepultou Reforma Agrária, que deve ser conquistada na luta.** Comissão Pastoral da Terra - PR. 5ª Romaria da Terra. Medianeira, 2 jul. 1989.

O ESTADO DO PARANÁ. **Sem-terra podem ser despejados.** Curitiba, 25 fev. 1992.

O ESTADO DO PARANÁ. **Famílias deixam sede do Incra no Sudoeste.** Curitiba, 20 mar. 1998.

PLANO DE GOVERNO DE MARMELEIRO – PT. **Administrar com o trabalhador é a solução.** Marmeleiro, nov. 1988.

**PRINCIPAIS LUTAS DOS TRABALHADORES CONTRA AS POLÍTICAS OFICIAIS NO QUAL A ASSESOAR TEVE PARTICIPAÇÃO SIGNIFICATIVA, SEJA NO ASSESSORAMENTO ESPECÍFICO OU NO APOIO CONCRETO.** Francisco Beltrão: mimeo, 1987.

PROVÍNCIA ECLESIAÍSTICA DE CASCAVEL. **Comunicado dos Bispos da Província Eclesiástica de Cascavel.** Francisco Beltrão, 21 out. 1987.

SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE MARMELEIRO E FRANCISCO BELTRÃO E COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Convite para Assembléia.** Paraná, 23 fev. 1980.

**ATAS**

COMUNIDADE DA LINHA SÃO PEDRO. Marmeleiro. **Ata da reunião realizada no dia 07 de fevereiro de 1984.**

COMUNIDADE DA LINHA SÃO PEDRO. Marmeleiro. **Ata da reunião realizada no dia 11 de agosto de 1984.**

COMUNIDADE DA LINHA SÃO PEDRO. Marmeleiro. **Ata da reunião realizada no dia 16 de setembro de 1984.**

COMUNIDADE DA LINHA SÃO PEDRO. Marmeleiro. **Ata da reunião realizada no dia 29 de setembro de 1984.**

COMUNIDADE DA LINHA SÃO PEDRO. Marmeleiro. **Ata da reunião realizada no dia 07 de outubro de 1984.**

COMUNIDADE DA LINHA SÃO PEDRO. Marmeleiro. **Ata da reunião realizada no dia 18 de novembro de 1984.**

COMUNIDADE DA LINHA SÃO PEDRO. Marmeleiro. **Ata da reunião realizada no dia 27 de novembro de 1984.**

COMUNIDADE DA LINHA SÃO PEDRO. Marmeleiro. **Ata da reunião realizada no dia 28 de abril de 1985.**

COMUNIDADE DA LINHA SÃO PEDRO. Marmeleiro. **Ata da reunião realizada no dia 25 de junho de 1985.**

COMUNIDADE DA LINHA SÃO PEDRO. Marmeleiro. **Ata da reunião realizada no dia 31 de agosto de 1985.**

COMUNIDADE DA LINHA SÃO PEDRO. Marmeleiro. **Ata da reunião realizada no dia 21 de setembro de 1985.**

COMUNIDADE DA LINHA SÃO PEDRO. Marmeleiro. **Ata da reunião realizada no dia 06 de outubro de 1985.**

COMUNIDADE DA LINHA SÃO PEDRO. Marmeleiro. **Ata da reunião realizada no dia 16 de novembro de 1986.**

COMUNIDADE DA LINHA SÃO PEDRO. Marmeleiro. **Ata da reunião realizada no dia 17 de dezembro de 1986.**

COMUNIDADE DA LINHA SÃO PEDRO. Marmeleiro. **Ata da reunião realizada no dia 21 de dezembro de 1986.**

SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE MARMELEIRO. Marmeleiro. **Ata da reunião realizada no dia 30 de maio de 1987.**

SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE MARMELEIRO. Marmeleiro. **Ata da reunião realizada no dia 29 de junho de 1987.**

SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE MARMELEIRO. Marmeleiro. **Ata da reunião realizada no dia 15 de julho de 1987.**

### **Boletim Alerta**

MOVIMENTO DOS AGRICULTORES SEM TERRA DO SUDOESTE DO PARANÁ – MASTES. **Alerta 01.** Homem da Terra. Paraná, set. 1983.

MOVIMENTO DOS AGRICULTORES SEM TERRA DO SUDOESTE DO PARANÁ – MASTES. **Alerta 02.** Homem da Terra. Paraná, nov. 1983.

MOVIMENTO DOS AGRICULTORES SEM TERRA DO SUDOESTE DO PARANÁ – MASTES. **Alerta 03.** Homem da Terra. Paraná, nov. 1983.

MOVIMENTO DOS AGRICULTORES SEM TERRA DO SUDOESTE DO PARANÁ – MASTES. **Alerta 04.** Homem da Terra. Paraná, dez. 1983.

MOVIMENTO DOS AGRICULTORES SEM TERRA DO SUDOESTE DO PARANÁ – MASTES. **Alerta 05.** Homem da Terra. Paraná, abr. 1984.

MOVIMENTO DOS AGRICULTORES SEM TERRA DO SUDOESTE DO PARANÁ – MASTES. **Alerta 06.** Homem da Terra. Paraná, jun.1984.

MOVIMENTO DOS AGRICULTORES SEM TERRA DO SUDOESTE DO PARANÁ – MASTES. **Alerta 07.** Homem da Terra. Paraná, jun. 1984.

MOVIMENTO DOS AGRICULTORES SEM TERRA DO SUDOESTE DO PARANÁ – MASTES. **Alerta 08.** Homem da Terra. Paraná, jul.1984.

MOVIMENTO DOS AGRICULTORES SEM TERRA DO SUDOESTE DO PARANÁ – MASTES. **Alerta 09.** Homem da Terra. Paraná, ago.1984.

MOVIMENTO DOS AGRICULTORES SEM TERRA DO SUDOESTE DO PARANÁ – MASTES. **Alerta 10.** Homem da Terra. Paraná, jan.1985.

MOVIMENTO DOS AGRICULTORES SEM TERRA DO SUDOESTE DO PARANÁ – MASTES. **Alerta 11.** Homem da Terra. Paraná, abr.1985.

MOVIMENTO DOS AGRICULTORES SEM TERRA DO SUDOESTE DO PARANÁ – MASTES. **Alerta 12**. Homem da Terra. Paraná, jun.1985.

MOVIMENTO DOS AGRICULTORES SEM TERRA DO SUDOESTE DO PARANÁ – MASTES. **Alerta 13**. Homem da Terra. Paraná, jul.1985.

MOVIMENTO DOS AGRICULTORES SEM TERRA DO SUDOESTE DO PARANÁ – MASTES. **Alerta 16**. Homem da Terra. Paraná, jun.1986.

### Fontes orais

BOLLER, Pedro. **Entrevista I**. Entrevistador: Eleandro de Moraes Vieira. Entrevista, Francisco Beltrão, 2021. Data: 04/03/2021 (1 arquivo .mp3 - 52 min).

COSTA, Alvino Ramon. **Entrevista II**. Entrevistador: Eleandro de Moraes Vieira. Entrevista, Assentamento Eduardo Raduan, Marmeleiro, 2021. Data: 03/03/2021 (1 arquivo .mp3 - 29 min).

GRANDO, Leonir. **Entrevista III**. Entrevistador: Eleandro de Moraes Vieira. Entrevista, Assentamento Eduardo Raduan, Marmeleiro, 2021. Data: 03/03/2021 (1 arquivo .mp3 - 42 min).

LÍRIO, Morena. **Entrevista IV**. Entrevistador: Eleandro de Moraes Vieira. Entrevista, Assentamento Eduardo Raduan, Marmeleiro, 2021. Data: 18/03/2021 (1 arquivo .mp3 - 13 min).

PASSOS, Waldomiro Chalito dos. **Entrevista V**. Entrevistador: Eleandro de Moraes Vieira. Entrevista, Assentamento Eduardo Raduan, Marmeleiro, 2021. Data: 14/01/2021 (1 arquivo .mp3 - 30 min).

TAVARES, Derli. **Entrevista VI**. Entrevistador: Eleandro de Moraes Vieira. Entrevista, Assentamento Eduardo Raduan, Marmeleiro, 2021. Data: 14/01/2021 (1 arquivo .mp3 - 54 min).

TAVARES, Elpídio. **Entrevista VII**. Entrevistador: Eleandro de Moraes Vieira. Entrevista, Assentamento Eduardo Raduan, Marmeleiro, 2021. Data: 03/03/2021 (1 arquivo .mp3 - 26 min).